



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DOS ASSENTAMENTOS DE ARARAS - SP:
TRAJETÓRIAS E POTENCIALIDADES.**

EDILSON NIEHUES RODRIGUES LIMA

**Araras
2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DOS ASSENTAMENTOS DE ARARAS - SP:
TRAJETÓRIAS E POTENCIALIDADES.**

EDILSON NIEHUES RODRIGUES LIMA

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO
COORIENTADOR: PROF. DR. GILBERTO RODRIGUES LISKA

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras

2025

Lima, Edilson Niehues Rodrigues

COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DOS
ASSENTAMENTOS DE ARARAS - SP: TRAJETÓRIAS E
POTENCIALIDADES. / Edilson Niehues Rodrigues Lima -
- 2025.
136f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus Araras, Araras
Orientador (a): Marta Cristina Marjotta-Maistro
Banca Examinadora: Lilian Maluf de Lima, Adriana
Estela Sanjuan Montebello
Bibliografia

1. Canais curtos de comercialização. 2. Agricultura
Familiar. 3. Desenvolvimento rural. I. Lima, Edilson
Niehues Rodrigues. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8
7083



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Edilson Niehues Rodrigues Lima, realizada em 24/02/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta Maistro (UFSCar)

Profa. Dra. Lilian Maluf de Lima Cunha (Pecege)

Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe e meu pai, que com muito trabalho conseguiram fazer com que eu e minha irmã tivéssemos acesso à uma educação que não achávamos na época ser tão necessária quanto veio a se mostrar no futuro, e que nos trouxe até onde estamos.

Agradeço a toda a família que tenho além da de sangue, que não mediram esforços para me darem suporte durante todo meu período de graduação, além da minha querida turma de mestrado, vocês não tem ideia do quanto sou grato por todos os pequenos - e grandes - momentos que passamos juntos, levarei comigo por onde for.

Agradeço à minha companheira Milena, pelos ralhos dados, pela cobrança, pela compreensão, pelo carinho, pelo afeto e pelo suporte tanto em momentos complicados quanto os que nem tanto, todos sempre me encheram e enchem de felicidade. Que venham mais, se for com você.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela extraordinária prestatividade, principalmente da Cris, que nunca mediu esforços para auxiliar os alunos, mesmo quando não precisava, e aos professores por sempre estarem disponíveis e com ótimos conselhos, a vocês, meu muito obrigado.

Aos funcionários do ITESP, em especial Vinicius Americano e Patrick Davis, pelo apoio e pelo direcionamento que se mostrou essencial no desenvolvimento dessa pesquisa, e que abre portas para outras por vir. E aos assentados dos 5 assentamentos da cidade de Araras, suas trajetórias ficarão comigo para sempre.

E por último, mas não menos importante, à minha querida orientadora Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta-Maistro, sem seus direcionamentos e constantes conversas, nada do que escrevi teria acontecido. Agradeço pela parceria, que espero não se encerrar por aqui, mas ainda gerar muitos frutos, afinal, temos muito trabalho pela frente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	6
1.2. MATERIAL E MÉTODOS	10
1.2.1. Área de Estudo	10
1.2.2. Métodos e instrumento de coleta	11
2. CAPÍTULO 1. PANORAMA DA COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: PERSPECTIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS	18
2.1 INTRODUÇÃO	20
2.2. REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.2.1. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural	24
2.2.2. Comercialização e Circuitos curtos	25
2.3. MATERIAIS E MÉTODOS	26
2.3.1. Análise dos Resultados	28
2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
2.4.1. Análises das Bases de dados Nacionais e Internacionais	28
2.4.1.1 Base de Dados Internacional (Web Of Science)	29
2. 4. 2. 2. Base de Dados Nacional (Google Acadêmico)	32
2.4.3. Análise Integrativa dos Artigos Selecionados	36
2.4.3.1. Análise Integrativa dos Artigos Internacionais	36
2.4.3.1.1. Alta Participação em Canais Longos	39
2.4.3.1.2. Comercialização de Frutas e Hortícolas	40
2.4.3.1.3. Protagonismo dos Agricultores e Organizações	40
2.4.3.1.4. Criação de Cooperativas e Organização dos Agricultores	40
2.4.3.2. Análise dos Artigos Nacionais	41
2.4.3.2.1. Fatores Positivos e Negativos das Cestas	47
2.4.3.2.2. Diferenças na Inserção dos Produtores no Mercado	48
2.4.3.2.3. Relações Comerciais e Interpessoais	48
2.4.3.2.4. Economia Solidária e Organização Comunitária	48

2.4.3.2.5. Comercialização em Feiras e Mercados	49
2.4.3.2.6. Desafios e Limitações	49
2.5. CONCLUSÕES	50
3. CAPÍTULO 2 - RETRATOS DA COMERCIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE ARARAS: CENÁRIO ATUAL E POSSIBILIDADES	59
3.1. INTRODUÇÃO	62
3.2. REFERENCIAL TEÓRICO	65
3.2.1. Evolução histórica até o Séc. XX e Contexto histórico dos Assentamentos de Araras	65
3.2.2. Contextualização até os dias atuais	67
3.3. MATERIAIS E MÉTODOS	69
3.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	71
3.4.1. BLOCO 1 - SOCIOECONÓMICO	71
3.4.2. BLOCO 2 - PRODUÇÃO	75
3.4.3. BLOCO 3 – COMERCIALIZAÇÃO	79
3.4.4. Análise da Matriz SWOT	87
3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
4. CAPÍTULO 3 - CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR: POSSIBILIDADES PARA OS ASSENTADOS	93
4.1. INTRODUÇÃO	95
4.2. REFERENCIAL TEÓRICO	97
4.2.1. Circuitos Curtos de Comercialização	97
4.3. MATERIAIS E MÉTODOS	97
4.3.1. Regressão Logística, ou modelo logit	97
4.3.2. Razão de chances ou Odds Ratio	99
4.3.2. Os modelos empíricos e discriminação dos dados da pesquisa	101
4.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	102
4.5. CONCLUSÃO	105
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS (GERAL)	109

COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DOS ASSENTAMENTOS DE ARARAS - SP: TRAJETÓRIAS E POTENCIALIDADES.

Autor: EDILSON NIEHUES RODRIGUES LIMA

Orientadora: PROFA. DRA. MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

Coorientador: PROF. DR. GILBERTO RODRIGUES LISKÁ

RESUMO

A comercialização da produção agrícola em assentamentos rurais desempenha um papel fundamental na geração de renda e na sustentabilidade dos sistemas produtivos familiares. No município de Araras-São Paulo (SP), os agricultores assentados enfrentam desafios estruturais e institucionais que influenciam suas estratégias de escoamento e acesso ao mercado. Esta pesquisa busca compreender as trajetórias e potencialidades da comercialização agrícola nesses assentamentos, analisando os principais canais utilizados, o impacto da forma de comercialização na percepção das famílias e as políticas públicas que poderiam afetar esse processo. A dissertação está organizada em formato de artigos, sendo composta de uma introdução geral e 3 capítulos/artigos. No primeiro capítulo, a coleta de dados se deu, primeiramente, em uma revisão sistemática de literatura, que buscou identificar os principais temas tratados por periódicos nacionais e internacionais a respeito da comercialização e da agricultura familiar, por meio de uma revisão sistemática de literatura (RSL). No capítulo 2, a partir da coleta de dados primários por meio de formulários de pesquisa e da aplicação de escala de importância, o estudo investigou como os agricultores se caracterizam por meio de uma análise descritiva e exploratória dos aspectos gerais dos assentamentos, de produção e de comercialização, contribuindo para o debate sobre o fortalecimento da agricultura familiar e a construção de mercados mais justos e sustentáveis. Por fim, no capítulo 3, buscou-se analisar de que forma a percepção de importância das formas de comercialização afetam as possibilidades dos canais de comercialização, por meio de uma análise estatística. O resultado do primeiro capítulo, identificou-se que os periódicos catalogados na base de dados nacional possuem maior

vinculação com aspectos diretos relacionados à canais curtos de comercialização, enquanto os periódicos de base de dados internacional possuem maior vinculação com estudos que abordam aspectos gerais relacionados aos canais de comercialização. O capítulo 2 teve como resultado a identificação de que os canais de comercialização que mais tem identificação com a percepção dos agricultores assentados são a Feira e a Venda Direta, seguidos por Supermercado/Mercado e Programas Governamentais por último, destacando uma indicação pela multimodalidade da existência de canais de comercialização. O capítulo 3 identificou em sua modelagem estatística que quanto maior a nota dada para os canais Feira e Venda Direta, maior era a chance do assentado comercializar, enquanto por parte dos Programas Governamentais, quanto maior a nota dada, menor era a chance de comercialização por parte dos assentados, indicando uma barreira à comercialização. Podemos concluir que entre os agricultores dos assentamentos, existe uma multimodalidade de canais curtos de comercialização na percepção deles na importância de comercialização, identificando que além de garantir resiliência frente à adversidades, a capacidade de ser flexível na seleção dos canais proporciona um fluxo de renda que os auxilia a desenvolver suas atividades socioeconômicas.

AGRICULTURAL COMMERCIALIZATION OF SETTLEMENTS IN ARARAS - SP: TRAJECTORIES AND POTENTIALITIES.

Author: EDILSON NIEHUES RODRIGUES LIMA

Adviser: PROFA. DRA. MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

Co-adviser: PROF. DR. GILBERTO RODRIGUES LISKA

ABSTRACT

The commercialization of agricultural production in rural settlements plays a fundamental role in generating income and ensuring the sustainability of family-based production systems. In the municipality of Araras, São Paulo (SP), settled farmers face structural and institutional challenges that influence their strategies for product distribution and market access. This research seeks to understand the trajectories and potential of agricultural commercialization in these settlements, analyzing the main channels used, the impact of commercialization methods on family perceptions, and the public policies that could affect this process. The dissertation is organized in an article format, consisting of a general introduction and 3 chapters/articles. In the first chapter, data collection began with a systematic literature review, aiming to identify the main themes addressed by national and international journals regarding commercialization and family farming, through a systematic literature review (SLR). In Chapter 2, based on primary data collection through research forms and the application of an importance scale, the study investigated how farmers are characterized through a descriptive and exploratory analysis of the general aspects of the settlements, production, and commercialization, contributing to the debate on strengthening family farming and building fairer and more sustainable markets. Finally, in Chapter 3, the aim was to analyze how the perceived importance of commercialization methods affects the possibilities of commercialization channels, through statistical analysis. The results of the first chapter identified that the journals cataloged in the national database are more closely linked to direct aspects related to short commercialization channels, while international database journals are more associated with studies addressing general aspects related to commercialization channels. Chapter 2 found that the

commercialization channels most aligned with the perceptions of settled farmers are Farmers' Markets and Direct Sales, followed by Supermarkets/Markets and Government Programs, highlighting a preference for the multimodality of existing commercialization channels. Chapter 3, through its statistical modeling, identified that the higher the rating given to Farmers' Markets and Direct Sales, the greater the likelihood of commercialization by settlers, while for Government Programs, the higher the rating, the lower the likelihood of commercialization, indicating a barrier to commercialization. We can conclude that among the farmers in the settlements, there is a multimodality of short commercialization channels in their perception of the importance of commercialization, identifying that, in addition to ensuring resilience in the face of adversity, the ability to be flexible in selecting channels provides an income flow that helps them develop their socioeconomic activities.

1. INTRODUÇÃO GERAL

O sistema de produção e consumo de alimentos em nossa sociedade têm sido alvo de críticas cada vez mais severas ao longo dos anos. Produzimos cada vez mais alimentos, mas com impactos negativos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e os próprios agricultores. A produção agrícola industrial é responsável por uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa, que contribuem para o aquecimento global. Também é responsável pela perda de biodiversidade, da contaminação do solo e da água, e do esgotamento dos recursos naturais. Além disso, a produção agrícola industrial tem levado ao aumento da concentração de terras e de renda nas mãos de poucos produtores, o que tem prejudicado os pequenos agricultores. Por outro lado, a fome e a pobreza no mundo continuam, enquanto o número de pessoas obesas e mal nutridas têm crescido.

Esta situação é resultado do consumo excessivo de alimentos processados e ultraprocessados, que são ricos em calorias, gorduras, açúcares e sal, mas pobres em nutrientes. Quem realmente se beneficia do sistema atual de produção e consumo de alimentos são as empresas que produzem e distribuem alimentos, especialmente as grandes redes de supermercados. Essas empresas têm um grande poder de mercado e podem ditar os preços dos alimentos. Elas também são responsáveis por uma grande parte da publicidade de alimentos, que muitas vezes é direcionada a crianças e adolescentes.

Chegamos a um ponto em que, no século XXI, há comida suficiente para alimentar toda a humanidade, mas convivemos com a fome e a malnutrição, e com a insatisfação dos produtores e dos consumidores. O modelo de produção agroalimentar atual é insustentável e injusto. É preciso mudar esse modelo para que possamos garantir a segurança alimentar e nutricional de toda a população, de forma sustentável e equitativa. Para isso, é preciso investir em sistemas de produção agrícola mais sustentáveis, que sejam baseados em práticas regenerativas. Também é preciso fortalecer os pequenos agricultores e garantir o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos para todos.

No Brasil, a fome e a insegurança alimentar têm aumentado nos últimos anos. De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em 2022, 33,1 milhões de pessoas no Brasil viviam em situação de fome, o que representa 15,5% da população (Rede Penssan, 2022).

A agricultura familiar é um modo de produção agrícola que se caracteriza por ser desenvolvida por famílias, que utilizam o trabalho familiar e pequenas propriedades. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por cerca de 77% dos estabelecimentos agrícolas, empregando 10 milhões de pessoas, o que corresponde a 67% da força de trabalho ocupada em atividades agropecuárias (IBGE, 2019).

De acordo com Amorim, Junior e Bandoni (2020), apesar de sua importância, a agricultura familiar enfrenta diversos desafios, como: concorrência com a agricultura empresarial, dificuldades de acesso a mercados e presença de políticas públicas de apoio à quem do que poderia ser melhor aproveitado. Portanto, percebemos que a agricultura familiar muitas vezes tem dificuldade de acessar mercados para vender seus produtos, o que pode reduzir sua renda, além da necessidade de políticas públicas de apoio, como crédito, assistência técnica e financiamento para a comercialização de produtos, para se desenvolver de forma sustentável. Desta forma, o fortalecimento da agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. É preciso investir em políticas públicas que promovam a agricultura familiar, a geração de renda para as famílias rurais e a educação alimentar e nutricional. (Amorim; Junior; Bandoni, 2020)

Devido a essas dificuldades, ao longo dos anos, e como resultado de lutas e de mobilizações camponesas, alguns programas federais foram criados para auxiliar o agricultor familiar na produção, na venda, e no escoamento das culturas agrícolas. Um desses programas, por exemplo, criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), permitiu a compra, pelo governo federal, de produtos da agricultura familiar. No entanto, este programa é um projeto de governo e não uma política pública, sendo sua existência atrelada às decisões circunstanciais de cada governo, gerando assim insegurança na produção e comercialização para os pequenos agricultores. Neste programa, houve uma redução dos recursos aplicados, do ano de 2016 para 2017, de 36,88% e, de 2017 para 2018, teve uma redução de 49,22% (Brasil, 2018).

Apesar do apoio governamental, os agricultores familiares enfrentam dificuldades para competir no mercado. Isso porque, com pouco acesso a canais de comercialização diretos, eles acabam dependendo de atravessadores, que compram

seus produtos por um preço baixo e revendem a um valor mais alto. Assim como relatam Maia, Eusébio e Da Silveira (2020), os assentamentos de reforma agrária são um importante instrumento de inclusão social e promoção da segurança alimentar e nutricional no estado de São Paulo. Eles são áreas de terras ocupadas por famílias de trabalhadores rurais, que recebem o título de propriedade da terra após um processo de regularização fundiária.

Atualmente, existem 140 assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo, distribuídos em 40 municípios. Eles ocupam uma área total de 115 mil hectares, o que representa cerca de 1% da área rural do estado (ITESP, 2023). As famílias assentadas são, em sua maioria, compostas por pequenos agricultores, que produzem uma grande variedade de alimentos, incluindo frutas, legumes, verduras, grãos, carnes, leite e derivados. Esses alimentos são essenciais para a alimentação da população paulista, especialmente das famílias mais pobres. Além de produzir alimentos, os assentamentos de reforma agrária também promovem o desenvolvimento rural. Eles geram emprego e renda para as famílias assentadas, contribuem para a preservação do meio ambiente e fortalecem a agricultura familiar. (Camargo; Souza-Esquerdo; Borsatto, 2021)

Com a dificuldade de escoar a produção ou de competir no mercado tradicional, a organização em cooperativas, espaço onde os agricultores podem se unir para conquistar maior competitividade no mercado e, consequentemente, aumentar o nível de renda familiar e sua qualidade de vida, torna-se uma alternativa (Antunes Junior et al., 2019). Apesar desses desafios, os agricultores familiares têm encontrado diversas estratégias para comercializar seus produtos, incluindo: comercialização para redes de supermercados e restaurantes, formação de associações e cooperativas e comercialização direta. Essas iniciativas podem ajudar a melhorar o acesso dos agricultores familiares aos mercados e a garantir preços justos por seus produtos.

A organização em cooperativa prima pelo respeito ao trabalho dos pequenos agricultores, inserindo-os em diversos canais de comercialização, possibilitando maior poder de negociação e oferecendo melhores condições para execução das atividades, visto que os cooperados decidem coletivamente sobre todo o processo produtivo, inclusive sobre investimentos e sobras financeiras. É, assim, um importante e histórico instrumento para obtenção de renda e qualidade de vida pelos agricultores familiares.

Já o comércio, por meio da venda direta aos consumidores, contribui para aqueles agricultores, antes excluídos do processo de modernização agrícola, sejam inseridos no mercado e nas atividades econômicas. Além da questão da comercialização sem ou com um único atravessador, os circuitos curtos também apresentam outras vantagens sociais, como o vínculo entre o agricultor e o consumidor, a proximidade do consumidor com o local de produção e o aumento do conhecimento do consumidor sobre a origem do alimento. Essas vantagens levam ao desenvolvimento de novas relações de consumo. (Schneider; Ferrari, 2015).

Portanto, ao entender o contexto dos agricultores, incluindo suas condições de trabalho, produção e comercialização, é possível compreender o impacto positivo que a cadeia curta de abastecimento pode ter em suas relações pessoais. Esses ganhos não se limitam ao financeiro, mas também impactam a vida pessoal dos agricultores.

No cenário atual, observa-se um incremento no número de iniciativas de espaços e formas de comercialização de alimentos agroecológicos. Não obstante, para algumas dessas iniciativas, esses espaços transcendem a simples transação comercial, sendo concebidos como espaços de convívio, troca de saberes e outros diferenciais que atendem às exigências e demandas de uma nova concepção de consumidores em ascensão.

Desta forma, a pergunta de pesquisa formulada é: De que forma a possibilidade de canais de comercialização afetam a percepção dos assentados da reforma agrária dos assentamentos de Araras - São Paulo (SP)?

A presente pesquisa tem como objetivo principal identificar as formas de comercialização existentes nos Assentamentos da cidade de Araras-São Paulo (SP), considerando os aspectos socioeconômicos das respectivas localidades, e para tanto, cada objetivo específico tem como resposta um capítulo/artigo desenvolvido.

O presente trabalho será dividido da seguinte forma: Introdução Geral, materiais e métodos; Capítulo 1 - Panorama Acadêmico da Comercialização da Agricultura Familiar: Perspectivas Nacionais e Internacionais, onde buscou-se abordar quais são os principais artigos publicados em periódicos nos últimos 5 anos, respondendo o objetivo específico: Identificar na literatura científica brasileira e internacional as pesquisas mais relevantes sobre comercialização e agricultura familiar; Capítulo 2 - Retratos da comercialização dos assentamentos de Araras:

cenário atual e possibilidades, onde objetivou-se responder os seguintes objetivos específicos: II) diagnosticar os modos de comercialização dos produtos agrícolas dos assentamentos; III) identificar as características socioeconômicas específicas de cada assentamento, localizado no município de Araras-SP e IV) Analisar as possibilidades para a comercialização dos produtos agrícolas dos assentados, neste capítulo foi informado a respeito da atual situação dos canais de comercialização utilizados pelos assentamentos, e por fim, no Capítulo 3 - Canais curtos de comercialização e a agricultura familiar: Possibilidades para os assentados , onde busquei utilizar os resultados dos formulários de pesquisa como ferramenta para desenvolvimento de uma modelagem estatística que informasse sobre a influência da percepção dos canais de comercialização pela perspectiva dos assentados, tendo base o objetivo específico V) Colher subsídios para formulação de futuras políticas públicas para os assentamentos, no que tange os processos de comercialização..

Cada um dos capítulos buscou responder os objetivos específicos do presente trabalho, que serão informados a seguir juntamente com o objetivo geral da pesquisa:

1.2. MATERIAL E MÉTODOS

1.2.1. Área de Estudo

O estudo foi realizado junto aos assentados estabelecidos nos 5 Assentamentos de reforma agrária localizados no município de Araras-SP. O Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), responsável pela aplicação e regularização das questões voltadas à reforma agrária no estado de São Paulo, implanta projetos de assentamentos de trabalhadores rurais em terras públicas estaduais, com base na Lei nº 4.957/85, atualizada pela Lei 16.115/2016, que dispõe sobre os “Planos Públicos de Aproveitamento e Valorização dos Recursos Fundiários do Estado”.

Desta forma, a política de investimentos do Itesp nos assentamentos e comunidades quilombolas é ampla e diversificada, abrangendo:

Levantamento do meio físico e projeto conservacionista da área devoluta ou imóvel público arrecadado, Implantação da infraestrutura e desenvolvimento dessas comunidades por meio de programas e sub programas institucionais. O levantamento busca realizar o cálculo do módulo rural do assentamento, planejamento territorial dos lotes e das áreas quilombolas, estradas e áreas de Reserva Legal e Preservação Permanente. Já a implantação da infraestrutura lida com abertura de estradas, abastecimento de água por meio da perfuração de poços artesianos, implantação de energia elétrica e construção de equipamentos para o apoio à organização das famílias e conservação de solos.

E por fim, as questões relacionadas ao desenvolvimento das comunidades lidam com o fornecimento de sementes, mudas, calcário, pequenos animais, reflorestamento, educação ambiental, bem como os programas de crédito agrícola estadual e federal voltados para a agricultura familiar.

O Itesp presta assistência técnica a 7.133 famílias, que vivem em 140 assentamentos rurais, distribuídos em 40 municípios. A maioria deles fica no Pontal do Paranapanema: 4.913 famílias em 99 assentamentos, em 13 municípios. A cidade de Araras-SP, possui 5 assentamentos cadastrados, ao todo com 101 famílias.

1.2.2. Métodos e instrumento de coleta

No primeiro capítulo, tratou-se a respeito de aspectos científicos sobre comercialização e agricultura familiar, identificando-se os temas mais abordados, levando em consideração uma base científica nacional e internacional, sendo o método de pesquisa a revisão sistemática de literatura (RSL), com o protocolo de pesquisa de Cronin, Ryan e Coughlan (2008). Esta técnica é caracterizada por uma abordagem mais rigorosa e bem definida para revisar a literatura em uma área específica (Cronin; Ryan; Coughlan, 2008).

Existem dois tipos de revisão da literatura: a primeira é uma avaliação completa da literatura sobre um tema maduro, onde há um acervo substancial de pesquisas a ser analisado; a segunda é uma revisão de um tema emergente para explorar potenciais fundamentos teóricos. Neste caso, devido ao caráter emergente do tema, a revisão da literatura tende a ser mais breve (Webster; Watson, 2002). Dado o tema investigado nesta pesquisa, a proposta deste artigo se alinha com o

segundo tipo de revisão da literatura – tema emergente. O objetivo de uma revisão sistemática é fornecer a lista mais completa possível de estudos publicados relacionados à área investigada, garantindo, assim, maior objetividade da avaliação dos conceitos analisados, utilizando critérios explícitos e rigorosos para identificar, avaliar criticamente e sintetizar a literatura sobre o tema (Cronin; Ryan; Coughlan, 2008). Desta maneira, foi realizada uma pesquisa com os mesmos termos para as bases nacional e internacional.

Já o capítulo 2 trabalho se caracteriza por realizar uma pesquisa exploratória e descritiva, que, segundo Da Silva, De Mendonça e Sampaio (2014), não tem a intenção de gerar generalizações que possam ser transferidas para outras populações ou situações (Da Silva; De Mendonça; Sampaio, 2014). Com relação ao tamanho da amostra, será determinado por meio da utilização da fórmula para determinação da amostra (n), com base na estimativa proporcional (Levin, 1987), utilizando de 90% de confiança e com erro admissível de 10%. Segue abaixo a fórmula para a determinação de amostra considerando um número finito da população citada na Tabela 1:

$$n = \frac{N * p * q * (Z^2)}{p * q * (Z^2) + (N-1) * (e^2)}$$

Fonte: Levin, 1987.

Na qual,

N = população;

n = tamanho da amostra;

z = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado;

p = proporção populacional de indivíduos que pertence a população estudada;

q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à população estudada (q = 1 - p);

e = erro máximo admitido.

Desta forma, temos como parâmetro para realização das entrevistas, a Tabela 1, representando a amostra populacional que será avaliada por meio das entrevistas realizadas:

Tabela 1: Amostragem das famílias entrevistadas.

Assentamentos	Número de famílias	Quantidade da população (em %)	Extratos da amostra (número de famílias)
Araras 1	6	6	4
Araras 2	14	14	10
Araras 3	46	46	32
Araras 4	30	30	22
Saltinho	5	5	3
Total	101	100%	70%

Fonte: Adaptado pelo autor.

Para coletar dados primários, foi utilizado o método de aplicação de formulários semi-estruturados aos agricultores assentados, de forma presencial e garantindo o anonimato do entrevistado. Como forma de seleção dos indivíduos a serem entrevistados, foi realizada uma amostragem probabilística simples.

Segundo Da Silva, Sampaio e De Mendonça (2014), “essa técnica é a mais indicada para se obter uma amostra representativa da população, o que é essencial para que os resultados da pesquisa sejam generalizáveis”, sendo utilizada em uma variedade de pesquisas, incluindo pesquisas sociais, econômicas e científicas (Da Silva; Sampaio; De Mendonça, 2014). O formulário foi organizado em blocos de questões, sendo: 1. Perfil socioeconômico; 2. Aspectos da Produção e 3. Comercialização. O formulário está presente no Apêndice A da presente dissertação. Após a coleta dos dados, os resultados qualitativos foram analisados com base na análise de conteúdo de Bardin (1977), enquanto os resultados quantitativos foram analisados de forma descritiva e pela análise SWOT, que De acordo com Tozzo, Da

Silva e Spósito (2022), a análise SWOT atua como uma ferramenta de planejamento estratégico que sistematiza informações do diagnóstico situacional, categorizando-as em dois eixos: Fatores internos (forças e fraquezas), que refletem a realidade organizacional da empresa; Fatores externos (oportunidades e ameaças), ligados ao contexto macroeconômico, social e competitivo, tendo como justificativa de utilização desta forma de análise a capacidade de identificar lacunas de atuação na comercialização que geram possíveis estratégias de resolução de problemas. Com relação à ética na pesquisa proposta, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), após permissão para a realização do estudo, com o CAAE (Certificado de Apresentação e de Apreciação Ética) de número 75287323.1.0000.5385. Foi solicitado a cada participante da pesquisa, sua permissão formal mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Por fim, no Capítulo 3, utilizando dos dados coletados durante a pesquisa desenvolvida no Capítulo 2, buscou-se o desenvolvimento de uma modelagem estatística utilizando o método de regressão logística, também conhecida como modelo logit, sendo uma técnica não linear desenvolvida especificamente para analisar variáveis dependentes binárias.

De acordo com Stock e Watson (2004), esse método permite estimar a probabilidade de ocorrência de um determinado evento com base em um conjunto de variáveis explicativas. O objetivo desse modelo é compreender as diferenças entre grupos específicos e avaliar a probabilidade de um indivíduo ou grupo pertencer a uma determinada categoria (Ulkhay et al., 2017).

Nesse contexto, foi utilizado para modelar a probabilidade de disposição para comercializar ou não produtos agrícolas, por parte dos assentados, o modelo logit, uma vez que a variável dependente (Y) pode assumir os valores 0 ou 1. Partiu-se do pressuposto de que as variáveis selecionadas (explicativas) podem influenciar a ocorrência de "comercializa" ou "não comercializa" da forma de comercialização utilizada por parte do assentado.

Já as variáveis independentes foram selecionadas com base na avaliação realizada por escala Likert. A escala foi teorizada considerando que a atitude não poderia ser captada por um único item (propondo então a escala multi-itens) e teve desenvolvida uma forma de se mensurar simultaneamente o sentido e a intensidade desta atitude (Likert, 1932). O intuito foi identificar quais formas de comercialização

mais impactaram na possibilidade de comercializar, de acordo com a percepção dos agricultores, estas sendo: Feira, Venda Direta, Supermercado/Mercado, Entrega de Cestas de Produtos (esta forma foi retirada da análise, visto que nenhum dos agricultores utilizava), Programas Governamentais (PAA, PNAE) e Outros (também foi suprimida pois não existiam outras modalidades citadas pelos agricultores). A modelagem estatística foi realizada com base na análise de razão de chances (*Odds Ratio*) e de Efeitos Marginais.

A razão de chances, ou *odds ratio*, é uma métrica que compara as chances de dois eventos em um modelo logit. Ela ajuda a entender o impacto de uma variável na probabilidade de um evento ocorrer. A interpretação da razão de chances ocorre da seguinte forma: Razão de chances maior que 1: o fator analisado aumenta a probabilidade do evento ocorrer; Razão de chances igual a 1: o fator não tem efeito sobre a probabilidade; Razão de chances menor que 1: o fator reduz a probabilidade do evento ocorrer (Hosmer; Lemeshow; Sturdivant, 2013).

De acordo com Hosmer, Lemeshow e Sturdivant (2013), no contexto do modelo logit, a razão de chances é obtida exponenciando os coeficientes estimados das variáveis preditoras. Um valor da razão de chances maior que 1 indica que a variável preditora aumenta a probabilidade do evento ocorrer, enquanto um valor menor que 1 sugere uma redução nessa probabilidade. Um valor igual a 1 indica que a variável não tem efeito significativo sobre o resultado.

A utilização da razão de chances é especialmente vantajosa em estudos onde se busca compreender a influência de fatores de risco ou de proteção em contextos como saúde, ciências sociais, marketing, entre outros. Ela permite comparar a força e a direção do efeito de diferentes variáveis, mesmo quando essas variáveis têm escalas distintas. Além disso, a razão de chances é invariante à transformação logit, o que facilita a interpretação dos resultados em termos de probabilidades (Hosmer; Lemeshow; Studivant, 2013).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Ana Laura Benevenuto ; JUNIOR, J; BANDONI, D. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1134-1145, 2020.

ANTUNES JUNIOR, W.; SOARES, D.; SILVA, B.; MARJOTTA-MAISTRO, M.; MONTEBELLO, A. AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADO E AGROECOLOGIA: CABEM TODOS NA MESMA CESTA?. **Nucleus**, v. 16, n. 2, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **PAA – Resultado e Ações da Conab em 2018**. Brasília, 2018 - Companhia Nacional de Abastecimento. Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1 (2016-).Brasília: Conab, 2018.

CAMARGO, R; SOUZA-ESQUERDO, V.; BORSATTO, R. Compras públicas estaduais na formação de sistemas agroalimentares locais: um olhar sobre o estado de São Paulo. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 262-279, 2021.

CRONIN, Patricia; RYAN, Frances; COUGHLAN, Michael. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British journal of nursing**, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

DA SILVA, Junior Vagner Pereira; DE MENDONÇA, Tattiana Côrtes Farias; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Grupos de pesquisas e enfoque dado ao lazer das pessoas com deficiência na produção científica no Brasil. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 3, p. 66-98, 2014.

HOSMER JR, David W.; LEMESHOW, Stanley; STURDIVANT, Rodney X. **Applied logistic regression**. John Wiley & Sons, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ITESP - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Assentamentos Rurais. São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3497. Acesso em: 29/08/2023.

LEVIN, J. Estatística Aplicada às Ciências Humanas. São Paulo: Ed. Harbra, 1987

LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, 1932.

MAIA, A.; EUSÉBIO, G.; DA SILVEIRA, R. "Can credit help small family farming? Evidence from Brazil", **Agricultural Finance Review**, Vol. 80 No. 2, pp. 212-230. <https://doi-org.ez31.periodicos.capes.gov.br/10.1108/AFR-10-2018-0087.2020>.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em:

http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em 29/08/2023.

SCHNEIDER, S; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, 2015.

SILVA FILHO, A. M. da. **Sobre a análise SWOT para planejamento e gestão de projetos**. Revista Espaço Acadêmico, 2015.

STOCK, James H.; WATSON, Mark W. Combination forecasts of output growth in a seven-country data set. **Journal of forecasting**, v. 23, n. 6, p. 405-430, 2004.

TOZZO, Maycon; DA SILVA, Vinicius Ramos Lages; SPÓSITO, Edson Alcebádes. Planejamento Estratégico com uso das Ferramentas SWOT Cruzada, Matriz GUT e 5W2H. Um estudo de caso em uma pizzaria. **Revista FIBinova**, v. 2, 2022.

ULKHAQ M. M.; WIDODO, A. K.; YULIANTO M, F. A.; WIDHIYANINGRUM. A, MUSTIKASARI; AKSHINTA P, Y., 2017. A logistic regression approach to model the willingness of consumers to adopt renewable energy sources. **International Conference on Renewable Energy and Environment**. Disponível em <<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/127/1/012007> >

WEBSTER, Jane; WATSON, Richard T. Analyzing the past to prepare for the future: Writing a literature review. **MIS quarterly**, p. xiii-xxiii, 2002.

2. CAPÍTULO 1. PANORAMA DA COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: PERSPECTIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

RESUMO

A agricultura familiar enfrenta desafios crescentes para garantir sua viabilidade e competitividade. Nesse contexto, a comercialização surge como ferramenta para a criação de mercados mais justos e sustentáveis para os pequenos agricultores. Desta forma, grupos de pequenos agricultores têm se organizado para criar circuitos curtos de comercialização, que reconhecem o papel do agricultor familiar no desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis, buscando facilitar a conexão entre consumidor e produtor. Esta pesquisa busca identificar as formas de comercialização agrícola existentes nos assentamentos da cidade de Araras-SP. A pesquisa será realizada por meio de questionários semiestruturados aplicados em forma de amostragem aleatória simples, que busquem identificar se existem e quais são os meios de comercialização dos excedentes de produção. Neste trabalho, um dos objetivos específicos será contemplado, buscando traçar um panorama das principais teorias e conceitos utilizados na análise da comercialização da agricultura familiar, verificando o estado dos seus elementos teóricos na academia brasileira e internacional, bem como os periódicos que mais publicam, a quantidade de publicações dos últimos anos e as palavras-chave mais utilizadas. Realizamos uma revisão sistemática da literatura seguindo o protocolo de Cronin, Ryan e Coughlan (2008), abrangendo artigos indexados no Web of Science e na base de dados do Google Acadêmico. Identificou-se que os artigos encontrados na base de dados nacional possuíam maior proximidade com estudos de caso relacionados à circuitos curtos de comercialização, predominantemente feiras livres, enquanto na base de dados internacional os estudos discorriam sobre a diferença entre os canais curtos e longos e seus impactos na agricultura familiar.

Palavras-Chave: Construção de mercados; Circuitos de Comercialização; Desenvolvimento Rural; Assentamentos.

OVERVIEW OF FAMILY FARMING COMMERCIALIZATION: NATIONAL AND INTERNATIONAL PERSPECTIVES.

ABSTRACT

Family farming faces increasing challenges to ensure its viability and competitiveness. In this context, commercialization emerges as a tool for creating fairer and more sustainable markets for small-scale farmers. Thus, groups of small farmers have organized to establish short supply chains that recognize the role of family farmers in developing more sustainable food systems, aiming to facilitate the connection between consumers and producers. This research seeks to identify the existing forms of agricultural commercialization in the settlements of Araras-SP. The study will be conducted through semi-structured questionnaires applied using simple random sampling to determine whether commercialization channels for surplus production exist and, if so, what they are. One of the specific objectives of this study is to outline an overview of the main theories and concepts used in the analysis of family farming commercialization. This involves examining the state of theoretical elements in Brazilian and international academia, identifying the most frequently publishing journals, the number of publications in recent years, and the most commonly used keywords. A systematic literature review was conducted following the protocol of Cronin, Ryan, and Coughlan (2008), covering articles indexed in the Web of Science and Google Scholar databases. The findings indicate that articles in the national database were more closely related to case studies on short supply chains, predominantly farmers' markets. In contrast, studies in the international database focused on the differences between short and long supply chains and their impacts on family farming.

Keywords: Market Construction; Commercialization Circuits; Rural Development; Settlements.

2.1 INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, questões relacionadas à qualidade dos alimentos, saúde pública e condições sociais dos agricultores estão se tornando cada vez mais importantes para determinar que tipo de alimento chega às mesas domésticas. O uso abusivo de pesticidas tem comprometido a segurança alimentar, e o ultra processamento industrial tem provocado um aumento preocupante da obesidade e de doenças associadas, como doenças cardíacas, hipertensão e diabetes (Ipes Food, 2018). Dessa forma, aspectos como a designação de origem, pegada ecológica, toxicidade e bem-estar animal são considerados na escolha individual dos alimentos a serem consumidos. Esses aspectos ressaltam a importância da transição para sistemas alimentares sustentáveis, o que, por sua vez, abre novas oportunidades para agricultores e movimentos sociais rurais (Preiss et al, 2017).

O surgimento das "cadeias alimentares alternativas" nos últimos anos tem sido impulsionado por uma nova política alimentar que busca suprir as deficiências das regulamentações governamentais e atender à crescente demanda pública por informações sobre a origem e o processamento dos alimentos (Marsden; Banks; Bristow, 2003). Nesse contexto, a ascensão desses novos circuitos alimentares nas economias agrícolas globalizadas deve ser compreendida à luz de uma série de mudanças fundamentais que permeiam diversos elos das cadeias agroalimentares (Marsden; Banks; Bristow, 2003). Tais mudanças se concentram principalmente em três aspectos das cadeias produtivas: o processo produtivo agroindustrial, o comportamento do consumidor e o uso da terra e mão de obra.

A modernização mecanizada do sistema agroalimentar, impulsionada pela concentração de poder monopolista nas mãos de grandes agroindústrias, produtores em larga escala e varejistas, que almejam o controle majoritário das cadeias de abastecimento alimentar, resultou, como principal consequência, na crescente desconexão entre a agricultura e o alimento e, por conseguinte, entre os agricultores/produtores e os consumidores finais (Ilbery; Maye, 2005).

No Brasil, a fome e a insegurança alimentar têm aumentado nos últimos anos. De acordo com o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, em 2022, 33,1 milhões de pessoas

no Brasil viviam em situação de fome, o que representa 15,5% da população (Rede Penssan, 2022).

A agricultura familiar é um modo de produção agrícola que se caracteriza por ser desenvolvida por famílias, que utilizam o trabalho familiar e pequenas propriedades. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por cerca de 77% dos estabelecimentos agrícolas, empregando 10 milhões de pessoas, o que corresponde a 67% da força de trabalho ocupada em atividades agropecuárias (IBGE, 2019).

De acordo com Amorim, Junior e Bandoni (2020), apesar de sua importância, a agricultura familiar enfrenta diversos desafios, como: concorrência com a agricultura empresarial, dificuldades de acesso a mercados e falta de políticas públicas de apoio. Portanto, percebemos que a agricultura familiar muitas vezes tem dificuldade de acessar mercados para vender seus produtos, o que pode reduzir sua renda, além da necessidade de políticas públicas de apoio, como crédito, assistência técnica e financiamento para a comercialização de produtos, para se desenvolver de forma sustentável. Desta forma, o fortalecimento da agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento do Brasil. É preciso investir em políticas públicas que promovam a agricultura familiar, a geração de renda para as famílias rurais e a educação alimentar e nutricional. (Amorim, Junior e Bandoni, 2020)

Devido a essas dificuldades, ao longo dos anos, e como resultado de lutas e de mobilizações camponesas, alguns programas federais foram criados para auxiliar o agricultor familiar na produção, na venda, e no escoamento das culturas agrícolas. Um desses programas, por exemplo, criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimento (PAA), permitiu a compra, pelo governo federal, de produtos da agricultura familiar. No entanto, este programa é um projeto de governo e não uma política pública, sendo sua existência atrelada às decisões circunstanciais de cada governo, gerando assim insegurança na produção e comercialização para os pequenos agricultores. Neste programa, houve uma redução dos recursos aplicados, do ano de 2016 para 2017, de 36,88% e, de 2017 para 2018, teve uma redução de 49,22%. (Brasil, 2018)

Apesar do apoio governamental, os agricultores familiares enfrentam dificuldades para competir no mercado. Isso porque, sem acesso a canais de comercialização diretos, eles acabam dependendo de atravessadores, que compram seus produtos por um preço baixo e revendem a um valor mais alto. Assim como relatam Maia, Eusébio e Da Silveira (2020), os assentamentos de reforma agrária

são um importante instrumento de inclusão social e promoção da segurança alimentar e nutricional no estado de São Paulo. Eles são áreas de terra ocupadas por famílias de trabalhadores rurais, que recebem o título de propriedade da terra após um processo de regularização fundiária.

Nas últimas três décadas, a integração da agricultura familiar às sociedades com mercados cada vez mais globalizados se transformou significativamente. Enquanto a modernização produtivista restringiu aspectos da identidade rural, problemas ambientais, econômicos e sociais, somados às críticas a esse processo, geraram novas representações do campo, redefinindo funções e valores que constituem as "novas ruralidades" (Wanderley, 2000; Moreira, 2003). Esse contexto abriu novas oportunidades de renda para os agricultores que permaneceram no campo, e as políticas de desenvolvimento rural passaram a valorizar a diversidade da paisagem, das culturas e das tradições como bens de troca (Batista et al, 2016).

As novas ruralidades, portanto, são entendidas como um processo dinâmico e em constante reestruturação dos elementos culturais, incorporando novos valores, hábitos e técnicas em uma via de mão dupla: tanto no âmbito local quanto na sua inserção na cultura urbana (Carneiro, 1998). Essa diversificação das estratégias de reprodução social e obtenção de renda também está sendo impulsionada pelos agricultores assentados, conforme pesquisas de Leite (2003), Alentejano (2003), Norder (2006), Batista et al. (2016) e outros autores.

Com a dificuldade de escoar a produção ou de competir no mercado tradicional, a organização em cooperativas, espaço onde os agricultores podem se unir para conquistar maior competitividade no mercado e, conseqüentemente, aumentar o nível de renda familiar e sua qualidade de vida, torna-se uma alternativa (Antunes Junior et al., 2009). Apesar desses desafios, os agricultores familiares têm encontrado diversas estratégias para comercializar seus produtos, incluindo: comercialização para redes de supermercados e restaurantes, formação de associações e cooperativas e comercialização direta. Essas iniciativas podem ajudar a melhorar o acesso dos agricultores familiares aos mercados e a garantir preços justos por seus produtos.

A organização em cooperativa prima pelo respeito ao trabalho dos pequenos agricultores, inserindo-os em diversos canais de comercialização, possibilitando maior poder de negociação e oferecendo melhores condições para execução das atividades, visto que os cooperados decidem coletivamente sobre todo o processo

produtivo, inclusive sobre investimentos e sobras financeiras. É, assim, um importante e histórico instrumento para obtenção de renda e qualidade de vida pelos agricultores familiares. Já o comércio, por meio da venda direta aos consumidores, contribui para aqueles agricultores, antes excluídos do processo de modernização agrícola, sejam inseridos no mercado e nas atividades econômicas. Além da questão da comercialização sem ou com um único atravessador, os circuitos curtos também apresentam outras vantagens sociais, como o vínculo entre o agricultor e o consumidor, a proximidade do consumidor com o local de produção e o aumento do conhecimento do consumidor sobre a origem do alimento. Essas vantagens levam ao desenvolvimento de novas relações de consumo. (Schneider; Ferrari, 2015).

Portanto, ao entender o contexto dos agricultores, incluindo suas condições de trabalho, produção e comercialização, é possível compreender o impacto positivo que a cadeia curta de abastecimento pode ter em suas relações pessoais. Esses ganhos não se limitam ao financeiro, mas também impactam a vida pessoal dos agricultores.

No cenário atual, observa-se um incremento no número de iniciativas de espaços e formas de comercialização de alimentos agroecológicos. Não obstante, para algumas dessas iniciativas, esses espaços transcendem a simples transação comercial, sendo concebidos como espaços de convívio, troca de saberes e outros diferenciais que atendem às exigências e demandas de uma nova concepção de consumidores em ascensão, onde as crescentes pressões do ambiente competitivo global têm levado cada vez mais agricultores a buscar soluções inovadoras, impulsionando a recente onda de criação de cooperativas, associações e redes de comercialização. Essas iniciativas visam produzir novidades a partir de arranjos organizativos diferenciados, agregação de valor às matérias-primas e construção de mercados alternativos.

Neste contexto, o presente capítulo/artigo procurou identificar na literatura científica brasileira e internacional as pesquisas mais relevantes sobre comercialização e agricultura familiar, tendo como objetivo principal fornecer elementos para analisar o papel dos arranjos organizacionais mobilizados pelos agricultores familiares em sua relação com os mercados e modelos de comercialização, representados pelos circuitos curtos de comercialização.

2.2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

A agricultura familiar é um termo abrangente que engloba uma variedade de situações. A categoria de agricultor familiar ganhou destaque a partir de meados da década de 1990, principalmente para a criação de programas governamentais de acesso a crédito e políticas públicas. A distinção dos agricultores familiares está ligada à formação histórica dos grupos, às diversas heranças culturais, às experiências profissionais e de vida únicas, bem como ao acesso e à disponibilidade variada de diversos fatores, incluindo recursos naturais, capital humano, capital social, entre outros (Buainin, 2006). O denominador comum dentro dessa diversidade é o conceito de agricultura familiar, definido como aquela em que a família, além de ser proprietária dos meios de produção, também trabalha na unidade produtiva, ou seja, em que a mão de obra na cadeia produtiva é predominantemente familiar (Schneider; Ferrari, 2015; Buainin, 2006; Wanderley, 2000).

Alguns estudos apontam para promissoras possibilidades de inserção da agricultura familiar em diversas cadeias produtivas regionais e nacionais (Buainin, 2006; Schneider; Ferrari, 2015; Schneider et al., 2010). Ao mesmo tempo, cresce a importância de abordagens que considerem os custos transacionais e as economias de escopo, baseadas em cadeias produtivas diversificadas e, principalmente, em estratégias de canais curtos de comercialização, ou seja, aqueles com até um intermediário entre o produtor e o consumidor (Ploeg, 2008). As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares são variadas, mas é reconhecido que eles buscam reduzir riscos econômicos e alimentares adotando sistemas mais diversificados e alocando recursos, especialmente tempo de trabalho, para produzir parte dos alimentos que consomem ou matéria-prima utilizada no estabelecimento (Schneider e Ferrari, 2015; Buainin, 2006).

O futuro da agricultura familiar depende crucialmente da capacidade e da possibilidade de os agricultores familiares aproveitarem e potencializarem as oportunidades derivadas das vantagens associadas à organização familiar da produção, ao mesmo tempo em que neutralizam ou reduzem as desvantagens competitivas que enfrentam devido à dotação de recursos, especialmente em

comparação com o agronegócio patronal e a agricultura de larga escala, historicamente privilegiados em relação aos subsídios governamentais (Buainin, 2006; Schneider et al, 2010).

2.2.2. Comercialização e Circuitos curtos

É importante destacar que os canais de comercialização ou distribuição, conceitos associados aos sistemas do agronegócio e às formas tradicionais de inserção em cadeias produtivas capitalistas na economia clássica, apresentam-se de maneira sistêmica. Eles se aplicam a cadeias produtivas de diversos alimentos, envolvendo processos de distribuição e consumo para variadas formas de produção. Portanto, esses conceitos também podem ser aplicados ao universo dos agricultores familiares em questão (Neves, 2007).

Segundo Wilkinson (2008), podem ser identificadas pelo menos quatro formas tradicionais de acesso da agricultura familiar aos mercados: acesso direto, especialmente no mercado local (informal); intermediação por atravessadores; integração com a agroindústria; e compras pelo poder público. Uma definição recente sugerida por alguns autores para a venda de produtos do setor agroalimentar é a diferenciação entre circuitos curtos e longos de distribuição/comercialização (Karan e Zoldan, 2004; Darolt, 2012). Os circuitos curtos de distribuição são aqueles que envolvem, no máximo, um intermediário entre o produtor e o consumidor. Dentro do circuito curto, existem dois caminhos possíveis: a venda direta e a venda indireta.

Devido ao perfil de produção diversificada, a propriedade rural que adota esse sistema de produção mantém vínculos simultâneos e distintos com diversos canais de comercialização. Alguns estudos mostram que os agricultores buscam vender sua produção para o maior número possível de canais, diminuindo os riscos de não conseguir colocar seus produtos no mercado, o que torna o processo de comercialização mais estável. No entanto, em termos quantitativos, o maior volume de produção é vendido para supermercados, escolas e feiras (Darolt, 2012; Fonseca, 2009). Outros canais de comercialização que estão sendo incentivados incluem mercados institucionais como restaurantes, hospitais, creches e programas de merenda escolar. Existem políticas federais, estaduais e municipais para a compra de produtos da agricultura familiar, com preços mais altos para produtos

orgânicos. Tais políticas foram estabelecidas a partir de 2003, focando na segurança alimentar e estimulando tanto a conscientização dos produtores sobre o uso de insumos quanto a dos consumidores sobre os benefícios de consumir alimentos orgânicos.

Devido ao perfil de produção diversificada, a propriedade rural que adota esse sistema de produção mantém vínculos simultâneos e distintos com diversos canais de comercialização. Alguns estudos mostram que os agricultores buscam vender sua produção para o maior número possível de canais, diminuindo os riscos de não conseguir colocar seus produtos no mercado e tornando o processo de comercialização mais estável. Contudo, em termos quantitativos, o maior volume de produção é vendido para supermercados, escolas e feiras (Darolt, 2012; Souza e Alcântara, 2003; Fonseca, 2009; Zoldan e Karan, 2004).

Para alcançar o objetivo deste artigo, que é determinar o panorama das pesquisas internacionais e brasileiras sobre circuitos curtos de comercialização e agricultura familiar, foi empregada a técnica de revisão da literatura. Esta técnica tem como objetivo atualizar o leitor sobre a literatura atual de um tema e estabelecer as bases para outros objetivos, como a justificativa para futuras pesquisas na área (Cronin, Ryan e Coughlan, 2008). A escolha dessa técnica se justifica pela possibilidade, entre outras, de criar uma base sólida para o avanço do conhecimento e identificar áreas que necessitam de investigação (Webster e Watson, 2002).

2.3. MATERIAIS E MÉTODOS

Existem dois tipos de revisão da literatura: a primeira é uma avaliação completa da literatura sobre um tema maduro, onde há um acervo substancial de pesquisas a ser analisado; a segunda é uma revisão de um tema emergente para explorar potenciais fundamentos teóricos. Neste caso, devido ao caráter emergente do tema, a revisão da literatura tende a ser mais breve (Webster e Watson, 2002). Dado o tema investigado nesta pesquisa, a proposta deste artigo se alinha com o segundo tipo de revisão da literatura – tema emergente.

Além disso, foi utilizada a técnica de revisão sistemática da literatura. Esta técnica é caracterizada por uma abordagem mais rigorosa e bem definida para revisar a literatura em uma área específica (Cronin, Ryan e Coughlan, 2008).

O objetivo de uma revisão sistemática é fornecer a lista mais completa possível de estudos publicados relacionados à área investigada, garantindo, assim, maior objetividade da avaliação dos conceitos analisados, utilizando critérios explícitos e rigorosos para identificar, avaliar criticamente e sintetizar a literatura sobre o tema (Cronin, Ryan e Coughlan, 2008). Desta maneira, foi realizada uma pesquisa com os mesmos termos para as bases nacional e internacional. No google acadêmico, representante da base nacional, selecionamos artigos somente em português. Já na base internacional foram selecionados artigos em inglês. A seguir, o Quadro 1 demonstra passo a passo de que forma será realizada a filtragem e pesquisa dos artigos focos do trabalho atual.

Quadro 1: Passos do Protocolo de pesquisa

	Desenvolvimento
Formulação da Questão de Pesquisa	Qual o panorama científico nacional e internacional dos circuitos curtos de comercialização na agricultura familiar?
Critérios de Inclusão e Exclusão	Os termos de pesquisa, com incidência no título e no resumo, foram: “ <i>short food supply chain</i> ”; “ <i>market building</i> ”; “ <i>rural development</i> ”; “ <i>family farm</i> ” (internacional) e “circuitos curtos de comercialização”; “construção de mercados”; “desenvolvimento rural”; “agricultura familiar”; Operador Booleano: <i>AND</i> e <i>OR</i> ; Recorte de Tempo: Entre 2019 e 2023; Aceitos apenas artigos completos, publicados em periódicos internacionais e nacionais, excluindo-se congressos, capítulos em livros; Base de Dados: <i>Web of Science</i> (Internacional) e Google Acadêmico (Nacional)

Seleção e Acesso à Literatura	No primeiro filtro, foram lidos apenas o título, o resumo e as palavras-chave da obra. Se estivessem de acordo com os critérios preestabelecidos, os trabalhos passam para o próximo filtro.
Avaliação da Qualidade da Literatura	No segundo filtro, foram lidos, além do título e resumo, a introdução e as conclusões. Ao fim, se o trabalho inteiro estiver de acordo, ele entra na composição do rol de análise, ou caso contrário, é descartado.
Análise e Síntese dos Resultados	Essa etapa compreendeu a análise detalhada e completa de cada trabalho, sendo necessária leitura na íntegra e a interpretação dos trabalhos publicados, para que fosse possível extrair os temas e subtemas relevantes para os conceitos pesquisados. Os artigos serão separados entre os de: (1) enfoque geral, (2) enfoque direto e (3) enfoque indireto. (1) trata os circuitos curtos de comercialização mais como um componente relacionado ao tema central do estudo; (2) os circuitos curtos de comercialização e agricultura familiar tratado como um componente principal do contexto da pesquisa. (3) pesquisa é desenvolvida com base na análise dos circuitos curtos de comercialização sendo apenas mencionada na pesquisa e tangenciando o tema principal.

Fonte: Adaptado de Cronin, Ryan e Coughlan (2008)

2.3.1. Análise dos Resultados

Foi realizada uma análise do Resumo (*Abstract*), da introdução e do foco do referencial teórico dos artigos, de forma que foram agrupados conforme o foco de suas pesquisas e o tema desta revisão da literatura.

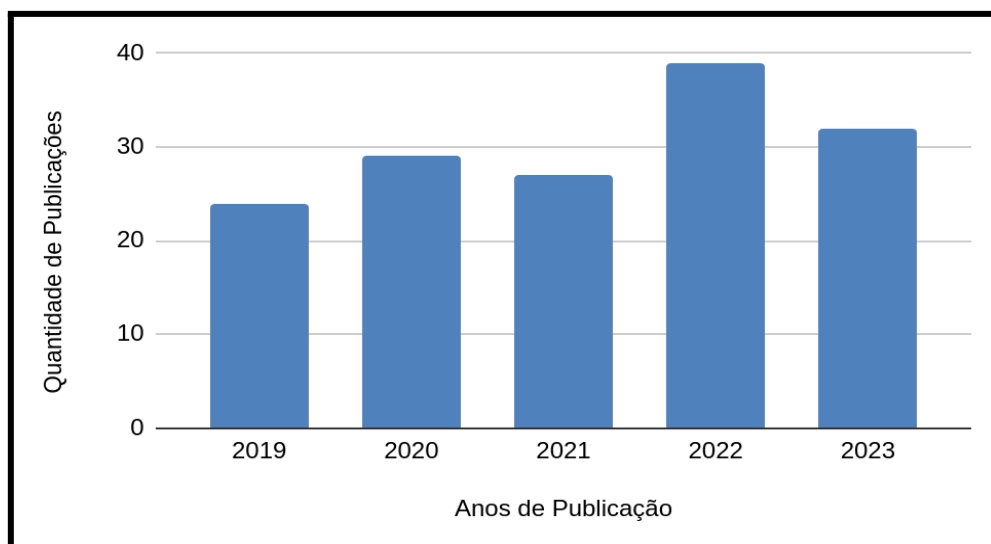
2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.4.1. Análises das Bases de dados Nacionais e Internacionais

2.4.1.1. Base de Dados Internacional (*Web Of Science*)

Após a utilização dos seguintes termos de pesquisa: “*short food supply chain**” and “*market building*” or “*rural development*” and “*family farm**”, utilizando o recorte temporal de 2019 até 2023 (foi selecionado o ano de 2023 por estar completo para análise), respeitando assim os últimos 5 anos de publicações, desta forma, deixando de lado alguns autores seminais para o assunto; restaram 151 artigos a serem avaliados. A Figura 1 apresenta o recorte temporal da pesquisa em relação a quantidade de publicações.

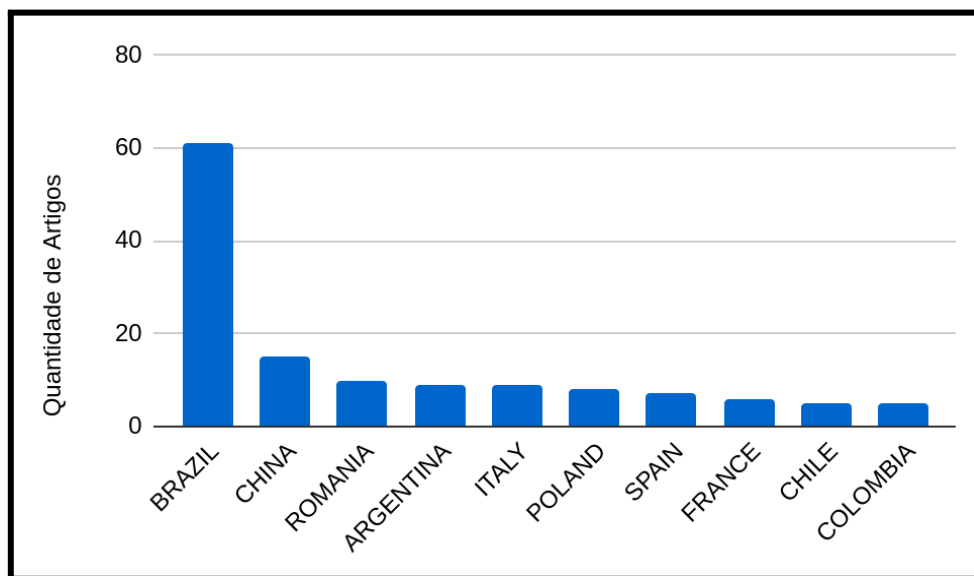
Figura 1: Gráfico da quantidade de Publicações durante o período dos últimos 5 anos.



Fonte: *Web of Science*.

Observa-se que na Figura 1 existe uma tendência alta de artigos com as temáticas pesquisadas, visto que, apesar da pandemia de COVID-19, as publicações tiveram uma leve queda em relação à tendência que vinha de 2019, diminuindo levemente em 2021, mas aumentando consideravelmente em 2022.

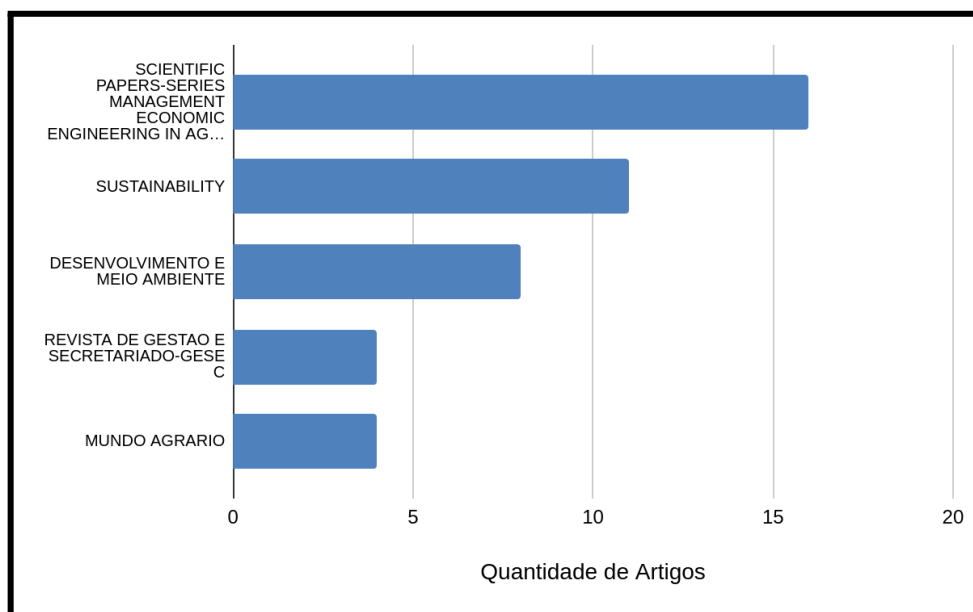
Figura 2: Gráfico de países que mais publicaram nos últimos 5 anos.



Fonte: *Web of Science*.

Dentre os países que mais publicam, dos 151 artigos encontrados, 60 são brasileiros, sendo relacionados às pesquisas realizadas com dados brasileiros e estudos de caso da agricultura familiar brasileira. Notadamente, a concentração de pesquisas relacionadas fica bastante concentrada no ambiente brasileiro, já que o segundo lugar, a China, não chega à contagem de 20 artigos publicados sobre o tema em questão. O mesmo serve para os outros países da lista, sendo subdividido entre países da união europeia, latino americanos, Romênia e Polônia.

Figura 3: Gráfico de periódicos que mais publicaram nos últimos 5 anos.



Fonte: *Web of Science*.

Dentre os periódicos que mais publicaram artigos, é interessante observar que em primeiro lugar está um periódico romeno (*Scientific Papers-Series, Management, Economic Engineering in Agriculture and Rural Development*), que representa a quantidade completa de publicações da Romênia, demonstrando que existe um ambiente favorável de publicações sobre o assunto pesquisado no país, que possui uma agenda de pesquisa específica a respeito de desenvolvimento rural e construção de mercados para agricultura familiar. Já a revista *Sustainability* costuma publicar sobre temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e possui sua sede na Suíça, publicando artigos de vários países que pesquisam sobre o tema. Enquanto isso, as 3 próximas revistas são brasileiras, fazendo alusão aos dados informados pela Figura 2, que possui o Brasil como país que mais publica sobre o assunto. Então o que se percebe é que: o Brasil lidera em pesquisas e em quantidade de revistas que publicam sobre o tema. Demonstrando que o ambiente de pesquisa no país, no que tange agricultura familiar e circuitos curtos de comercialização, é propício para maiores pesquisas sobre o tema. Assim como buscará informar a parte posterior desta pesquisa, na base de dados brasileira do Google Acadêmico.

Figura 4: Nuvem de palavras com as *keywords*.



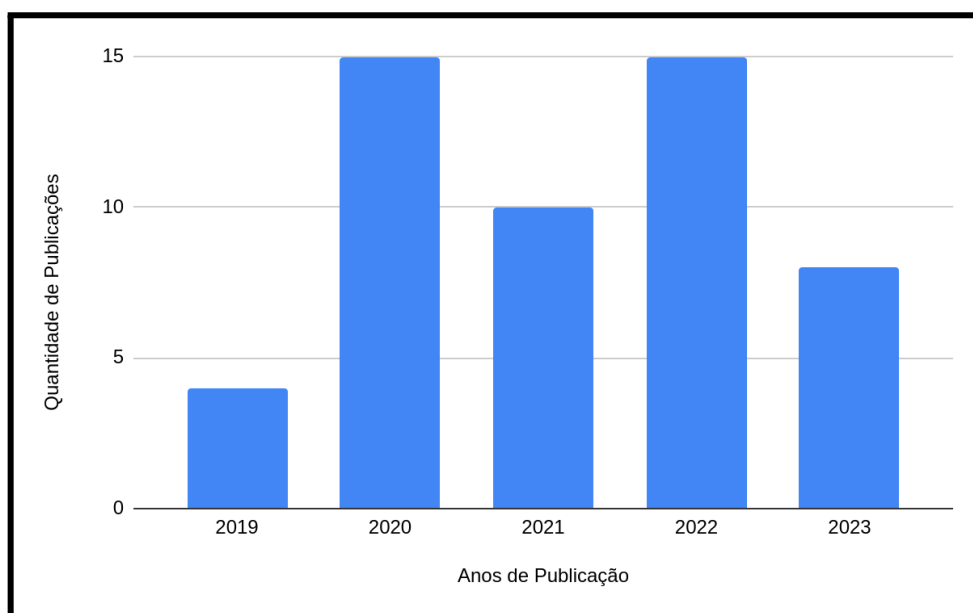
Fonte: *Web of Science*.

A nuvem de palavras desenvolvida na Figura 4, com as palavras-chave disponibilizadas nos artigos encontrados na busca, informa que pesquisas relacionadas à COVID-19 são bastante presentes, informando que é um tema que acabou pautando as pesquisas relacionadas nos últimos 5 anos de busca. “*food*” e “*policy*” também demonstram que as pesquisas são caracterizadas por envolver aspectos relacionados à questões de segurança alimentar e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável economicamente. “*Land*” e “*innovation*” também foram termos presentes a ponto de constarem na nuvem, informando que existem pesquisas que buscam relacionar as pesquisas tendo temas de inovação como propulsor juntamente no bojo dos outros termos demonstrados na figura. Interessante informar que, diferentemente da Figura 7, que informa a nuvem de palavras da base de dados de artigos nacionais, as palavras chave utilizadas nos artigos em inglês possuíam uma difusão abrangente de temas de pesquisa, entretanto, estas palavras que constam na Figura 4 são as que apareceram no mínimo 10x de forma reiterada, indicando que apesar de uma profusão de pesquisas com temas tangentes aos conceitos pesquisados, existe uma linha epistemológica que guia o desenvolvimento das pesquisas.

2.4.1.2. Base de Dados Nacional (Google Acadêmico)

Após a utilização dos seguintes descritores de pesquisa: “circuitos curtos de comercialização” *and* “construção de mercados” *or* “desenvolvimento rural” *and* “agricultura familiar”, utilizando o recorte temporal de 2019 até 2023, foram encontrados 188 artigos. Destes, após aplicado o filtro de somente selecionar artigos de periódicos científicos, restaram 52 artigos para análise.

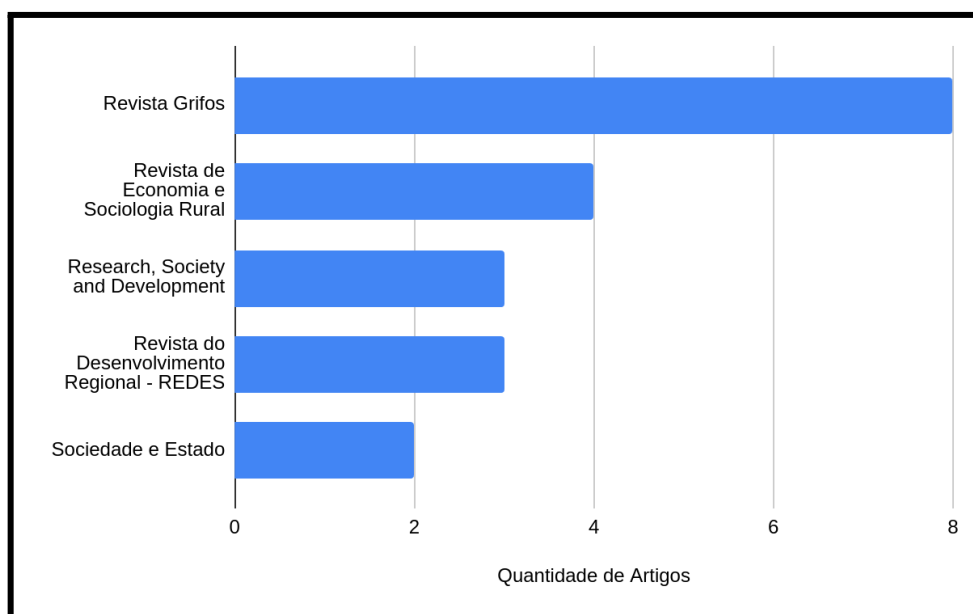
Figura 5: Quantidade de Publicações durante o período dos últimos 5 anos.



Fonte: Google Acadêmico.

Em quantidade de publicações, o google acadêmico, em comparação com o *Web of Science*, retornou uma quantidade consideravelmente similar, sendo de 188 para o Google Acadêmico e 151 para o Web of Science, e após a filtragem de seleção de somente artigos de periódicos científicos, a contagem do Google Acadêmico cai para 52 artigos, indicando uma quantidade razoavelmente considerável de artigos a respeito do tema pesquisado. O que percebemos ao analisar a Figura 5 é que em 2019 as pesquisas eram incipientes, e que após o período de pandemia, os números passaram a manterem-se elevados, o que indica uma tendência de aumento das pesquisas relacionadas aos temas pesquisados.

Figura 6: Periódicos que mais publicaram nos últimos 5 anos.



Fonte: Google Acadêmico.

A Figura 6 demonstra que a Revista Grifos é a que mais tem publicações no Brasil em relação aos temas pesquisados, sendo vinculada à Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Santa Catarina, e juntamente com a Revista do Desenvolvimento Regional - REDES, vinculada à Universidade de Santa Cruz do Sul, demonstram que existe um forte viés de pesquisa na região sul do país a respeito dos temas relacionados aos circuitos curtos de comercialização. O que se pode inferir também é que existe uma pulverização das publicações a respeito do tema pesquisado, visto que de 52 artigos, o periódico que mais publicou possui 8 publicações, e o segundo colocado possui 4, indicando que as demais revistas acabaram publicando entre 2 e 3 artigos cada. Demonstrando que existe um interesse em se pesquisar sobre os temas abordados, mas sem necessariamente uma região ou periódico que possa capitanear esse direcionamento de pesquisa.

Já a geografia econômica aborda a localização das cadeias curtas, distribuição e organização espacial dos circuitos, além da atividade econômica no uso da terra. Portanto, o estudo dos circuitos curtos de comercialização possui um caráter interdisciplinar, pois não se limita a uma única disciplina. Há uma abordagem sistêmica que integra teorias de diferentes disciplinas para compreender esse fenômeno emergente no Brasil.

2.4.2. Análise Integrativa dos Artigos Selecionados

2.4.2.1. Análise Integrativa dos Artigos Internacionais

Dessa forma, nota-se quais têm sido os principais enfoques da pesquisa científica publicada em periódicos de alcance internacional, sobre canais curtos de comercialização e agricultura familiar. Primeiramente, o Tabela 1 apresenta uma síntese da classificação inicial dos artigos, que foram estratificados entre enfoques direto, indireto e geral, para compor a seleção da revisão da literatura.

Tabela 1: Classificação dos artigos de base internacional quanto ao enfoque

Título	Ano	Autor(es)	Enfoque
Agricultores Familiares em Canais de Comercialização Curtos e Longos: Lições para o Desenvolvimento Rural em Goiás, Brasil	2023	Verano, Thiago de Carvalho; Neto, Carlos de Melo e Silva; Medina, Gabriel da Silva.	Direto
O papel das Cadeias Curtas de Comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES)	2020	Amara, Letícia de Souza; Santos, Carine de Jesus; Rozendo, Cimone; Penha, Thales Augusto Medeiros; Araújo, Joaquim Pinheiro de.	
Programas da Agricultura à Escola no Rural Português em Áreas de Baixa Densidade: Como Envolver os Agricultores	2023	Dinis, Isabel; Rosa, Guilherme.	
Trajetória para a construção de um circuito curto de comercialização por meio do cooperativismo: o caso das cestas agroecológicas do Assentamento	2023	Contrigiani, Ariele Carolina; Marjotta-Maistro, Marta Cristina; Montebello, Adriana Estela Sanjuan; Sautier, Denis.	

Milton Santos			
A dinâmica da inovação na agricultura familiar do semiárido potiguar	2020	Melo, Sued Wilma Caldas; Oliveira, Luiz Guilherme de.	Indireto
Diversificação da renda familiar agrícola como estratégia de sobrevivência	2021	Bojnec, Štefan; Knific, Kristina.	
Dinâmica de valorização em circuitos alternativos de marketing. Estudo de caso de bolsões de hortaliças em La Plata (Buenos Aires, Argentina), 2015-2022	2022	Fernández, Lisandro.	
Mercados Agroalimentares Rumo à Agroecologia: Tensões e Compromissos enfrentados pelos pequenos agricultores no Brasil e no Chile	2021	Muñoz, Estevan Felipe Pizarro; Niederle, Paulo André; Gennaro, Bernardo Corrado de.	Geral
As Transformações Socioespaciais em Tabapuã/SP Resultantes da Dinâmica Produtiva Agropecuária: Entendendo o Desenvolvimento Rural e a Permanência da Agricultura Familiar	2022	Pelisson, Guilherme Valagna; Souto, Thales Silveira.	
Comercialização da agricultura familiar para o desenvolvimento rural local na Área Metropolitana de Buenos Aires. O mercado Saropalca de Morón, província de Buenos Aires	2023	Feito, María Carolina.	
Caminhos de desenvolvimento para agricultores familiares: Lições do Brasil sobre a necessidade para reformas estruturais específicas como forma de abordar a heterogeneidade regional	2020	Medina, Gabriel da Silva; Gosch, Marcelo Scolari; DelGrossi, Mauro Eduardo.	Geral
Impacto da Pandemia de COVID-19 na Capitalização da Produção de Agricultores Familiares no Condado de Calarasi, Romênia	2022	Cretu, Oana Roberta; Tudor, Valentina Constanța; Lascar, Elena.	
PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico	2020	Silva, Luiz Humberto da; Medeiros, Monique; Tavares, Francinei Bentes; Dias, Ivanira Amaral; Frazão, Andréa das Graças Ferreira.	
Abordagem Territorial e Desafios do Desenvolvimento Rural: Governança, Mercados Estaduais e Territoriais	2022	Kato, Karina Yoshie Martins; Delgado, Nelson Giordano; Romano, Jorge Osvaldo.	

Fonte: *Web of Science*.

Dentre os artigos selecionados nesta pesquisa, os que fazem parte do enfoque direto são 4, os do enfoque indireto são 3 também, ficando com maior quantidade de artigos o enfoque geral, com 7 artigos. No total, foram analisados 14 artigos que passaram pelos filtros de análise anteriores. Interessante observar que o aspecto do enfoque geral é o mais notado pelos periódicos internacionais, tanto em serem aceitos quanto em serem desenvolvidos, é o que indicam os dados. Dentre os aspectos gerais que constam no enfoque geral estão o desenvolvimento de temas abrangentes que contém a questão dos circuitos curtos de comercialização e agricultura familiar como um subtema, geralmente envolvendo análises contextuais, estudos de caso que registram os resultados de políticas públicas em locais específicos.

Inicialmente, destaca-se que todos os estudos da amostra informam, em maior ou menor grau, o surgimento, a decisão ou a necessidade de adotar modelos de circuitos curtos de comercialização. Isso se deve à crise do modelo agroindustrial convencional de produção, casos de contaminação de alimentos e à crescente preocupação dos consumidores com aspectos como qualidade, relações comerciais justas e apoio à agricultura familiar. Esses fatores corroboram as questões destacadas na literatura sobre o tema, que identificam os circuitos curtos de comercialização como resposta aos limites e prejuízos associados às cadeias produtivas convencionais ou longas. A adoção de canais curtos de comercialização tem se mostrado essencial para fortalecer a conexão entre produtores e consumidores, promover a transparência na produção e garantir a segurança alimentar. A seguir a Tabela 2 informará a respeito das características dos artigos identificados como sendo do enfoque direto.

Tabela 2: Artigos Científicos Internacionais do enfoque direto com o tema pesquisado.

Título	Metodologia	Objetivo	Resultados
Agricultores Familiares em Canais de Comercialização Curtos e Longos: Lições para o Desenvolvimento Rural em Goiás, Brasil	Questionários e entrevistas com agentes de extensão rural e lideranças de agricultores familiares.	Avaliar até que ponto os canais de marketing curtos e longos promovem ou inibem o inclusão de agricultores familiares.	A alta participação dos agricultores familiares em canais longos da pecuária e das <i>commodities</i> agrícolas está relacionada à baixa

			participação desta categoria em outros canais.
Programas da Agricultura à Escola no Rural Português em Áreas de Baixa Densidade: Como Envolver os Agricultores	Estimação de um modelo logístico.	Analisar como o empenho dos agricultores pode ser afetado pela obrigatoriedade de adaptarem as suas práticas às exigências da procura das cantinas.	Produtores de frutas e hortícolas mais orientados para o mercado e residentes a maiores distâncias dos centros urbanos têm maior probabilidade de aderir a este tipo de circuito curto de comercialização.
O Papel das Cadeias Curtas de Comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES)	Pesquisa de Campo	Compreender em que medida os circuitos curtos criados pela Central de Comercialização da Agricultura Familiar (CECAFES), no Estado do Rio Grande do Norte - Brasil, têm potencial para colocar em curso um modelo de produção e consumo mais sustentável na região semiárida.	Protagonismo dos agricultores e suas organizações na garantia de volume e diversidade de produtos, sobretudo os agroecológicos.
Trajetória para a construção de um circuito curto de comercialização por meio do cooperativismo: o caso das cestas agroecológicas do Assentamento Milton Santos	Estudo de Caso	Estudar a criação, trajetória e mobilização da Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana (Cooperflora) ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Conhecer como se deu a criação da cooperativa e como os agricultores estão se organizando para escoar os seus produtos.

Fonte: *Web of Science*.

A seguir, a partir dos dados coletados e apresentados pela Tabela 2, foram desenvolvidas algumas categorias de análise para explicitar as peculiaridades do conjunto dos artigos.

2.4.2.1.1. Alta Participação em Canais Longos

Medina, Verano e Neto (2023), indicaram a alta participação dos agricultores familiares em canais longos de pecuária e *commodities* agrícolas, e como isso impacta diretamente na baixa participação desta categoria em outros canais. Isso

sugere que os agricultores familiares estão mais inseridos em mercados tradicionais e estabelecidos, onde podem encontrar maior estabilidade e demanda constante. No entanto, essa inserção também pode limitar a diversificação de suas estratégias de comercialização e restringir seu acesso a mercados mais lucrativos e menos saturados.

2.4.2.1.2. Comercialização de Frutas e Hortícolas

Produtores de frutas e hortícolas mais orientados para o mercado e residentes a maiores distâncias dos centros urbanos têm maior probabilidade de aderir a circuitos curtos de comercialização. Isso indica uma tendência de que produtores com maior foco mercadológico e que enfrentam desafios logísticos devido à distância optem por métodos de venda que encurtam a cadeia entre produção e consumo, como feiras locais e venda direta aos consumidores. Esses circuitos curtos podem oferecer benefícios como redução de custos de transporte e maior margem de lucro.

2.4.2.1.3. Protagonismo dos Agricultores e Organizações

O protagonismo dos agricultores e suas organizações na garantia de volume e diversidade de produtos, sobretudo os agroecológicos, é um ponto crucial. Esse protagonismo demonstra a capacidade de auto-organização dos agricultores para atender à demanda do mercado com uma gama diversificada de produtos. O foco em produtos agroecológicos ressalta uma preocupação crescente com práticas sustentáveis e a valorização de alimentos produzidos de maneira ecologicamente responsável.

2.4.2.1.4. Criação de Cooperativas e Organização dos Agricultores

Conhecer como se deu a criação da cooperativa e como os agricultores estão se organizando para escoar seus produtos é essencial para entender os mecanismos internos que permitem a esses agricultores acessar mercados de maneira mais eficiente e equitativa. As cooperativas podem oferecer uma série de vantagens, como maior poder de negociação, compartilhamento de recursos e

conhecimento, e acesso a mercados que, individualmente, seriam difíceis de alcançar.

2.4.3.2. Análise dos Artigos Nacionais

Com relação aos artigos nacionais, o que podemos observar inicialmente é que dos 52 artigos que estavam no filtro anterior, restaram 21 para esta análise atual, demonstrando que aproximadamente metade dos artigos não possuíam ligação com o tema em si, e apesar de possuir os termos da pesquisa dentro da sua estrutura de resumo e título, não desenvolviam a pesquisa sobre o tema, seja de forma indireta, geral ou direta. A análise realizada nos artigos foi similar à dos artigos internacionais em quesito de filtragem. Logo abaixo, a Tabela 3 buscou uma classificação similar à da base de dados internacional, utilizando dos mesmos enfoques que selecionamos anteriormente (direto, geral e indireto).

Tabela 3: Classificação dos artigos de base nacional quanto ao enfoque.

Título	Ano	Autor(es)	Enfoque
Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico - SP	2020	Camargo, Regina Aparecida Leite de; Bocca, Matheus Ferreira; Almeida, Otávio Luis; Pinotti, Luís Rodrigo Ribon; Micheletto, Artur Pizarro.	
Agricultura Familiar, Mercado e Agroecologia: Cabem Todos na Mesma Cesta?	2019	Antunes Junior, Wolney Felipe; Soares, Diego Ruiz; Silva, Bruna Aparecida; Marjotta-Maistro, Marta Cristina; Montebello, Adriana Estela Sanjuan.	
Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha	2022	Cruz, Maria Sirlene da; Ribeiro, Eduardo Magalhães; Perondi, Miguel Angelo; Araujo, Alexandro Moura; Maltez, Marcos Antonio Pereira da Fonseca.	
Canais e Margens de Comercialização da Agricultura Urbana: O Caso do Bairro Curuçambá, Região Metropolitana de Belém.	2022	Júnior, Paulo Silvano Magno Fróes; Rebello, Fabrício Khoury; Lopes, Maria Lúcia Bahia; Martins, Cyntia Meireles; Nogueira, Amanda da Silva; Santos, Marcos Antônio Souza dos.	
Condições Associadas à Participação de Produtores de Frutas e Hortaliças em Canais de Comercialização	2022	Camara, Simone Bueno; Dias, Jaqueline Menezes; Silva, Gustavo Pinto da; Von Ende,	Direto

		Marta; Silva, Ricardo Vieira da.	
O abastecimento alimentar de Araraquara/SP por meio das cadeias curtas de comercialização e sua relação com a agricultura familiar	2020	Izidoro, Laís Túbero; Ferrante, Vera Lúcia Silveira Botta; Junior, Osvaldo Aly; Júnior, Newton Narciso Gomes.	
Feiras Orgânicas enquanto política de abastecimento alimentar e promoção da saúde: um estudo de caso	2022	Carvalho, Soraia Martins de; Bezerra, Islandia; Rigon, Silvia do Amaral; Cassarino, Julian Perez.	
Expressões econômicas da feira-livre: perfil e perspectiva dos feirantes	2023	Pereira, Viviane Guimarães; Pereira, Miguel de Souza; Brito, Tayrine Parreira; Goulart, Ana Luiza Vieira; Pereira, Samanta Borges.	Direto
Economia Solidária e Comercialização em Circuitos Curtos: Agroecologia no Assentamento Osvaldo de Oliveira do MST/RJ	2023	Caetano, Gilcimar Ferreira de Carvalho; Wanderley, Sergio Eduardo de Pinho Velho.	
Enraizamento, Circuitos Curtos e Combate à Pobreza Rural no Semiárido Nordeste: Uma Experiência de Desenvolvimento Rural no Quilombo Tabacaria	2020	Morais, João Rafael Gomes de; Magalhães, Luíz Fernando Barbosa Gomes.	
Mercados agroalimentares do Vale do Jaguari (RS): o caso das frutas, legumes e verduras (flv)	2019	Dutra, Eduardo Gilvan; Oliveira, Sibeles Vasconcelos de; Pauli, Rita Inês Paetzhold; Silva, Gustavo Pinto da.	
A Construção de Mercados na Agricultura Familiar: O Programa de Aquisição de Alimentos nos Territórios do Rio Grande do Norte	2022	Nunes, Emanuel Márcio; Silva, Paulo Sidney Gomes.	Geral
Desafios e perspectivas da cadeia de comercialização da produção agroecológica em Boa Vista/RR	2022	Henig, Edir Vilmar; Castro, Ester Ariel Fonseca de.	
Modernização, Mercantilização e Olericultura: O Protagonismo do Trabalho Familiar	2021	Netto, Emilio Romanini; Denardin, Valdir Frigo; Schaffrath, Valter Roberto.	

Estratégia de Enfrentamento da Pandemia COVID-19 Utilizando Ferramentas Digitais: Uma Pesquisa-Ação na Feira do Teatro de Cascavel/PR	2023	Zanini, Elaine de Oliveira; Fariña, Lucina de Oliveira.	Indireto
Empreendimentos solidários e sua capacidade de promover a agricultura familiar	2022	Rêgo, Amanda Barbosa; Godoi, Emiliano Lobo de.	
Construção social de mercados orgânicos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC	2021	Miranda, Dayana Lilian Rosa; Escosteguy, Isadora Leite; Rover, Oscar José; Sampaio, Carlos Alberto Cioce.	
O comércio eletrônico como ferramenta de comercialização para a agricultura familiar	2020	Feiden, Aldi; Ramos, Manoel João; Schwanke, Jéssica.	
Percepção dos consumidores de produtos orgânicos em circuitos curtos de comercialização da Região Metropolitana de Belém - PA	2023	Lima, Everson Euller Farias de; Neto, Ludgero Rêgo Barros; Souza, Armando Lírio de; Lucena, Bruno Rafael Dias de.	
Percepções Sobre o Empoderamento Socioeconômico e Psicossocial de Agricultoras Participantes de Cadeias Curtas Alimentares	2021	Demetrio, Milena; Ternoski, Simão; Gazolla, Marcio.	
Agroindústrias Familiares Rurais: Um Estudo dos Empreendimentos do Municípios de Constantina-RS	2021	Conteratto, Caroline; Matte, Alessandra; Spanevello, Rosani Marisa; Andreatta, Tanice.	

Fonte: Google Acadêmico.

Dentre os artigos selecionados nesta pesquisa, os que fazem parte do enfoque direto são 10, os do enfoque indireto são 7 também, ficando com maior quantidade de artigos o enfoque geral, com 4 artigos. No total, foram analisados 21 artigos que passaram pelos filtros de análises anteriores. Interessante observar que o aspecto do enfoque desta vez, foi o mais notado pelos periódicos nacionais, demonstrando que o ambiente de pesquisa nacional sobre o assunto é quente e tem desenvolvido uma quantidade interessante de trabalhos. Dentre os aspectos gerais que constam no enfoque geral estão o desenvolvimento de temas abrangentes que contém a questão dos circuitos curtos de comercialização e agricultura familiar como um subtema, geralmente envolvendo análises de políticas públicas, de canais de comercialização específicos, como feiras-livres, cestas agroecológicas, venda direta e políticas públicas (PAA e PNAE), envolvendo, em sua maioria, estudos de caso

que utilizam em grande parte a análise de dados primários e secundários, sendo os primários gerados por meio de entrevistas com os agricultores familiares. A seguir, na Tabela 4, selecionamos os artigos com enfoque direto e suas respectivas peculiaridades.

Tabela 4: Artigos Científicos Nacionais do enfoque direto com o tema pesquisado.

Título	Metodologia	Objetivo	Resultados
Agricultura Familiar, Mercado e Agroecologia: Cabem Todos na Mesma Cesta?	Revisões bibliográficas e utilizado o método de análise denominado FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).	Discutir o potencial das entregas de cestas como um mercado compatível com a agricultura familiar, capaz de aproximar consumidor e produtor, bem como a contribuição da agroecologia.	Entre os fatores positivos, as cestas ampliam a garantia de compra e venda o que aprimora o planejamento de plantio e colheita. No que se referem às questões negativas, destacam-se a limitação de mão-de-obra e a não compreensão, por parte dos consumidores, da sazonalidade na produção agrícola.
Condições Associadas à Participação de Produtores de Frutas e Hortaliças em Canais de Comercialização	Aplicação de questionários	Explorar e compreender as condições que podem estar relacionadas à participação dos produtores de frutas e hortaliças em diferentes canais de comercialização.	cada município apresenta diferentes formas de inserção dos fruticultores e horticultores nos mercados. A maioria das transações é baseada em valores monetários (preço), mas com forte ênfase na importância de questões de proveniência e reputação, que foram sendo construídas ao longo do tempo.
Economia Solidária e Comercialização em Circuitos Curtos: Agroecologia no Assentamento Osvaldo de Oliveira do MST/RJ	Observação participante, elaboração de caderno de campo, entrevistas semiestruturadas	Investigar como se aplica o conceito de economia solidária na organização do trabalho	Resultados sugerem que o assentamento propõe uma organização com a práxis da economia solidária, que se

as.			caracteriza por uma comunidade gerida coletivamente.
Enraizamento, Circuitos Curtos e Combate à Pobreza Rural no Semiárido Nordeste: Uma Experiência de Desenvolvimento Rural no Quilombo Tabacaria	Pesquisa-ação	Analisar o processo de desenvolvimento local	É possível afirmar que a constituição de negócios em comunidades rurais empobrecidas é diretamente dependente da tecitura de relações sociais recíprocas e solidárias entre seus membros, sendo, muitas vezes, condição sine qua non para a criação e a oferta de produtos e serviços diferenciados
Canais e Margens de Comercialização da Agricultura Urbana: O Caso do Bairro Curuçambá, Região Metropolitana de Belém	Entrevistas	Identificar e caracterizar os canais e margens de comercialização praticados pela AU	comercialização em feiras da Região Metropolitana de Belém, mercados institucionais como o Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), redes de supermercados e restaurantes e para venda direta ao consumidor, como feiras de produtor, quitandas, vendas na área de produção e venda ambulante.
Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha	Análise de dados primários e secundários	Analisar cinco feiras livres	As feiras se relacionam com a identidade cultural alimentar, o abastecimento de grande parte da população urbana e movimenta parte expressiva da economia local dos municípios

Expressões econômicas da feira-livre: perfil e perspectiva dos feirantes	Entrevista Semi-Estrutura da	Analisar a expressão econômica da feira-livre	A maioria dos feirantes comercializam sua própria produção e, de forma estratégica, complementam sua oferta adquirindo produtos constantemente demandados por frequentadores.
Feiras Orgânicas enquanto política de abastecimento alimentar e promoção da saúde: um estudo de caso	Estudo de caso, análise de documentos institucionais e entrevistas semiestruturadas com feirantes e técnicos da área de abastecimento, informantes-chave.	Compreender o processo organizacional das Feiras Orgânicas em Curitiba-PR, enquanto política de abastecimento alimentar e de promoção da saúde.	Importância social desse local enquanto espaço de comercialização de alimentos produzidos sem agrotóxicos e provenientes da agricultura familiar. Um vínculo de solidariedade construído com os consumidores foi observado, constituindo um ambiente de cooperação para a alimentação saudável, de socialização de saberes e de empoderamento dos envolvidos.
O abastecimento alimentar de Araraquara/SP por meio das cadeias curtas de comercialização e sua relação com a agricultura familiar	Levantamento bibliográfico e pesquisa documental	Detectar as alternativas de comercialização dos agricultores familiares a partir de experiências de grupos formais e informais	Embora existam canais curtos de comercialização já consolidados no município, eles ainda não conseguem ser suficientes para incorporar de modo efetivo a agricultura familiar do município.
Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico - SP	Entrevistas	Apresentar dados recentes sobre o PAA e os efeitos das mudanças do programa no assentamento Córrego Rico	Dificuldade de acessar mercados institucionais por esse instrumento de política pública diminuiu a diversidade de cultivos, o que afeta

a alimentação das famílias e sua capacidade de reprodução como agricultores familiares.

Fonte: Google Acadêmico.

A Tabela 4 apresenta os 10 artigos relacionados ao enfoque direto que foram identificados na pesquisa. Interessante salientar que dentre eles, 6 artigos tiveram entrevistas como metodologia principal, além de serem estudos de casos específicos, que demonstra uma forte tendência desse tipo de ferramenta de pesquisa para obtenção de resultados mais calcados na realidade dos agricultores observados. Importante ressaltar que o modo mais analisado de circuito curto de comercialização é o da feira-livre, observando-se também que a questão do impacto da COVID-19 não é abordada de forma principal nos artigos, apesar dos anos selecionados como recorte de pesquisa serem os impactados pela pandemia.

A análise dos artigos científicos revela um panorama multifacetado das dinâmicas de comercialização e produção agrícola, com ênfase nas experiências de diferentes municípios, estratégias de comercialização e desafios enfrentados. Desta maneira, os artigos foram categorizados nas seções a seguir.

2.4.3.2.1. Fatores Positivos e Negativos das Cestas

Antunes Junior *et al.* (2019), em sua pesquisa, desenvolve uma análise a respeito da entrega de cestas, informando que existe a possibilidade de que as cestas garantam tanto a compra quanto a venda, o que aprimora o planejamento de plantio e colheita. Isso proporciona uma previsibilidade maior para os agricultores, permitindo uma melhor gestão dos recursos e do tempo. Com a certeza de que haverá mercado para seus produtos, os agricultores podem planejar melhor suas atividades agrícolas, reduzindo desperdícios e otimizando a produção. Entre os fatores negativos, destaca-se a limitação de mão-de-obra, pois a falta de trabalhadores disponíveis pode restringir a capacidade de produção, tornando difícil atender à demanda constante das cestas. Além disso, a compreensão da sazonalidade na produção agrícola por parte dos consumidores é muitas vezes

insuficiente, o que pode gerar insatisfação quando certos produtos não estão disponíveis, complicando assim as relações comerciais.

2.4.3.2.2. Diferenças na Inserção dos Produtores no Mercado

Caetano e Wanderley (2023) informa a respeito das diferenças entre municipalidades e como elas apresentam inserções diversas dos produtores nos mercados locais. Jaguari se destaca pelo mercado territorial, principalmente através da Cooperativa Agrária S. José Ltda, o que indica uma organização mais formal e estruturada. Em contraste, Nova Esperança do Sul possui mercados de proximidade mais representativos, sugerindo uma economia mais informal e dependente de redes locais. O tipo de produto também influencia o acesso aos mercados. Alguns produtos têm mais facilidade para encontrar mercado do que outros, variando conforme suas características e demanda.

2.4.3.2.3. Relações Comerciais e Interpessoais

Pereira *et al* (2023), informa que nas pequenas comunidades, as relações comerciais são frequentemente baseadas na confiança e amizade, evidenciando a importância das redes sociais locais na economia rural. Em Jaguari, embora as transações sejam baseadas em valores monetários, há uma forte ênfase na proveniência e reputação dos produtos, aspectos que foram construídos ao longo do tempo (Carvalho *et al*, 2022).

2.4.3.2.4. Economia Solidária e Organização Comunitária

A práxis da economia solidária é observada em assentamentos, caracterizando-se pela gestão coletiva e pelas relações sociais recíprocas e solidárias, fundamentais para a criação e oferta de produtos e serviços diferenciados. De acordo com Caetano e Wanderley (2023), a constituição de negócios em comunidades rurais empobrecidas depende fortemente dessas relações sociais, sendo muitas vezes uma condição essencial para o sucesso.

Na mesma linha de pensamento, Rêgo e Godoi (2022), observam que as análises teóricas destacaram que as práticas de economia solidária ganham impulso

em períodos de crise, pois são capazes de dinamizar a economia local e proporcionar renda para pessoas marginalizadas pelo sistema capitalista. Apesar de seu potencial para transformar a realidade de comunidades vulneráveis e fortalecer a agricultura familiar, especialmente em um país onde 33 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar, observa-se que a economia solidária no Brasil, enquanto política pública nacional para o desenvolvimento econômico, foi praticamente desmantelada devido à falta de atualização dos dados institucionais e ao enfraquecimento dos órgãos públicos nos últimos anos. Tanto as teorias quanto os exemplos práticos indicam que a organização solidária é fundamental para o desenvolvimento rural, pois permite gerar renda para pequenos e médios produtores, além de valorizar a agricultura familiar (Caetano; Wanderley, 2023).

2.4.3.2.5. Comercialização em Feiras e Mercados

As feiras e mercados institucionais, como o Programa Nacional de Abastecimento Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), redes de supermercados e venda direta ao consumidor, são fundamentais para a comercialização de produtos agrícolas. As feiras desempenham um papel crucial na identidade cultural alimentar, no abastecimento da população urbana e na movimentação da economia local. A maioria dos feirantes comercializa sua própria produção e complementa a oferta com produtos adquiridos estrategicamente para atender à demanda dos frequentadores. Observa-se um vínculo de solidariedade entre produtores e consumidores, promovendo um ambiente de cooperação, alimentação saudável e socialização de saberes.

2.4.3.2.6. Desafios e Limitações

Apesar da existência de canais curtos de comercialização, eles ainda são insuficientes para incorporar efetivamente a agricultura familiar, limitando a diversidade de cultivos e afetando a alimentação das famílias e a reprodução dos agricultores familiares. A dificuldade de acessar mercados institucionais através de políticas públicas reduz a diversidade de cultivos, impactando negativamente a sustentabilidade dos agricultores familiares.

2.5. CONCLUSÕES

Os artigos científicos evidenciam a complexidade das dinâmicas agrícolas e comerciais. A garantia de compra e venda através das cestas melhora o planejamento agrícola, mas enfrenta desafios de mão-de-obra e sazonalidade. A diversificação de mercados e a organização comunitária baseada na economia solidária são essenciais para a sustentabilidade das comunidades rurais. No entanto, barreiras significativas ainda precisam ser superadas para integrar plenamente a agricultura familiar nos mercados institucionais e comerciais, garantindo a sustentabilidade e diversidade da produção agrícola.

O mercado de cestas, junto com as feiras e outros tipos de vendas diretas, são as estratégias que mais se adequam às diversas realidades e dinâmicas da agricultura familiar. As entregas de cestas têm ganhado relevância, mostrando-se um mercado que estreita a relação entre produtor e consumidor. Essa aproximação, no entanto, exige de ambos os atores a capacidade de compreender as diferentes perspectivas e de realizar as mediações necessárias. A agroecologia, enquanto ciência e prática que reflete sobre a produção e as relações entre produtores e consumidores, pode servir como pano de fundo desse processo.

É fato que as relações da agricultura familiar com os mercados são múltiplas, variando entre aquelas que favorecem a autonomia e independência dos agricultores e aquelas que não o fazem. Essas relações impactam social, cultural e economicamente a dinâmica das famílias agricultoras. Compreender essa complexidade - a partir deste trabalho, que mesmo sem esgotar o tema, ampliou a fundamentação do debate - permite um olhar além da associação da agricultura familiar com a produção capitalista e seus aspectos econômicos no meio rural. Ou seja, possibilita uma abordagem que contemple todas as dimensões dessas relações, não se limitando apenas ao aspecto econômico.

Em primeiro lugar, apoio à Produção é necessário apoiar e fortalecer a produção local de frutas, cereais e proteínas. Isso pode ser feito através da assistência técnica e capacitação para a agroindustrialização, transformando a vigilância em um serviço de assessoria ao produtor, em vez de uma barreira de acesso aos mercados. Incentivar a produção de frutas pode ser realizado pela comercialização de produtos sazonais em barracas específicas nas feiras ou via compra institucional, organizando a aquisição de acordo com um calendário de colheitas. Permitir que os agricultores tenham acesso à internet para pesquisar informações sobre produção, mercado e comercialização também é fundamental.

Com relação ao mercado atacadista, o poder público deve prestar atenção ao potencial do comércio atacadista, compreendendo seu papel no abastecimento local e na melhoria da qualidade da alimentação, enquanto pratica melhores preços. É possível adotar práticas desenvolvidas em outros mercados atacadistas para promover a melhoria e o aumento da produção local de alimentos, sem elevar os preços.

Por fim, falando a respeito das feiras livres e de produtores, as prefeituras podem implementar um programa de revitalização de feiras livres, ajustando os horários e criando feiras noturnas com atrações culturais, como gastronomia, música e exposições. A revalorização das feiras deve incorporar a presença de agricultores familiares ou suas associações, comercializando sua produção, pois uma das vantagens comparativas das feiras é a qualidade dos alimentos - mais frescos - além de promover a sociabilidade. O associativismo pode ser incentivado concedendo barracas de feira para associações de produtores assentados ou familiares, oferecendo assessoria em gestão e comercialização.

Destaca-se, então, a importância da participação da sociedade local no abastecimento e na segurança alimentar. É essencial que a produção local contribua para esse objetivo, especialmente porque as políticas públicas podem melhorar o acesso à comida para a população com renda reduzida, o que tem levado ao aumento da fome no país. As gestões municipais enfrentam o desafio de promover um abastecimento alimentar que integre a produção e comercialização da agricultura familiar, garantindo a segurança alimentar da comunidade. Além da comercialização de produtos sustentáveis e do aumento da renda dos agricultores, bem como da ampliação do acesso à uma alimentação saudável, a atuação em rede promove outros benefícios, como o fortalecimento das relações e conexões entre os atores

sociais. Isso gera intercâmbio de informações, maior resiliência e capacidade organizativa. Atores sociais conectados em redes possuem maior habilidade para responder a crises e criar soluções coletivas inovadoras.

Portanto, ressalta-se a importância da pesquisa realizada neste Capítulo 1 da dissertação, que contribuiu com a construção do conhecimento a respeito dos temas principais da pesquisa, e de que forma os mesmos são abordados tanto em base científica internacional quanto nacional. O que acaba por traçar um panorama interessante a respeito dos principais assuntos tratados nos últimos 5 anos, no que tange os circuitos curtos de comercialização e a agricultura familiar. Desta maneira, para o Capítulo 2, observamos que a pesquisa realizada *à priori* da obtenção dos dados primários têm o potencial de indicar que a combinação desses dois tipos de dados não só amplia a base de evidências, mas também aumenta a credibilidade e a robustez das conclusões, ao permitir uma triangulação de informações e uma visão mais completa e detalhada do tema investigado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, v. 2, n. 21, p. 25-39, 2003.

AMORIM, Ana Laura Benevenuto ; JUNIOR, J; BANDONI, D. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1134-1145, 2020.

AMARAL, Letícia de Souza; SANTOS, Carine de Jesus; ROZENDO, Cimone; PENHA, Thales Augusto Medeiros; ARAÚJO, Joaquim Pinheiro de. O papel das Cadeias Curtas de Comercialização na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino: o caso da Central de Comercialização da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (CECAFES). **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 55, 2020.

ANTUNES JUNIOR, W. F., SOARES, D. R., SILVA, B. A., MARJOTTA-MAISTRO, M. C., & MONTEBELLO, A. E. S. AGRICULTURA FAMILIAR, MERCADO E AGROECOLOGIA: CABEM TODOS NA MESMA CESTA?. **Nucleus**, 16(2), 2019.

BATISTA, Lucimar Moreira Guimarães et al. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 494-504, 2016.

BEZERRA, I.; RIGON, S. D. A.; CASSARINO, J. P. Feiras Orgânicas enquanto política de abastecimento alimentar e promoção da saúde: um estudo de caso. **Saúde em debate**, 46, 542-554, 2022.

BRASIL. **PAA – Resultado e Ações da Conab em 2018**. Brasília, 2018
Companhia Nacional de Abastecimento. Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1 (2016-). - Brasília: Conab, 2016.

BOJNEC, Štefan; KNIFIC, Kristina. Farm household income diversification as a survival strategy. **Sustainability**, v. 13, n. 11, p. 6341, 2021.

BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. Brasília: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura,. 134p.(Série Desenvolvimento Rural v.5), 2006.

CAMARA, S. B., DIAS, J. M.; DA SILVA, G. P., VON ENDE, M.; DA SILVA, R. V. Condições associadas à participação de produtores de frutas e hortaliças em canais de comercialização. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, 24, e1884-e1884, 2022.

CAMARGO, R; SOUZA-ESQUERDO, V.; BORSATTO, R. Compras públicas

estaduais na formação de sistemas agroalimentares locais: um olhar sobre o estado de São Paulo. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 262-279, 2021.

CAMARGO, R. A. L.; BOCCA, M. F.; ALMEIDA, O. L.; PINOTTI, L. R. R.; MICHELETTO, A. P. Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico-SP. **Retratos de Assentamentos**, 23(1), 143-180, 2020.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998.

CONTERATTO, C.; MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Agroindústrias familiares rurais: um estudo dos empreendimentos do município de Constantina-RS. **Revista Grifos**, 30(53), 94-113, 2021.

CONTRIGIANI, A. C.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C.; MONTEBELLO, A. E. S.; SAUTIER, D.. Trajetória para a construção de um circuito curto de comercialização por meio do cooperativismo: o caso das cestas agroecológicas do Assentamento Milton Santos. **Revista de Gestão e Secretariado**, 14(4), 5745-5760, 2023.

CAETANO, Gilcimar Ferreira; WANDERLEY, Sergio Eduardo de Pinho Velho. ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMERCIALIZAÇÃO EM CIRCUITOS CURTOS: AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO OSVALDO DE OLIVEIRA DO MST/RJ. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 25, p. e1958-e1958, 2023.

CRETU, Oana Roberta; TUDOR, Valentina Constanța; LASCĂR, Elena. Impact of COVID-19 pandemic on capitalizing the production of family farms in Călărași county, Romania. **Scientific Papers Series Management, Economic Engineering in Agriculture and Rural Development**, Vol. 22, Issue 1, 2022.

CRUZ, M. S. D.; RIBEIRO, E. M.; PERONDI, M. A.; ARAUJO, A. M.; MALTEZ, M. A. P. D. F. Comprando qualidade: costume, gosto e reciprocidade nas feiras livres do Vale do Jequitinhonha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60, e245926, 2021.

DAROLT, M. R. Conexão ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR,. 162p., 2012.

DEMETRIO, Milena; TERNOSKI, Simão; GAZOLLA, Marcio. Percepções sobre o empoderamento socioeconômico e psicossocial de agricultoras participantes de cadeias curtas alimentares. **Revista Grifos**, v. 30, n. 54, p. 30-52, 2021.

DINIS, Isabel; GUILHERME, Rosa. Farm-to-School Programs in Portuguese Low-Density Rural Areas: How to Engage Farmers. **European Countryside**, v. 15, n. 1, p. 18-33, 2023.

DUTRA, E. G.; OLIVEIRA, S. V.; PAULI, R. I. P.; SILVA, G. P. Mercados agroalimentares do Vale do Jaguari (RS): o caso das frutas, legumes e verduras (flv). **Revista de la Facultad de Agronomía**, 118, 2019.

FEIDEN, Aldi; RAMOS, Manoel João; SCHWANKE, Jéssica. O comércio eletrônico como ferramenta de comercialização para a agricultura familiar. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 2, p. 2151-2170, 2020.

FEITO, M. C. Comercialización de la agricultura familiar para el desarrollo rural local en el Área Metropolitana de Buenos Aires. El mercado Saropalca de Morón, provincia de Buenos Aires. **Mundo Agrario**, 23(54), e200, 2023.

FERNÁNDEZ, Lisandro. Dinámicas de valuación en circuitos alternativos de comercialización. Estudio de caso de los bolsones de hortalizas en La Plata (Buenos Aires, Argentina), 2015-2022. **Mundo agrario**, v. 23, n. 53, p. 193-193, 2022.

FONSECA, M. F. de A. C. Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil / [et al.]. Niterói: PESAGRO-RIO,.119p, 2009.

FOX, J. **Análise de Regressão Logística**. São Paulo: Editora Elsevier. 2015.

HENIG, Edir Vilmar; DE CASTRO, Ester Ariel Fonseca. Desafios e perspectivas da cadeia de comercialização da produção agroecológica em Boa Vista/RR. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima**, v. 4, n. 2, p. 27-46, 2022.

ILBERY, Brian; MAYE, Damian. Alternative (shorter) food supply chains and specialist livestock products in the Scottish–English borders. *Environment and planning A*, v. 37, n. 5, p. 823-844, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

ITESP - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Assentamentos Rurais. São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3497. Acesso em: 29/08/2023.

IPES FOOD. Breaking Away from Industrial Food and Farming Systems: Seven Case Studies of Agroecological Transition. 2018.

IZIDORO, L. T.; FERRANTE, V. L. S. B., JUNIOR, O. A.; JÚNIOR, N. G. O abastecimento alimentar de Araraquara/SP por meio das cadeias curtas de

comercialização e sua relação com a agricultura familiar. **Retratos de Assentamentos**, 23(2), 97-130, 2020.

JÚNIOR, P. S. M. F.; REBELLO, F. K.; LOPES, M. L. B.; MARTINS, C. M., NOGUEIRA, A.; DOS SANTOS, M. A. S. CANAIS E MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA URBANA: O CASO DO BAIRRO CURUÇAMBÁ, REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM. **Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras-ISSN: 2237-6976**, 12(1), 139-157, 2022.

KATO, Karina Yoshie Martins; DELGADO, Nelson Giordano; ROMANO, Jorge Osvaldo. Territorial approach and rural development challenges: Governance, state and territorial markets. **Sustainability**, v. 14, n. 12, p. 7105, 2022.

LEITE, Sérgio Pereira. Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2003.

LIMA, E. E. F.; NETO, L. R. B.; SOUZA, A. L.; LUCENA, B. R. D. Percepção dos consumidores de produtos orgânicos em circuitos curtos de comercialização da Região Metropolitana de Belém-PA: Perception of consumers of organic products in short marketing circuits in the Metropolitan Region of Belém-PA. **Revista Macambira**, 7(1), e071020-e071020, 2023.

MAIA, A.; EUSÉBIO, G.; DA SILVEIRA, R. "Can credit help small family farming? Evidence from Brazil", **Agricultural Finance Review**, Vol. 80 No. 2, pp. 212-230. <https://doi-org.ez31.periodicos.capes.gov.br/10.1108/AFR-10-2018-0087>, 2020.

MEDINA, Gabriel; GOSCH, Marcelo Scolari; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Development pathways for family farmers: Lessons from Brazil on the need for targeted structural reforms as a means to address regional heterogeneity. **Geoforum**, v. 118, p. 14-22, 2021.

MELO, Sued Wilma Caldas; DE OLIVEIRA, Luiz Guilherme. A dinâmica da inovação na agricultura familiar do semiárido potiguar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, 2020.

MIRANDA, D. L. R.; ESCOSTEGUY, I. L.; ROVER, O. J.; SAMPAIO, C. A. C. Construção social de mercados orgânicos: o caso das Células de Consumidores Responsáveis em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59, e220071, 2020.

MORAIS, João Rafael Gomes; MAGALHÃES, Luíz Fernando Barbosa Gomes. Enraizamento, circuitos curtos e combate à pobreza rural no semiárido nordestino:

uma experiência de desenvolvimento rural no Quilombo Tabacaria. **Extensão Rural**, v. 27, n. 3, p. 20-39, 2020.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2003.

MUÑOZ, E.F.P.; NIERDELE, P.A.; GENNARO, B.C.; ROSELLI, L. Agri-Food Markets towards Agroecology: Tensions and Compromises Faced by Small-Scale Farmers in Brazil and Chile. **Sustainability**, 13, 2021.

NETTO, Emilio Romanini; DENARDIN, Valdir Frigo; SCHAFFRATH, Valter Roberto. Modernização, mercantilização e olericultura: o protagonismo do trabalho familiar. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 1, p. 114-133, 2021.

NEVES, M. F. CASTRO, L. T. Marketing e Estratégia em Agronegócios e Alimentos. São Paulo: Editora Atlas S/A/Pensa, 2003.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, RS: UFRGS, p. 57-81, 2006.

NUNES, E. M.; SILVA, P. S. G.. A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NOS TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE 1, 2, **Planejamento e Políticas Públicas**. 2022.

PELISSON, Guilherme Valagna; SOUTO, Thales Silveira. As transformações socioespaciais em Tabapuã/SP resultantes da dinâmica produtiva agropecuária: entendendo o desenvolvimento rural e a permanência da agricultura familiar. **Acta Geográfica**, v. 16, n. 40, p. 64-85, 2022.

PEREIRA, V. G.; SOUZA, M.; BRITO, T. P., GOULART, A. L. V.; PEREIRA, S. B. Expressões econômicas da feira-livre: perfil e perspectiva dos feirantes. **Revista NUPEM**, 15(35), 205-225, 2023.

PLOEG, J. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS,. 372p, 2008.

PREISS, P.; CHARÃO-MARQUES, F.; WISKERKE, J. Fostering Sustainable Urban-Rural Linkages through Local Food Supply: A Transnational Analysis of Collaborative Food Alliances. **Sustainability**, 9, 1155, 2017.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em:

http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em 29/08/2023.

RÊGO, Amanda Barbosa; GODOI, Emiliano Lobo de. Empreendimentos solidários e sua capacidade de promover a agricultura familiar. **Interações (Campo Grande)**, v. 23, n. 4, p. 979-995, 2022.

SAMPAIO, R.; MENDONÇA, C. **Metodologia da pesquisa: um guia para a iniciação científica**. São Paulo: Editora Atlas. 2013.

SCHNEIDER, S; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocização da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 17, n. 1, 2015.

SILVA FILHO, A. M. da. **Sobre a análise SWOT para planejamento e gestão de projetos**. Revista Espaço Acadêmico, 2015.

SILVA, L. H., MEDEIROS, M., TAVARES, F. B., DIAS, I. A.; FRAZÃO, A. D. G. F. PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. **Mundo Amazônico**, 11(2), 17-36, 2020.

SCHNEIDER, S.; SHIKI, S.; BELIK, W.. Rural development in Brazil: Overcoming inequalities and building new markets. Sviluppo rurale in Brasile: il superamento delle ineguaglianze e la costruzione di nuovi mercati. **Rivista di economia agraria**, v. 65, n. 2, p. 225, 2010.

SOUZA, A. P. de O.; ALCÂNTARA, R. L. C. Alimentos orgânicos: estratégias para o desenvolvimento do mercado. In: NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. (Org.) **Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos**. São Paulo: Atlas, p.332-347, 365p, 2003.

VERANO, Thiago de Carvalho; NETO, Carlos de Melo e Silva; MEDINA, Gabriel da Silva. Family Farmers in Short and Long Marketing Channels: Lessons for Rural Development in Goiás, Brazil. **Logistics**, v. 7, n. 4, p. 69, 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, 2000.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS, Série Estudos Rurais. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 213 p., 2008.

ZANINI, E.; FARINA, L. ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID-19 UTILIZANDO FERRAMENTAS DIGITAIS: UMA PESQUISA-AÇÃO NA

FEIRA DO TEATRO DE CASCAVEL/PR. **Revista Thêma et Scientia**, v. 13, n. 2, p. 79-103, 2023.

ZOLDAN, P.; KARAM, K. F. Estudo da dinâmica da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2004.

3. CAPÍTULO 2 - RETRATOS DA COMERCIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DE ARARAS: CENÁRIO ATUAL E POSSIBILIDADES

RESUMO

A agricultura familiar enfrenta desafios crescentes para garantir sua viabilidade econômica, sustentabilidade e competitividade, especialmente em um cenário de intensificação da globalização e de transformações nos padrões de consumo e produção. Esses circuitos curtos reconhecem o papel fundamental do agricultor familiar na construção de sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis, ao mesmo tempo em que incentivam a justiça social e a equidade no acesso aos mercados. A presente pesquisa apresenta um panorama da comercialização agrícola nos assentamentos rurais de Araras-SP, a partir da aplicação de entrevistas com 70 assentados da reforma agrária distribuídos entre os cinco assentamentos da cidade. O objetivo foi compreender as dinâmicas de comercialização, identificar os principais canais utilizados e analisar as possibilidades de fortalecimento dessas estratégias. Os dados coletados revelaram que a venda direta ao consumidor e a participação em feiras livres são as formas predominantes de comercialização entre os assentados. Esses canais se destacam por oferecerem maior autonomia aos agricultores, possibilitarem melhores margens de lucro e fortalecerem a relação entre produtores e consumidores. Além do diagnóstico atual, o capítulo discute as oportunidades para a ampliação e diversificação das estratégias de comercialização, considerando desafios como a logística, o acesso a mercados institucionais e a necessidade de maior organização coletiva. Dessa forma, este estudo contribui para a compreensão das trajetórias da comercialização nos assentamentos e para o debate sobre políticas e iniciativas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-Chave: Comercialização agrícola; assentamentos rurais; venda direta; feiras livres; agricultura familiar.

PORTRAITS OF COMMERCIALIZATION IN THE SETTLEMENTS OF ARARAS: CURRENT SCENARIO AND POSSIBILITIES.

ABSTRACT

Family farming faces growing challenges in ensuring its economic viability, sustainability, and competitiveness, especially in a context of intensified globalization and transformations in consumption and production patterns. These short supply chains recognize the fundamental role of family farmers in building more resilient and sustainable food systems, while also promoting social justice and equity in market access. This research presents an overview of agricultural commercialization in the rural settlements of Araras-SP, based on interviews with 70 agrarian reform settlers distributed across the five settlements in the city. The objective was to understand commercialization dynamics, identify the main channels used, and analyze the possibilities for strengthening these strategies. The data collected revealed that direct sales to consumers and participation in farmers' markets are the predominant forms of commercialization among the settlers. These channels stand out for offering greater autonomy to farmers, allowing for better profit margins, and strengthening the relationship between producers and consumers. In addition to the current diagnosis, the chapter discusses opportunities for expanding and diversifying commercialization strategies, considering challenges such as logistics, access to institutional markets, and the need for greater collective organization. Thus, this study contributes to understanding the trajectories of commercialization in the settlements and the ongoing debate on policies and initiatives aimed at strengthening family farming.

Keywords: Agricultural commercialization; rural settlements; direct sales; farmers' markets; family farming.

3.1. INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil, vinculada aos Planos Nacionais de Reforma Agrária, ocorre de forma pontual e com experiências localizadas. Essa política não promove uma desconcentração significativa da estrutura fundiária, sendo marcada por conflitos e disputas que refletem tensões entre diversos atores e interesses (Barone et al., 2017). Em determinados momentos, a mobilização para a criação de assentamentos é liderada por movimentos sociais, enquanto em outros, o protagonismo recai sobre o sindicalismo rural. Esses enfrentamentos podem envolver fazendeiros, ruralistas, grileiros ou até mesmo o próprio Estado. Ademais, a diversidade de sujeitos envolvidos e de contextos nos quais os assentamentos são instituídos resulta em processos variados de sua implementação.

Os assentamentos enfrentam uma ampla variedade de dificuldades, entre as quais se destacam a ausência de assistência técnica e extensão rural, o acesso limitado a serviços públicos como saúde e educação, além de restrições no abastecimento de água e no saneamento rural (Alves Filho; Ribeiro, 2014). Apesar desses desafios, os assentamentos desempenham um papel importante na reconfiguração dos territórios, transformando terras anteriormente improdutivas em fontes de alimentos, trabalho e renda, contribuindo para a dinamização econômica de cidades e regiões (Ferreira Neto et al., 2012; Dos Santos; Krajevski, 2018). No caso específico dos assentamentos localizados no município de Araras-SP, essas dificuldades também se fazem presentes. Contudo, os assentados têm promovido uma significativa transformação, convertendo antigas áreas de reflorestamento de eucalipto – anteriormente pertencentes à Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA) – em uma produção diversificada de alimentos.

Com o objetivo de fortalecer a categoria social dos agricultores familiares e camponeses, incluindo os assentados da reforma agrária, políticas públicas específicas foram desenvolvidas a partir de meados da década de 1990 (Grisa; Schneider, 2014). Apesar das limitações relacionadas à sua execução e aos recursos financeiros, essas políticas contribuíram para modificar a realidade de muitos assentados, camponeses e agricultores familiares. No entanto, desde o segundo mandato de Dilma Rousseff (2014-2016), algumas dessas políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), têm enfrentado um processo de

precarização (De Paula et al., 2017). Atualmente, o cenário para o avanço e fortalecimento dessas iniciativas é pouco promissor. Adicionalmente, a Lei 13.465/17, derivada da Medida Provisória 759/2016 (Sauer; Leite, 2017), trouxe mudanças significativas no arcabouço legal de regularização fundiária urbana e rural. Conforme analisado por Sauer e Leite (2017), essas alterações tendem a promover a emancipação dos assentamentos rurais, tornando-os mais vulneráveis às pressões de grandes proprietários e agroindústrias, além de não priorizar os ocupantes no processo de seleção de famílias para serem assentadas. Esse cenário se agrava com o Projeto de Lei 5065/16 (BRASIL, 2016), que classifica ações de movimentos sociais como terrorismo, o que pode resultar na deslegitimação e enfraquecimento das mobilizações sociais em prol da reforma agrária.

O campesinato, ou as unidades familiares de produção agrícola, está alicerçado na tríade terra, trabalho e família. Contrapondo-se ao paradigma da diferenciação social — que pressupõe o desaparecimento dos camponeses, seja pela sua transformação em proletariado ou burguesia — e ao paradigma da superioridade técnica e produtiva das grandes propriedades, Chayanov (1976) destaca os elementos que permitiram ao campesinato resistir e se manter diante da expansão do capitalismo no meio rural (Abramovay, 2007). É relevante destacar que a unidade agrícola familiar opera com uma lógica distinta da empresa capitalista, uma vez que não há produção de salários nem de mais-valia (Wanderley, 2008). Nessa dinâmica, o trabalho é interno, realizado pelo proprietário e por seus familiares, que se dedicam tanto aos esforços físicos quanto aos intelectuais do trabalho (Abramovay, 2007; Wanderley, 2008).

Nas unidades familiares de produção, o resultado do trabalho constitui um todo indivisível, pertencente ao núcleo familiar como um coletivo. Esse rendimento indivisível (Abramovay, 2007; Wanderley, 2008) é destinado tanto ao atendimento das necessidades das novas produções quanto às demandas internas de reprodução social. Nesse contexto, destaca-se um conceito central da obra de Chayanov: o equilíbrio entre trabalho e consumo. Por meio de uma decisão interna e subjetiva, a família determina a quantidade de trabalho necessária para suprir suas necessidades. Vale ressaltar que a estrutura familiar não é estática; ao contrário, ela atravessa diferentes fases demográficas ao longo de sua trajetória, o que resulta em variações nas forças e capacidades de trabalho e produção, bem como nos níveis de necessidades em cada momento (Abramovay, 2007; Wanderley, 2008).

Apesar de suas dinâmicas fortemente vinculadas à lógica familiar, o campesinato não pode ser entendido como um ator social isolado ou desconectado das relações e interações sociais mais amplas. Chayanov, inclusive, destacou a necessidade do campesinato de absorver e acompanhar os avanços e transformações sociais (Wanderley, 2008). Ao longo de sua trajetória histórica, o campesinato mantém uma luta constante por autonomia e desenvolvimento, incorporando, nesse processo, as adaptações necessárias (Ploeg, 2009; Wanderley, 2008). Retomando a tríade terra, trabalho e família, evidencia-se a centralidade da terra nesse percurso. Conforme argumenta Ploeg (2009), a terra constitui o principal alicerce para que o campesinato alcance níveis significativos de independência e autonomia.

Os contínuos movimentos do campesinato em busca de autonomia são os elementos que definem a chamada condição camponesa (Ploeg, 2009). Diante de contextos adversos, as unidades familiares de agricultura desenvolvem estratégias fundamentais para garantir sua reprodução social. Essas estratégias incluem a produção voltada tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, a diversificação de fontes de renda e atividades (inclusive não-agrícolas), a gestão autônoma de recursos e processos de retroalimentação.

Por fim, embora a diferenciação social do campesinato não tenha se concretizado plenamente, a contribuição dos camponeses para a produção de alimentos destinados à população mundial é imensa nos dias de hoje, assim como sua relevância na geração de trabalho e renda (Ploeg, 2009). Esse fato também questiona a supremacia atribuída às grandes propriedades agrícolas. Nesse contexto, Ploeg (2009) destaca que o modo camponês de produção incorpora estratégias de desenvolvimento fundamentais, enfatizando que "o progresso construído pelo camponês reverte-se em progresso para a comunidade e para a região" (Ploeg, 2009, p. 21).

O objetivo deste capítulo/artigo é, em primeiro lugar, diagnosticar os modos de comercialização dos produtos agrícolas dos assentamentos. Ao mesmo tempo em que buscou-se identificar as características socioeconômicas específicas de cada assentamento, localizado no município de Araras-SP. Podendo, assim, analisar as possibilidades para a comercialização dos produtos agrícolas dos assentados. Por último, objetivou-se colher subsídios para formulação de futuras políticas públicas para os assentamentos, no que tange os processos de comercialização. Ele

está dividido em duas partes: a primeira busca identificar o contexto histórico dos assentamentos de Araras, contextualizando o local de estudo e destacando suas principais características no que tange o desenvolvimento agrícola local; após esse trecho, apresenta-se os materiais e métodos utilizados na pesquisa, para em seguida apresentar os resultados coletados com a aplicação dos formulários de pesquisa.

3.2. REFERENCIAL TEÓRICO

3.2.1. Evolução histórica até o Séc. XX e Contexto histórico dos Assentamentos de Araras

No decorrer da colonização portuguesa no Brasil, a partir do século XVII, foram instituídas as capitanias hereditárias. Essas terras, sob autorização da Coroa Portuguesa, poderiam ser parcialmente cedidas pelos capitães donatários a indivíduos interessados em explorá-las, permitindo o uso de até 80% de sua extensão (Cressoni, 2007). Essas concessões, denominadas sesmarias, desempenharam um papel essencial na formação do povoado que, mais tarde, daria origem ao atual município de Araras.

O historiador Fábio Cressoni (2007) relata que somente em 1818 – noventa e um anos depois – foram concedidas outras três sesmarias no território que atualmente corresponde a Araras. Nesse contexto inicial de ocupação e povoamento, a primeira atividade agrícola de destaque na região foi o cultivo da cana-de-açúcar (*Saccharum spp.*), voltado para a produção de açúcar e cachaça, iniciado em 1831. Segundo Quintas (2011), esses foram os primeiros empreendimentos agrícolas registrados na localidade. No entanto, o mesmo autor aponta que, entre 1845 e 1850, o cultivo da cana-de-açúcar foi gradualmente substituído pelos cafezais, marcando o início do ciclo do café e o surgimento dos Barões do café (Quintas, 2011).

Assim como em diversas cidades do interior paulista, a necessidade de uma infraestrutura logística eficiente para o escoamento da crescente produção de café levou à implementação da ferrovia na região. Inaugurada em 1877, essa linha férrea foi essencial para transportar a produção rumo ao porto de Santos (SP) (Quintas, 2011). Dois anos depois, ocorreu uma significativa mudança político-administrativa:

conforme destacado pelo IBGE (2023), o local foi elevado à categoria de cidade e passou a se chamar Araras, por meio da promulgação da Lei Provincial nº 27, em 2 de abril de 1879.

Com a abolição da escravatura em 1888 e a consequente libertação das pessoas escravizadas, o município passou a receber imigrantes europeus, que se tornaram a nova base de mão de obra na região (Quintas, 2011). A chegada desses trabalhadores contribuiu para a continuidade do ciclo do café como monocultura predominante. Nesse período, intensificou-se a exploração da terra, com a abertura de novas fronteiras agrícolas e a derrubada extensiva de matas (Quintas, 2011). No entanto, a crise de 1929 e a consequente queda dos preços internacionais resultaram em uma superprodução cafeeira, gerando grandes prejuízos para os fazendeiros brasileiros. Diante desse cenário de declínio, muitas grandes propriedades foram vendidas e subdivididas em pequenos lotes como forma de saldar dívidas (Cressoni, 2007).

Nas primeiras décadas do século XX, muitos colonos e imigrantes passaram a adquirir terras na região (Quintas, 2011). Esse período foi crucial na história de Araras, pois marcou o início de um processo de transformação e transição para a agricultura familiar, caracterizado por uma maior diversificação da produção agrícola (Quintas, 2011, p). Segundo o autor, essa diversificação substituiu gradativamente a monocultura, permitindo o cultivo de uma variedade de produtos, como mandioca, algodão, citros, arroz, milho, feijão, entre outros.

Entre 1880 e 1948, a produção de mandioca teve um grande impulso na região, chegando a contar com cerca de 138 fábricas de farinha em funcionamento. Nesse período, Araras recebeu o apelido de "Metrópole Paulista da Mandioca" (Quintas, 2011). No entanto, essa cultura entrou em declínio devido ao ataque de pragas. Por outro lado, na década de 1940, a produção de cana-de-açúcar foi retomada em larga escala no município, impulsionada pela instalação de três grandes usinas de álcool e açúcar.

Outra produção de grande relevância no contexto de Araras é a de frutas cítricas. Segundo Domingos Quintas, "a laranja passa a ter grande importância no setor agrícola, motivando inclusive a abertura de indústria do setor". Presente em pequenas, médias e grandes propriedades, o cultivo de laranja tornou-se um pilar econômico para o município, consolidando-se como a segunda maior cultura em área plantada.

É importante destacar que, para viabilizar essas produções, as áreas de mata nativa remanescente foram gradualmente desmatadas, visando ao máximo aproveitamento da terra. Esse processo resultou em uma nova configuração fundiária, caracterizada pelo aumento no número de propriedades, embora com dimensões progressivamente menores (Quintas, 2011). Atualmente, o ciclo canavieiro predomina em toda a região e no estado de São Paulo, com menor representatividade no restante do país. Esse cenário contribuiu para a concentração fundiária em torno das usinas de açúcar e álcool.

Por fim, vale ressaltar que Araras sediou, em 1902, a Primeira Festa das Árvores do Brasil, o que lhe rendeu o título de "cidade das árvores". No entanto, paralelamente, o desmatamento avançava para dar lugar ao cultivo de novos cafezais, à construção de estradas de ferro e ao fornecimento de madeira para serrarias, atendendo a diversas finalidades.

Ironicamente, essa festa marcou uma época em que o desmatamento era a base do desenvolvimento econômico. Sem qualquer planejamento de manejo ou recomposição, árvores centenárias foram derrubadas de forma implacável, servindo como combustível para a nova era econômica (Quintas, 2011, p. 30).

3.2.2. Contextualização até os dias atuais

As discussões sobre a reforma agrária no país configuram uma política pública que, de forma cíclica, entra e sai da agenda governamental sem ser plenamente implementada. Os poucos avanços conquistados ao longo da história foram, em grande parte, resultado da intensa e contínua pressão exercida pelos movimentos sociais de luta pela terra, por meio de mobilização e organização.

Souza (2007), argumenta que o processo de implementação dos assentamentos rurais no Brasil surge como um reflexo dos problemas típicos do campo brasileiro, entre os quais estão: "concentração fundiária, elevado número de trabalhadores sem terra, violência no campo, produção voltada para o mercado externo, expansão do agronegócio, impactos ambientais e baixa geração de empregos agrícolas" (Souza, 2007).

Focando para uma compreensão mais detalhada desses processos no contexto paulista, Paula (2020) detalha que: O Estado de São Paulo implementou muitas políticas fundiárias que deram

origem a vários assentamentos rurais, alguns foram instalados em propriedades pertencentes a estatais como a Ferrovias Paulistas S.A. (FEPASA), a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo (CODASP), a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e a Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS) (Estatal do Governo Federal), e outras, em áreas de reaquisição de propriedades do governo, griladas há décadas por agropecuaristas, a maioria improdutivo (p. 153).

A maior parte dos assentamentos rurais no estado de São Paulo teve sua origem durante o mandato do governador Franco Montoro (1983-1987). Como o primeiro governador eleito após o regime militar, ele atendeu às demandas dos trabalhadores rurais por meio da criação de um programa fundiário baseado em dois planos, conforme aponta Antonio Campoi (2005): o Plano de Valorização de Terras Públicas e o Plano de Regularização Fundiária.

No município de Araras as áreas estaduais - que são supervisionadas pela Fundação ITESP; possuem atualmente cinco assentamentos rurais, são eles: Araras I, Araras II, Araras III, Araras IV e Saltinho, localizados na região denominada Horto Florestal de Loreto. Uma caracterização mais detalhada sobre os assentamentos pode ser vista na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Panorama dos Assentamentos da cidade de Araras-SP.

Assentamento	Número de famílias	Área total (ha)	Hectare (ha) por família	Data de implantação
Araras 1	6	82,73	13,78	set/84
Araras 2	14	208,99	14,92	set/84
Araras 3	46	367,87	7,99	dez/97
Araras 4	30	40,18	1,33	jul./04
Saltinho	5	18,35	3,67	ago./12

Fonte: ITESP (2024)

No interior do estado, o desenvolvimento dos assentamentos é influenciado pela história dos trabalhadores rurais de Sumaré (SP). De acordo com Ruas, Lozani e Bray (1995), antes da formação dos assentamentos em Araras, na área do Horto Loreto, os trabalhadores rurais de Sumaré estabeleceram um acampamento no

local, o que resultou em uma trajetória vitoriosa. Após negociações com o governo do Estado, conquistaram terras que pertenciam à FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.) no próprio município de Sumaré (Lopes; Lopes; Borges, 2014).

Por meio desse processo, foram implementados os assentamentos Araras I e II em 1984. Contudo, para que as famílias interessadas fossem selecionadas para ocupar os lotes dessas áreas, era necessário que atendessem a alguns critérios, como "se as famílias tinham suas origens vinculadas à terra, se eram agricultores familiares e há quanto tempo exerciam essa profissão" (Lopes; Lopes; Borges, 2014, p. 206). Os mesmos autores indicam que as áreas que deram origem aos assentamentos III e IV foram ocupadas devido à ação dos movimentos sociais de trabalhadores rurais. No caso da área III, a ocupação ocorreu mais de dez anos depois, em 1995, sendo oficializada como assentamento rural em 1997, um ano e meio após o início da fase de acampamento. A localização dos assentamentos no município pode ser observada no mapa 2 a seguir. A partir dele, é possível perceber que as áreas I, II e III estão situadas em regiões mais distantes da área urbana, fazendo fronteira inclusive com grandes plantações de cana-de-açúcar, responsáveis pelo abastecimento das usinas de Araras (Sala, 2023).

A área ocupada pelo assentamento Araras IV apresenta uma característica bastante peculiar, pois está situada na fronteira da cidade, separando a zona rural da zona urbana por apenas uma avenida. De fato, no início de sua ocupação, em 2003, quando foi formado o acampamento com 100 famílias, a área era considerada parte da zona urbana. No entanto, "por ser área administrativa do ITESP, o local deveria ser mantido como área rural" (Lopes; Lopes; Borges, 2014), o que resultou em sua oficialização como assentamento rural em 2004.

Desta forma, a justificativa da escolha do local de pesquisa serem os assentamentos de reforma agrária da cidade de Araras-SP, se dá em um primeiro momento pela presença significativa de assentamentos de reforma agrária no município, levando em consideração que em um universo de 140 assentamentos estaduais, 99 ficam concentrados na região do pontal do paranapanema, restando 41 assentamentos dispersos pelo resto do estado de São Paulo, no qual, o município de Araras possui 5, representando 12,20% dos 41 assentamentos restantes, indicando uma concentração que cabe ressaltar como relevante para a escolha do local de estudo. Estes assentamentos têm sido objeto de estudos que buscam compreender as experiências dos assentados em relação à autonomia e

permanência na terra, especialmente diante do "refluxo da reforma agrária" observado nos últimos anos no Brasil (Villar, 2017; Mantovanelli, 2012; Sala, 2023). Esses fatores tornam Araras-SP um local relevante para estudos sobre os impactos sociais e ambientais da reforma agrária.

3.3. MATERIAIS E MÉTODOS

As discussões sobre a centralidade da agricultura familiar no campo, a organização do trabalho nesse contexto e a possibilidade de permanência das famílias na terra, entre outros temas, têm contribuído para a concretização de experiências alternativas de construção de formas de comercialização no contexto rural. O presente trabalho pretende contribuir para esse debate, trazendo elementos destacados de uma pesquisa realizada em um assentamento localizado na cidade de Araras-SP.

A referida pesquisa teve como objetivo compreender a relação entre os processos de comercialização e a percepção dos agricultores no impacto que este canal de comercialização possui em sua renda. Importante salientar que neste artigo, será apresentado um recorte dessa pesquisa, limitando-se à discussão de algumas possibilidades de oportunidades encontradas nesse contexto. O instrumento de coleta de dados foi um formulário semi-estruturado em 3 blocos de perguntas: Bloco 1 - Socioeconômico; Bloco 2 - Produção; Bloco 3 - Comercialização, estes contendo tanto questões abertas quanto fechadas. O estudo foi desenvolvido a partir da abordagem qualitativa e quantitativa.

A primeira visando a análise de discurso, proposta por Bardin (1977), onde pretendeu-se ter uma maior compreensão dos aspectos relativos às potencialidades e contradições do processo de articulação individual dos lotes, nesse contexto. Já a parte quantitativa da análise se deu por meio da coleta dos dados das questões fechadas, que focaram em produção e comercialização, usando a escala likert para entender de que forma os agricultores percebiam sua produção, sua comercialização e a forma com a qual comercializavam impactava sua renda.

A análise das informações coletadas em campo foi realizada com base nos pressupostos teóricos dos estudos coletados na pesquisa realizada no capítulo 1 deste trabalho, no qual identificou-se as principais pesquisas que versam sobre o

assunto da comercialização dentro da agricultura familiar, utilizando também das chaves conceituais encontradas, além da realização da matriz SWOT, que é uma ferramenta de análise estratégica que busca identificar de que forma os fatores internos (forças e fraquezas) interagem com os externos (ameaças e oportunidades), onde, de acordo com Fernandes (2012), a principal vantagem da matriz SWOT na formulação de estratégias está na possibilidade de cruzar os conjuntos de forças com as oportunidades e ameaças, assim como as fraquezas com os mesmos elementos externos.

Analisar os resultados desses cruzamentos revela o nível de preparo da organização, neste caso, dos assentados, para enfrentar o futuro delineado e representado na matriz. Inicialmente, é fundamental que cada fator do ambiente interno seja considerado em relação aos elementos do ambiente externo. Essa técnica permite identificar como a organização está preparada para aproveitar as oportunidades ou mitigar os efeitos negativos das ameaças, sobre os quais ela detém pleno controle (Fernandes, 2012). A respeito da incursão, foram realizadas incursões aos assentamentos ao longo do segundo semestre de 2024, finalizando em 15 de dezembro. Foram aplicados 70 formulários e os lotes selecionados foram sorteados de forma simples entre os números propostos informados na Tabela 2.

Tabela 2: Amostragem das famílias entrevistadas.

Assentamentos	Número de famílias	Quantidade da população (em %)	Extratos da amostra (número de famílias)
Araras 1	6	6	4
Araras 2	14	14	10
Araras 3	46	46	32
Araras 4	30	30	22
Saltinho	5	5	3
Total	101	100%	70%

Fonte: Adaptado pelo autor.

3.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.4.1. BLOCO 1 - SOCIOECONÓMICO

Começamos este bloco com o agregado das falas dos agricultores entrevistados, pela miríade de respostas que eles deram para os mais variados problemas, foram selecionados os que convergiam entre si em similaridade de assunto, começando pelo da Agricultora 2 (escolheu-se não identificar os agricultores para manter o anonimato, e no caso da seleção específica de gênero quando ocorre uma fala onde a informação torna-se relevante para a análise): "*Falta assistência técnica para mulheres..., os técnicos só falam com os homens*", indicando que dentro da assistência técnica proporcionada pelo ITESP, existe um recorte de gênero percebido nessa situação específica da agricultora. Com relação à problemas de infraestrutura, as primeiras falas giravam em torno do seguinte trecho: "*alguns, locomoção quando chove, principalmente. Fora isso, infraestrutura podia ser melhor*". A origem urbana apareceu bastante nas respostas, principalmente no quesito de faltas de oportunidade no mercado de trabalho, em relação à empregos precários ou que não forneciam grande segurança para os indivíduos.

É importante salientar que o discurso dos assentados gira muito em torno da busca do lote concedido pela reforma agrária como parte de uma capacidade produtiva que seja autônoma e que lhe garanta uma independência frente à trabalhar para alguém. Uma resposta que houve foi a seguinte:

"vim pra cá assim que fui mandado embora do emprego na cidade, trabalhava de garçom e já conhecia um pessoal que estava no aguardo de alguns lotes que o estado prometeu designar, então eu vim"

Tal comentário ilustra um padrão de migração e busca por novas oportunidades frequentemente observado em assentamentos rurais. O assentado indica que a decisão de se mudar para um assentamento não é apenas uma busca por terra, mas também uma resposta à instabilidade econômica e à falta de alternativas de trabalho que possam garantir maior estabilidade de moradia na área

urbana, fato esse que acaba sendo em parte resolvido ao conseguir se estabelecer em um lote de reforma agrária.

Fazer parte de um movimento social foi uma pergunta que foi vista de uma forma curiosa, visto que nenhum dos entrevistados percebe ser cooperado ou associado como uma movimentação social, mas sim a percepção do movimento social como uma organização de agitação, como se retrata no dizer de uma assentada que perguntou "*é tipo o MST?*", respondi que podia ser, mas que associação também servia, no que ela respondeu: "*ah, então sim*". A associação dos moradores dos assentamentos de araras foi formalizada em 2008, que posteriormente gerou a criação da COOPAF (Cooperativa dos Agricultores Familiares Rurais dos Assentamentos de Araras e Região), esta criada em 2015, mas que só vêm ganhando mais destaque entre os programas governamentais para agricultura familiar por agora.

Importante trazer à memória que a pandemia de COVID-19 atrasou em muito a organização de uma melhor maneira de realizar o escoamento da produção dos assentados cooperados, tal como salientado no dizer do Agricultor 4 "*quando teve a pandemia, ficou uma situação de cada um por si em relação a venda*", que retrata ao mesmo tempo um grau de dependência que existe das atividades dos cooperados com modelos de venda que envolvam a conexão com mercados e supermercados, que eram as organizações que continuavam funcionando cada qual aderindo a padrões de segurança que pudessem evitar a contaminação. Segundo Verano, Medina e Neto (2023), identificaram em sua pesquisa, que as pesquisas de caráter qualitativos recentes identificaram aspectos que promovem ou inibem a participação dos agricultores familiares nos canais de comercialização.

Um dos aspectos que se relaciona positivamente com a alta participação dos agricultores em canais curtos é o capital natural, especialmente quando estão próximos a grandes centros consumidores, esse capital natural é o conjunto de fatores físicos e geográficos que permeiam o ambiente no qual se encontram (Medina; Verano; Neto, 2023). "De acordo com Minatel e Bonganha (2015), muitos agricultores familiares se unem, formando cooperativas para que consigam resultados melhores do que, geralmente, não conseguiriam se estivessem sozinhos.

Desse modo, juntando suas colheitas conseguem mais mercadorias para venda, tem mais mão de obra para processar os alimentos e com isso agregar valor ao produto, e somente através de cooperativas é possível a venda em programas

governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Lei nº 12.512). Outras vantagens das cooperativas é o aprendizado em busca de novas soluções locais, aumento da responsabilidade individual e o senso de trabalho em grupo, que fortalecem a autoestima e a autoconfiança (Minatel; Bonganha, 2015).

Com relação à infraestrutura local, houve uma resposta que sumariza as outras que seguem na mesma linha: *“No início, as habitações podem ser muito simples, e construir algo mais adequado exige tempo e recursos”*, e com relação à vida no assentamento, todas as benfeitorias realizadas dentro do lote devem ser registradas de modo a facilitar a garantia de retorno financeiro no caso do assentado abrir mão do lote em que vive para que outra pessoa possa assumi-lo, informando também a respeito da dificuldade que existe em se planejar a longo prazo as atividades realizadas dentro do lote, que fujam da parte da produção agrícola em específico.

“Aqui no lote, nem sempre tem energia. Quando tem, é instável, cai toda hora, e isso atrapalha muito... Sem energia, fica difícil usar uma bomba d'água, ligar uma geladeira pra guardar os alimentos ou mesmo carregar um celular pra manter contato com a cidade”

Diz uma das assentadas entrevistadas, ou seja, a depender da demanda energética para realizar a produção ou manter os alimentos conservados, existe uma instabilidade na questão da disponibilidade de água para realização da produção. De acordo com Medina, Verano e Neto (2023), os fatores que são fortemente relacionados à melhoria da renda dos agricultores familiares nos mercados são: a infraestrutura de transporte e o acesso à informação de mercado, estes constituindo a base que influencia o escoamento de produtos a nível logístico e a nível de tomada de decisão do que produzir, quando produzir e para quem produzir.

Em um dos lotes do assentamento Saltinho, a produção de porcos era prejudicada pela falta de água potável, visto que são abastecidos por caminhão pipa na maioria das vezes, quando não apelam para a água do riacho que passa pelo assentamento, que quando chove, traz alguns rejeitos de uma empresa de produção de adubo orgânico que fica próxima. A mesma assentada também informa o seguinte: *“A água é um problema grande. Não é todo lote que tem poço. A gente depende de caminhão-pipa. E sem água, como cuidar da lavoura, dos bichos ou até*

da higiene básica?”, demonstrando aqui que alguns assentados são afetados em necessidades básicas com a falta de água de forma constante.

É importante informar que o assentamento Saltinho foi formalizado em 2012, sendo o mais recente dos assentamentos e o com menor quantidade de lotes, além de ter a menor quantidade de hectare por lote, deixando os assentados desse assentamento em uma situação consideravelmente vulnerável. Seguindo a mesma linha, a assentada citada anteriormente relatou: *"Não temos rede de esgoto; os dejetos dos porcos contaminam o riacho"*, que aponta para a dificuldade que os assentados de Saltinho possuem em desenvolver suas atividades econômicas e até mesmo de higiene adequada, já que ficam sujeitos a capacidade do caminhão pipa de abastecê-los e da construção de um poço artesiano que possa ser satisfatório para os lotes. A situação da falta de água não foi necessariamente informada pelos assentados dos outros assentamentos, demonstrando que os que foram consolidados a mais tempo tendem a possuir uma infraestrutura melhor estabelecida.

“As estradas que levam ao assentamento são um desastre. Quando chove, vira lama pura; quando seca, é só poeira. Pra levar os produtos até a feira ou buscar coisas na cidade, é sempre uma luta. Tem dia que o ônibus escolar nem consegue passar, e as crianças acabam perdendo aula”,

Ressaltou um dos agricultores entrevistados, alertando a respeito de que, mesmo os assentamentos existindo próximos da área urbana, as estradas que os conectam à cidade tem um caráter precário a depender do clima. Tal aspecto também é alegado na seguinte fala:

“Aqui no assentamento não tem coleta de lixo. A gente tem que queimar ou enterrar, o que não é bom nem pro meio ambiente nem pra saúde. O esgoto também é improvisado; muitas famílias ainda usam fossas, e isso pode trazer doenças, né?”

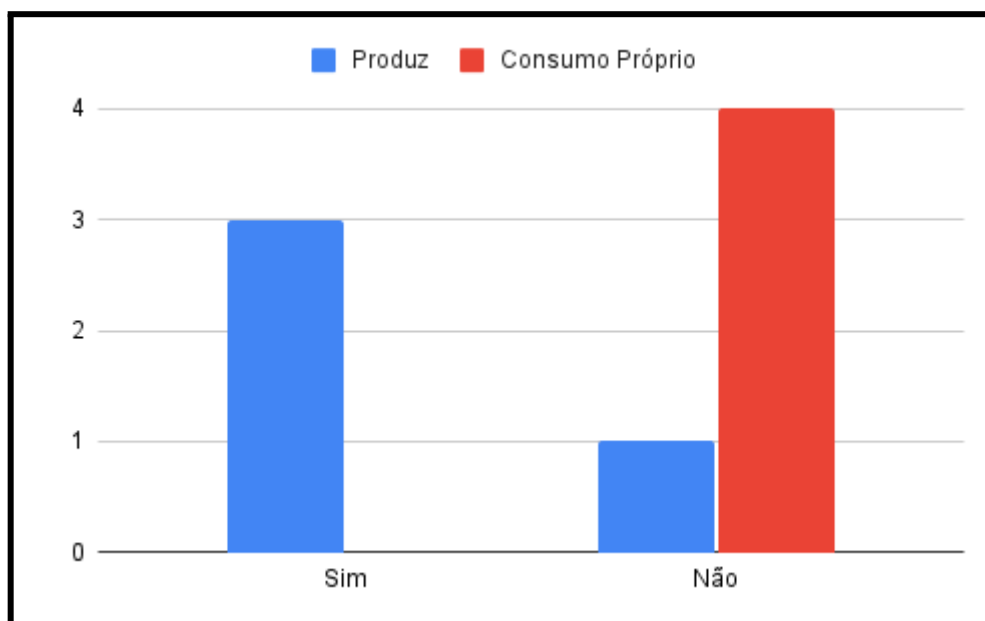
A necessidade de queimar ou enterrar o lixo, como mencionado no comentário, acaba expondo a precariedade da gestão de resíduos nesses locais. Essa prática pode levar à contaminação do solo e da água, além de prejudicar a

saúde das pessoas. A ausência de um sistema de coleta adequado, acaba também dificultando possíveis medidas de reciclagem e o reaproveitamento de materiais, desperdiçando recursos e aumentando o ciclo de poluição.

3.4.2. BLOCO 2 - PRODUÇÃO

Neste bloco abordaremos questões relacionadas à produção, se ocorre ou não, questões relacionadas à produção para consumo próprio e percepção da importância da produção na renda do agricultor. Os resultados aqui serão apresentados seguindo a sequência dos assentamentos estudados, utilizando como ferramenta de demonstração dos dados a análise gráfica. Assim como informa o Gráfico 1:

Figura 1 : Gráfico da Produção e Consumo Próprio - Araras I

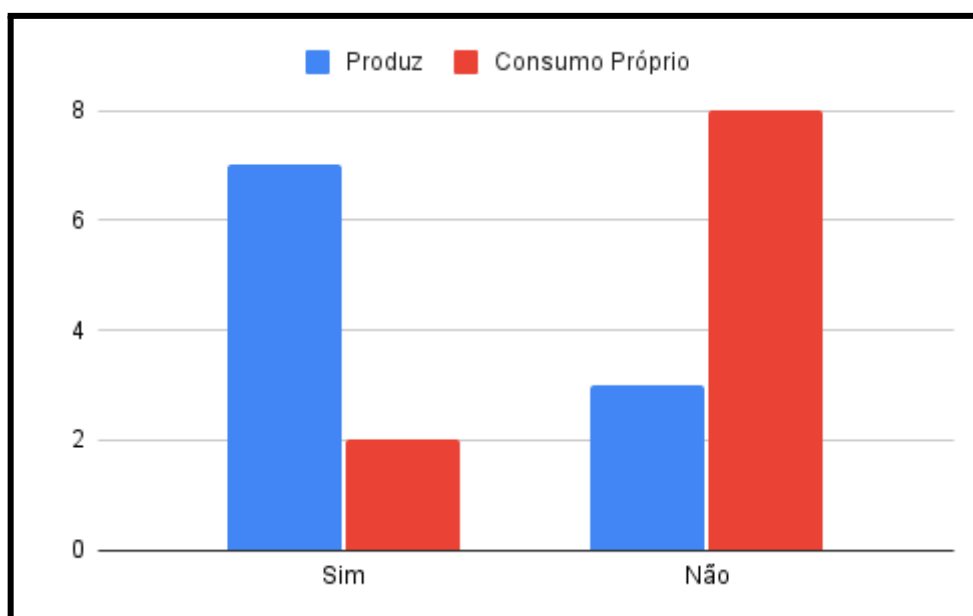


Fonte: dados da pesquisa

O Assentamento Araras I, em quesito de produção, teve uma alta na falta de produção para consumo próprio, indicando que esse não é um fator determinante para produção dos agricultores. A respeito da média encontrada pela análise da escala likert em relação à percepção dos agricultores sobre a produção na renda, foi

de 3,5, indicando que levemente acima da média existe uma interpretação de que a produção impacta positivamente na renda.

Figura 2 : Gráfico da Produção e Consumo Próprio - Araras II

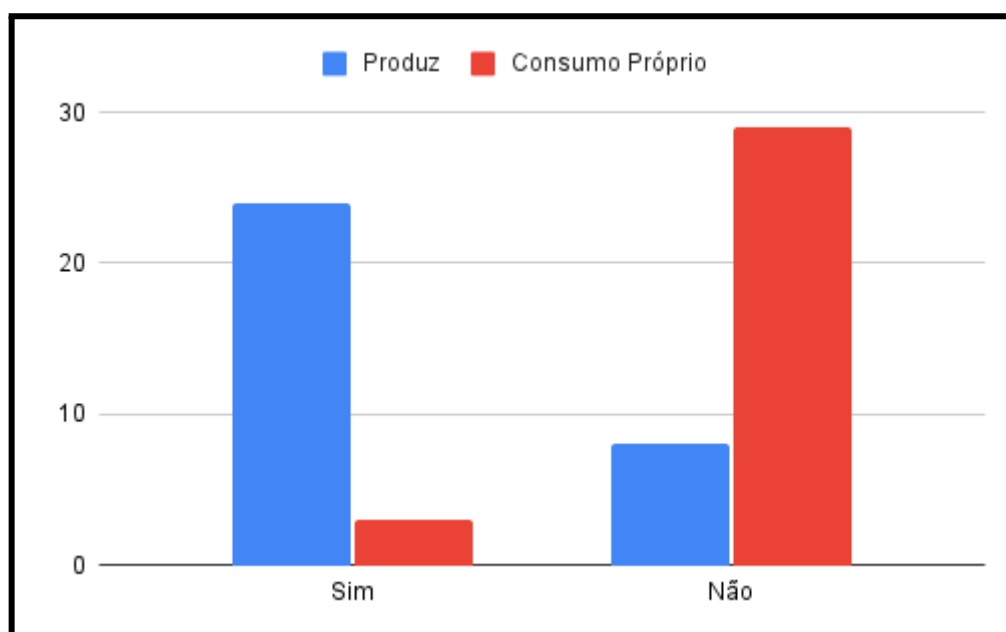


Fonte: dados da pesquisa

O Assentamento Araras II, em quesito de produção, teve uma alta na falta de produção para consumo próprio também, corroborando para demonstrar que esse não é um fator determinante para a produção dos agricultores. A respeito da média encontrada pela análise da escala likert em relação à percepção dos agricultores

sobre a produção na renda, foi de 2,8, indicando aqui uma baixa na média, existindo a indicação de que produção possui níveis médios de importância na renda dos agricultores entrevistados.

Figura 3: Gráfico da Produção e Consumo Próprio - Araras III

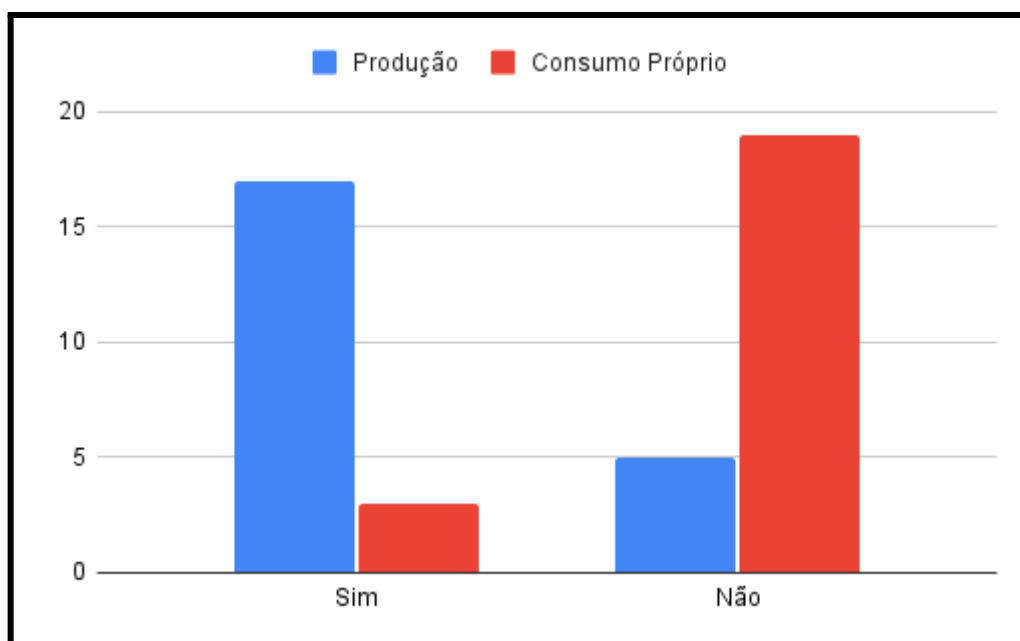


Fonte: dados da pesquisa

O Assentamento Araras III, em quesito de produção, manteve sua tendência anterior na falta de produção para consumo próprio, indicando que mesmo esse assentamento com maior quantidade de lotes, também demonstra que esse não é um fator determinante para a produção dos agricultores. A respeito da média

encontrada pela análise da escala likert em relação à percepção dos agricultores sobre a produção na renda, foi de 3,03, indicando aqui uma média maior que o assentamento anterior, existindo a indicação de que produção possui níveis também médios de importância na renda dos agricultores entrevistados.

Figura 4: Gráfico da Produção e Consumo Próprio - Araras IV



Fonte: dados da pesquisa

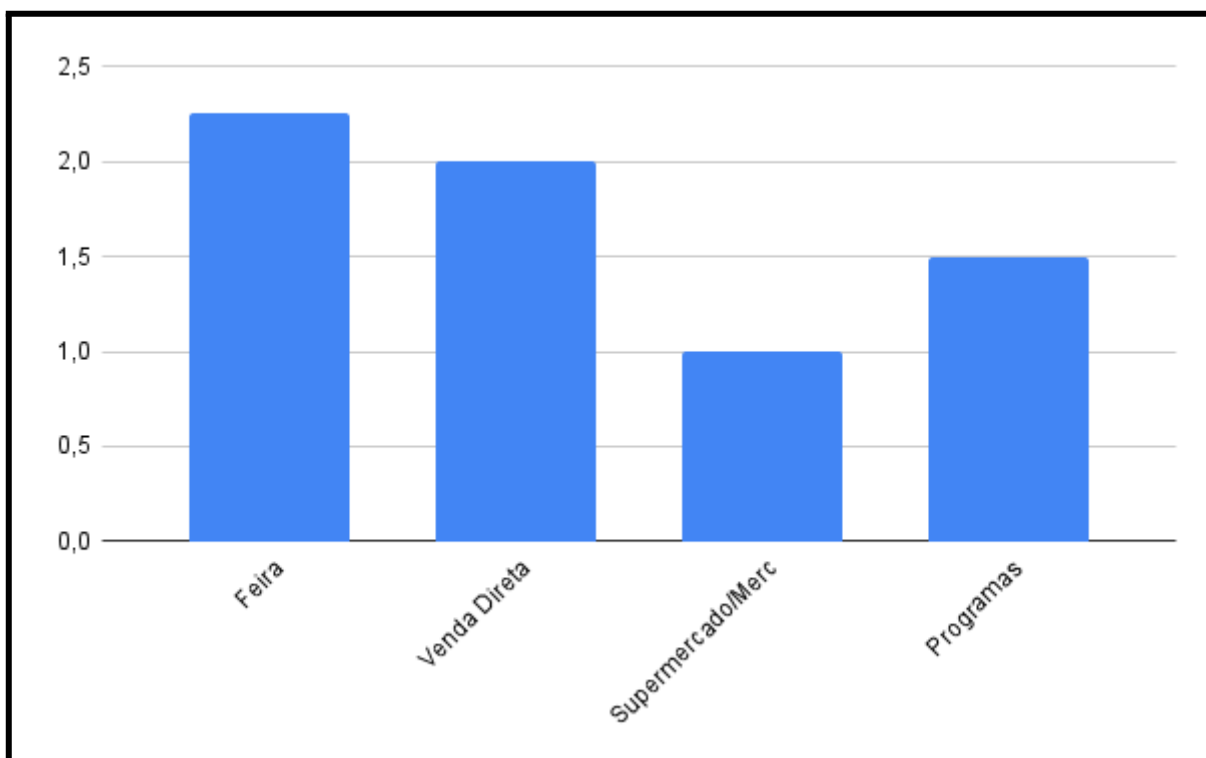
O Assentamento Araras IV, em quesito de produção, manteve sua tendência anterior na falta de produção para consumo próprio, também demonstrando que esse não é um fator determinante para a produção dos agricultores. A respeito da

média encontrada pela análise da escala likert em relação à percepção dos agricultores sobre a produção na renda, foi de 3,09, indicando aqui uma média levemente maior que o assentamento anterior, existindo a indicação de que produção possui níveis também médios de importância na renda dos agricultores entrevistados. Já o assentamento Saltinho, possui uma característica similar ao Araras I, no quesito produção, também tendo 2 pessoas que produzem e uma que não. Não possui nenhuma produção para consumo próprio e tem como média 3 na escala likert para importância da produção para a renda.

3.4.3. BLOCO 3 – COMERCIALIZAÇÃO

Neste bloco, será abordado a existência ou não de comercialização de produto agrícola e a importância dos canais curtos de comercialização na sua percepção de retorno por parte do agricultor. Importante informar que dentre os canais de comercialização: cesta de produtos e outros, por não terem tido nenhuma resposta, optou-se por retirá-los da demonstração dos dados para facilitar a visualização dos mesmos.

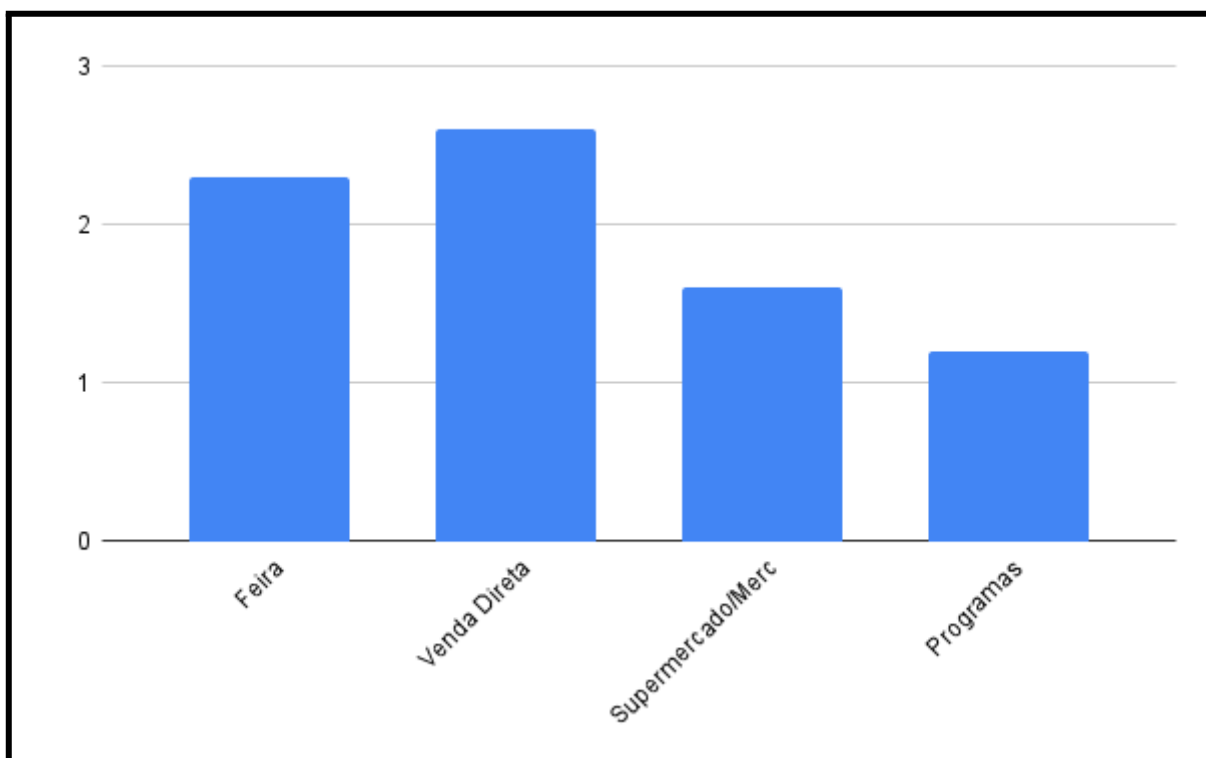
Figura 5: Gráfico das Formas de comercialização do assentados – Araras I



Fonte: dados da pesquisa.

No Assentamento Araras I, percebe-se uma predominância da importância da feira em detrimento dos outros, levando em consideração também o fato de que os outros canais possuem similaridade de relevância para renda, identificando uma multimodalidade por parte dos agricultores. Importante lembrar que em questão de produção, não existia um foco em consumo próprio, demonstrando que a produção é feita, em grande parte, para o comércio.

Figura 6: Gráfico das Formas de comercialização dos assentados – Araras II.

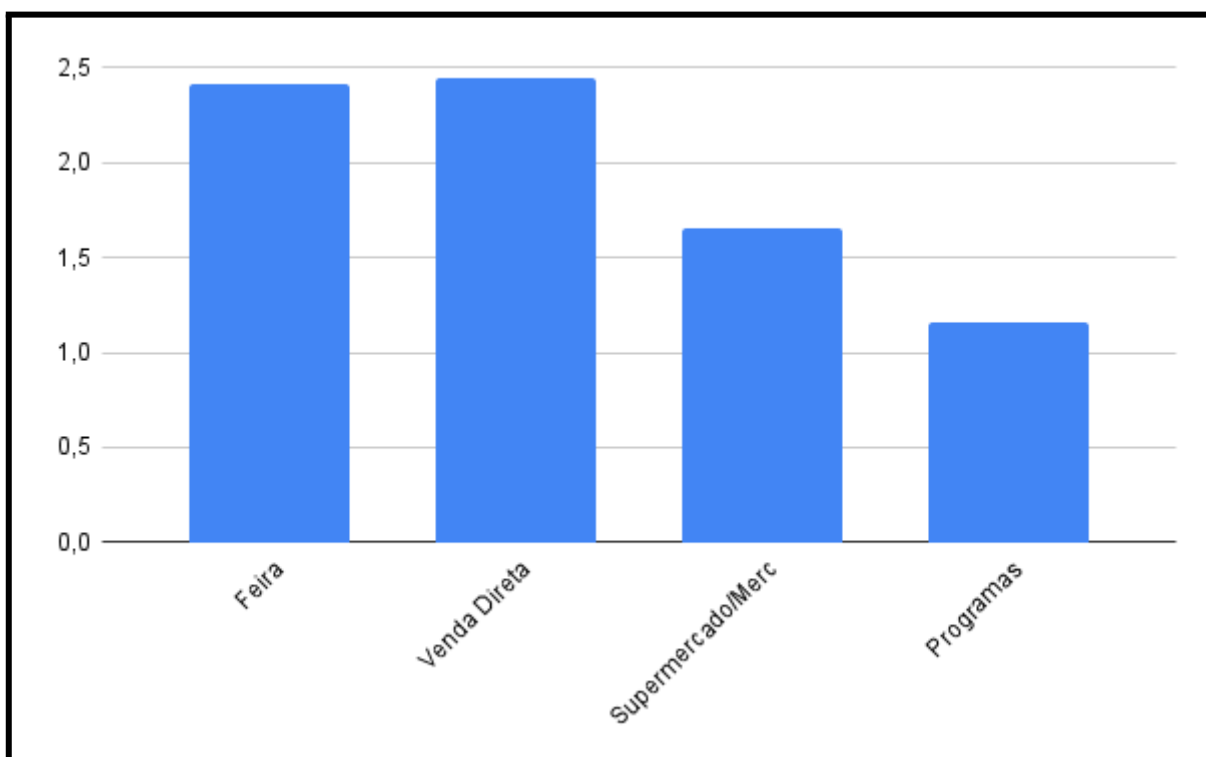


Fonte: dados da pesquisa

No Assentamento Araras II, percebe-se uma predominância da importância da venda direta em detrimento da feira, como apareceu na análise anterior. A multimodalidade aqui também ocorre, mas mantendo ainda os programas governamentais e supermercado como abaixo da média. Importa informar que dentre os assentados do Araras II, alguns eram membros da cooperativa, enquanto do Araras I existia um maior nível de individualidade em relação às movimentações sociais. Essa articulação em grupo, de acordo com Verano et al (2023), facilita o acesso aos canais curtos, estes sendo caracterizados pela venda direta do produtor ao consumidor, enquanto nos canais longos há a presença de outros elos entre as etapas de produção e consumo. Em comparação, nos canais longos, há uma maior participação de entidades empresariais que representam diferentes setores. A busca pela competitividade é uma meta constante nesses canais, e os atores do canal—fornecedores, intermediários e produtores—estão inseridos no entorno de uma empresa. Nos canais curtos, o poder está nas mãos dos consumidores, produtores e em suas relações. Nos canais longos, a confiança é estabelecida por meio de contratos, enquanto nos canais curtos, a confiança é construída através da interação entre os atores. No entanto, há exceções, como os canais curtos

vinculados às compras públicas, nos quais as transações são realizadas por contrato, e os canais longos, como as vendas para armazéns, nos quais contratos entre agricultores e intermediários podem não ser utilizados (Thomé et al, 2021).

Figura 7: Gráfico das Formas de comercialização do assentados – Araras III



Fonte: dados da pesquisa

No Assentamento Araras III, persiste uma maioria votante pela maior importância da venda direta e da feira como mais impactantes na renda, de acordo com Bezerra et al (2022), que realizou um estudo em feiras de agricultores familiares de viés agroecológico, pode-se inferir a trajetória histórica das feiras como uma construção social, iniciativa de pessoas pioneiras na área da agroecologia que se dedicaram a formar um movimento em defesa da produção de alimentos saudável e sustentável (Bezerra et al, 2022).

Os autores ainda indicam que o preço dos alimentos vendidos nas feiras ainda é um fator que limita o acesso. No entanto, a produção local e a eliminação de intermediários são aspectos importantes que permitem a definição de preços mais acessíveis. A expansão de políticas de apoio à agricultura familiar orgânica e/ou

agroecológica, incluindo assistência técnica, financiamento adequado, apoio ao transporte e à comercialização, além de investimentos em pesquisa científica, contribuiriam para aumentar a produção e facilitar o acesso. Desta forma, é essencial que a permissão para usar o espaço das feiras seja baseada em critérios como inclusão social, preocupação ambiental e promoção da saúde, de modo a alinhar o processo de participação nas feiras com a realidade da agricultura familiar (Bezerra et al, 2022).

Seguindo com a tendência, os programas governamentais seguem como os menores e o supermercado/mercado aparece na média, mantendo um aspecto de multimodalidade por parte dos agricultores. Aqui a presença de respostas foi consideravelmente maior, com 32 respondentes, indicando que apesar do maior número de entrevistados, existe uma tendência que se mantém nas notas dos canais de comercialização.

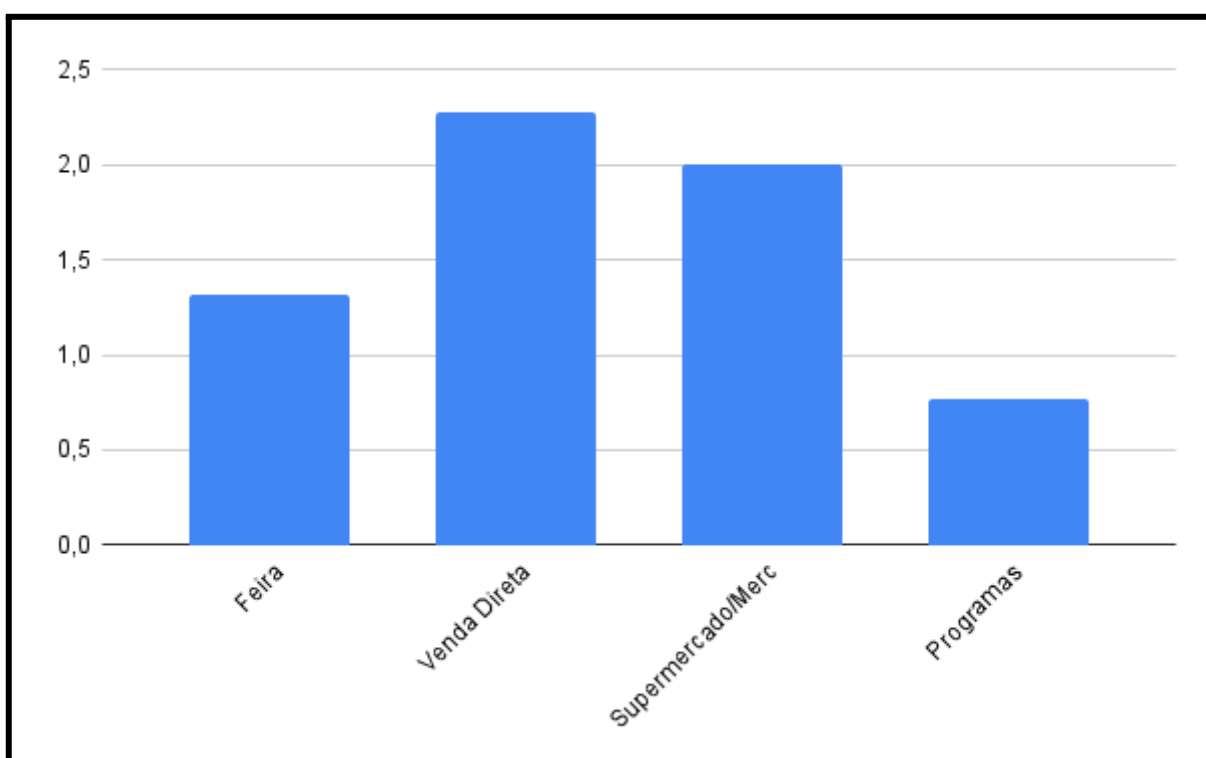
Segundo Thomé et al (2021), ao relatar sobre questões relacionadas aos programas governamentais, informou que por um lado, essas políticas públicas trouxeram avanços significativos na qualidade de vida dos pequenos produtores, aumentando sua renda e criando novas oportunidades de investimento, já por outro, alguns agricultores passaram a depender exclusivamente desses programas como única fonte de renda, o que compromete sua segurança econômica. Diante da possibilidade de descontinuidade dessas políticas, torna-se essencial buscar outros canais de comercialização, ressaltando a importância da diversificação das vendas para mitigar riscos.

De Andrade et al (2014), realizou uma pesquisa nos assentamentos de Araras, a respeito da efetividade do PAA, e informou que a existência de uma organização contribui diretamente para a implementação do PAA na localidade, enquanto a ausência dessas organizações se constitui em um entrave. A ausência, incapacidade ou falta de entrosamento da assistência técnica com as instituições responsáveis pela operacionalização do PAA afetam os agricultores mais fragilizados e com menos capacidade produtiva.

Assim sendo, a falta de informação, a burocracia e os atrasos nos pagamentos representam desafios significativos que precisam ser superados para garantir o sucesso do programa. Desta maneira, é necessário estabelecer mecanismos efetivos de controle social do PAA para garantir que ele beneficie, de fato, os agricultores familiares mais necessitados. A inovação e o potencial

transformador do PAA não encontraram uma contrapartida institucional capaz de operacionalizá-lo de forma satisfatória (De Andrade, 2014).

Figura 8: Gráfico das Formas de comercialização do assentados – Araras IV



Fonte: dados da pesquisa

No Assentamento Araras IV, a venda direta aparece como visivelmente maior em média do que a feira, diferentemente do que ocorria nos outros assentamentos anteriormente apresentados. Segundo Wilkinson (1999), o principal desafio para a pequena propriedade é desenvolver estratégias que promovam a agroindustrialização autônoma, a agregação de valor e uma inserção mais dinâmica nos mercados.

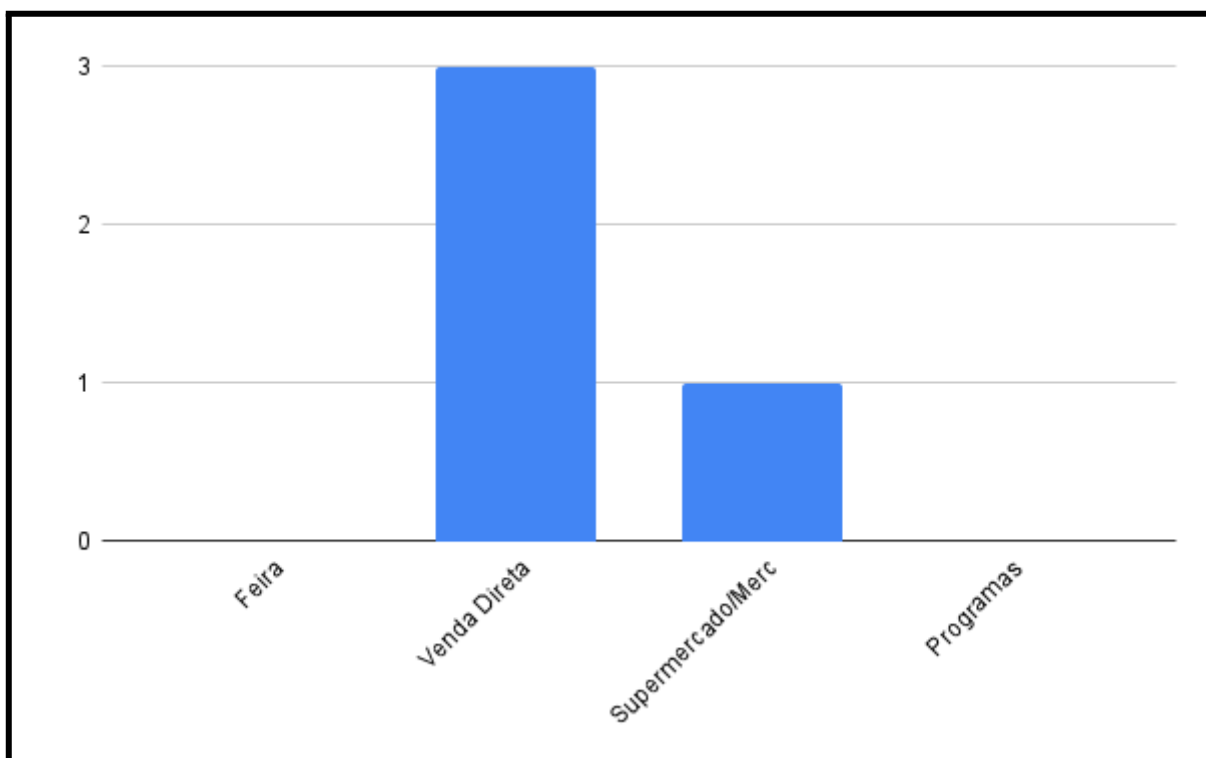
Para o autor, essa nova conjuntura demanda que os acadêmicos explorem novas áreas do conhecimento, incluindo a natureza dos mercados e formas eficientes de organização e gestão de empreendimentos. Os canais e as estratégias de comercialização desempenham um papel crucial na determinação dos ganhos dos agricultores e na sua segurança diante das oscilações do mercado, sendo tão decisivos quanto fatores diretamente relacionados à produção, como a produtividade das culturas. Interessante observar uma alta de supermercados na presença da preferência aqui. Programas Governamentais continuam mantendo uma média constante de pelo menos 1 ponto na escala.

A diversidade de canais possibilita aos agricultores escolher a melhor alternativa para escoar sua produção conforme as condições de cada momento, evitando, assim, a pior consequência: a perda da produção por falta de mercado. A aproximação e o fortalecimento das relações entre os atores sociais permitem retirar o agricultor do anonimato, tornando as demandas dos consumidores mais concretas.

A comercialização via entrega domiciliar apresenta vantagens significativas a longo prazo, especialmente quando se estabelece um vínculo de confiança entre agricultor e consumidor (Grisa et al, 2011). Com uma clientela fidelizada, a venda torna-se mais estável, reduzindo perdas na colheita. No entanto, esse modelo exige um alto esforço, devido aos custos de transporte e à possível longa distância entre a lavoura e as residências dos consumidores, o que demanda tempo e trabalho intensivo.

De acordo com Minatel e Bonganha (2015), Alguns agricultores optam por não participar de feiras, seja por limitações financeiras — já que a atuação nesses espaços exige um alvará da prefeitura e o pagamento de mensalidades —, seja por considerarem a atividade uma perda de tempo. Para eles, o tempo dedicado à comercialização nas feiras poderia ser mais bem aproveitado na lavoura, pois além de um dia inteiro de vendas, há ainda o trabalho prévio de preparação e higienização dos produtos.

Figura 9: Gráfico das Formas de comercialização do assentados – Saltinho



Fonte: dados da pesquisa.

E por último, o assentamento Saltinho possui uma predominância de venda direta entre os seus moradores, indicando o que foi abordado nas informações coletadas no bloco 1 da pesquisa, onde os problemas relacionados à esse assentamento se destacam em comparação com os outros, indicando a opção que os assentados aqui possuem de vender diretamente ou para supermercados mas não participarem nem de feira e nem de programas governamentais.

De acordo com Ueno et al (2016) as vantagens da comercialização através desse canal (domicílio), são expressivas a longo prazo, onde já se é estabelecido um elo de confiança entre o agricultor e o consumidor. Desse modo, quando o produtor já possui uma clientela, facilita sua comercialização e diminui suas perdas de colheitas. Por outro lado, o desgaste nesse tipo de comércio é grande, pois há gastos com transporte e o caminho a ser percorrido da lavoura até as casas dos consumidores pode ser muito grande, demandando tempo e esforço (Ueno et al, 2016). Dentre os entrevistados aqui, nenhum participava nem da associação e nem da cooperativa, indicando uma cisão dentro do ambiente dos assentamentos no que

tange a sensação de comunidade, por parte dos assentados do assentamento Saltinho.

3.4.4. Análise da Matriz SWOT

De acordo com Tozzo, Da Silva e Spósito (2022), a análise SWOT atua como uma ferramenta de planejamento estratégico que sistematiza informações do diagnóstico situacional, categorizando-as em dois eixos: Fatores internos (forças e fraquezas), que refletem a realidade organizacional da empresa; Fatores externos (oportunidades e ameaças), ligados ao contexto macroeconômico, social e competitivo. Após essa categorização, a SWOT avalia se os elementos identificados representam vantagens a serem exploradas (como recursos internos ou tendências de mercado) ou desafios a serem mitigados (como limitações estruturais ou riscos externos). Seu objetivo final é mapear os fatores críticos que impactam o alcance dos objetivos organizacionais, organizando-os em um sistema de monitoramento contínuo. Dessa forma, a análise não apenas busca identificar lacunas e indicar potencialidades, mas também orienta a tomada de decisão, nesse sentido, como possíveis recomendações para políticas públicas, temos o seguinte:

Infraestrutura básica: Priorizar saneamento, estradas e armazéns comunitários; - Assistência técnica especializada: Foco em transição agroecológica e certificação; Fortalecimento de canais diretos de comercialização: Feiras, plataformas digitais e parcerias com mercados institucionais; Incentivo à juventude: Programas de sucessão rural e acesso a tecnologias. Estudos têm questionado a sustentabilidade das iniciativas alimentares alternativas (Rosol, 2020).

A história tem mostrado que experiências com produção orgânica foram apropriadas por grandes grupos econômicos na Europa e nos Estados Unidos (Goodman, 2009). Esse fenômeno deu origem a uma nova ordem alimentar, que Niederle e Wesz Júnior (2021) chamam de ordem estética, a qual criou, entre outras coisas, mercados de nicho. A bioeconomia circular é uma abordagem dos modelos agroalimentares que pode contribuir para a solução dos desafios da sustentabilidade, pois sua abordagem combina questões como escassez de biomassa e gestão de resíduos com temas como segurança alimentar, mudanças climáticas e a participação e o protagonismo dos pequenos produtores (Donner; De Vries, 2023).

Oportunidades x Forças

- Usar redes de apoio para criar cooperativas e acessar mercados institucionais (PAA/PNAE).
- Promover feiras locais com produtos agroecológicos, aproveitando a demanda crescente.

Ameaças x Forças

- Fortalecer a resistência coletiva contra pressões de grandes produtores ou de especuladores.
- Usar práticas tradicionais para mitigar riscos climáticos (ex.: policultivos, sistemas agroflorestais, práticas agroecológicas).

Oportunidades x Fraquezas

- Parcerias com ONGs para capacitação em certificações e tecnologias de baixo custo.
- Investir em infraestrutura com apoio de políticas públicas (ex.: cisternas, energia solar).

Ameaças x Fraquezas

- A falta de regularização fundiária pode inviabilizar acesso a crédito.
- O êxodo rural agrava a dependência de mão de obra idosa.

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comercialização da produção agrícola é um dos principais desafios enfrentados pelos pequenos produtores, influenciando diretamente sua renda e segurança econômica. A escolha dos canais de venda e das estratégias adotadas pode determinar não apenas a viabilidade financeira da atividade, mas também a capacidade de enfrentar as oscilações do mercado. Nesse contexto, a diversificação das formas de comercialização surge como uma alternativa essencial para reduzir riscos e ampliar as oportunidades de escoamento da produção.

A aproximação entre agricultores e consumidores, promovida por alguns canais de venda direta, tem o potencial de fortalecer relações de confiança, permitindo que o produtor saia do anonimato e conheça melhor as demandas do público. No entanto, cada modalidade de comercialização apresenta vantagens e desafios. A venda domiciliar, por exemplo, pode garantir maior estabilidade a longo prazo, mas exige um esforço significativo em termos de logística e deslocamento. Já a participação em feiras, apesar de proporcionar visibilidade e contato direto com os consumidores, pode ser inviabilizada por questões financeiras ou pela necessidade de dedicar tempo à produção.

Além disso, as políticas públicas voltadas à comercialização da agricultura familiar desempenham um papel crucial no fortalecimento desses produtores, promovendo ganhos na qualidade de vida e impulsionando investimentos. Entretanto, a dependência excessiva desses programas pode representar um risco, especialmente diante da possibilidade de descontinuidade. Nesse sentido, torna-se fundamental que os agricultores busquem estratégias para diversificar suas vendas, garantindo maior autonomia e resiliência econômica.

Dessa forma, este estudo reforça a importância de compreender as dinâmicas dos canais de comercialização e seus impactos sobre os pequenos produtores. Investir em estratégias que equilibrem acesso ao mercado, estabilidade financeira e viabilidade operacional é essencial para que a agricultura familiar se fortaleça e se mantenha sustentável a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Edusp, 3. Ed. 2007.
- ALVES FILHO, J. P.; RIBEIRO, H. Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 448–466, 2014.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. A reforma agrária que temos: revisitando uma polêmica acesa. *Revista de Ciências Sociais, Política & Trabalho*, v. 1, n. 45, 2017.
- BEZERRA, I.; RIGON, S. D. A.; CASSARINO, J. P. Feiras Orgânicas enquanto política de abastecimento alimentar e promoção da saúde: um estudo de caso. **Saúde em debate**, 46, 542-554, 2022.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 5065, de 2016. Brasília. Tipifica atos de terrorismo por motivação ideológica, política, social e criminal. 2016.
- CAMPOI, Antonio Marcos. *Sistemas de Produção e Estratégias de Vida para Permanência na Terra: um estudo no Projeto de Assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2005.
- CHAYANOV, A. V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). *Análise Social*, p. 477-502, 1976.
- CRESSONI, Fabio Eduardo. *Fazenda Montevideó: barões, escravos e imigrantes na formação do Oeste Paulista*. 1ª Ed. Araras/SP, 2007. 368p.
- DE ANDRADE, Fernando Rabello Paes; DE OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier; DE SOUZA ESQUERDO, Vanilde Ferreira. Limites para o desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos assentamentos rurais de Araras/SP. *Retratos de Assentamentos*, v. 17, n. 1, p. 225-244, 2014.
- DE PAULA, A. M.; GÓMEZ, J. R. M.; TRACZ, C. A. M. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. *PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 18, n. 1, 2017.
- DOS SANTOS, C. S.; KRAJEVSKI, L. C. Assentamentos rurais e as modificações socioeconômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu. *Revista NERA*, v. 21, n. 41, 2018.
- DONNER, M.; DE VRIES, H. Innovative Business Models for a Sustainable Circular Bioeconomy in the French Agrifood Domain. *Sustainability*, 15, 5499, 2023.

FERNANDES, Djair Roberto. Uma visão sobre a análise da Matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. *Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais*, v. 13, n. 2, 2012.

FERREIRA NETO, J. A. et al. A população local e a percepção dos impactos dos assentamentos rurais. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 1, 2012.

GRISA, C., SCHMIT, C.J. MATTEI, L.F. MALUF, R. S. LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Agriculturas*, v. 8, n. 3, p. 34–41, 2011.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 52, p. 125-146, 2014.

GOODMAN, D. Place and Space in Alternative Food Networks: Connecting Production and Consumption; Environment, Politics and Development Working Paper Series; Department of Geography, King's College: London, UK, 2009.

JUNIOR, W. F. A., DE MORAIS R., E. K., BORSATTO, R. S., de SOUZA-ESQUERDO, V. F., & BERGAMASCO, S. M. P. P. (2021). Terra, trabalho e família: estratégias de reprodução social no Assentamento Rural Araras III. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, 14(2), 9-28.

LOPES, Keila Cássia Santos Araújo; LOPES, Paulo Rogério; BORGES, Janice Rodrigues Placeres. Saneamento ambiental no meio rural e transição agroecológica: um estudo do Assentamento Horto Loreto - Araras/SP. *Retratos de assentamentos, Araraquara*, v. 17, n. 2, p. 197-230, 2014

MINATEL, J. F.; BONGANHA, C. A. Agronegócios: A importância do Cooperativismo e da Agricultura Familiar. *Empreendedorismo, Gestão Negócios* v. 4 n. 4 p. 247-259. Mar. 2015.

NIERDELE, P.A.; WESZ JUNIOR, V. *Agrifood System Transitions in Brazil: New Food Orders*; Routledge: Abingdon, UK, 2021.

PLOEG, J. D. van der; Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. P 17-31.

QUINTAS, Domingos Antonio Cerveira. História da agricultura no município de Araras (SP) e a caracterização da restauração da mata ciliar no Ribeirão das Furnas. São Carlos: UFSCar. 96f. 2011

ROSOL, M. On the Significance of Alternative Economic Practices: Reconceptualizing Alterity in Alternative Food Networks. *Econ. Geogr.* 2020, 96, 52–76.

RUAS, DGG; LOZANI, MCB; BRAY, S. C. Os 10 anos de atividades dos assentamentos rurais de Araras I e II no município de Araras-SP. XII Encontro Nacional de Geografia Agrária–Rio Claro. Anais. Boletim de Geografia Teorética, v. 25, n. 49/50, p. 723-735, 1995.

SALA, Lorena Laís. Educação e agricultura em Araras/SP: apontamentos para a educação em Ciências. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras. 2023. 108f.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: Descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. Retratos de Assentamentos, v. 20, n. 1, p.14-40, 2017.

SOUZA, Sergio Pereira de. Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio – SP. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007 – Dissertação (Mestrado em Geografia).

THOMÉ, K.M.; CAPPELLESSO, G.; RAMOS, E.L.A.; DE LIMA D. S.C. Food Supply Chains and Short Food Supply Chains: Coexistence conceptual framework. J. Clean. Prod. 2021, 278, 123207

TOZZO, Maycon; DA SILVA, Vinicius Ramos Lages; SPÓSITO, Edson Alcebíades. Planejamento Estratégico com uso das Ferramentas SWOT Cruzada, Matriz GUT e 5W2H. Um estudo de caso em uma pizzaria. Revista FIBinova, v. 2, 2022.

UENO, V. A., NEVES, M. C., DE QUEIROGA, J. L., RAMOS FILHO, L. O., & DE OLIVEIRA, L. P. (2016). Estratégias de comercialização da agricultura familiar: estudos de caso em assentamentos rurais do estado de São Paulo.

VERANO, T. D. C., NETO, C. D. M. E. S., & MEDINA, G. D. S. (2023). Family Farmers in Short and Long Marketing Channels: Lessons for Rural Development in Goiás, Brazil. Logistics, 7(4), 69.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: Para pensar: outra agricultura. 2 ed. Curitiba: Editora da UFPR, p. 32-56, 2008

WILKINSON, J., Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar. Revista de Administração. Lavras: Universidade Federal de Lavras, v.1, n.1, jan./jun., 1999.

4. CAPÍTULO 3 - CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR: POSSIBILIDADES PARA OS ASSENTADOS

RESUMO

A agricultura familiar enfrenta desafios crescentes para garantir sua viabilidade econômica, sustentabilidade e competitividade, especialmente em um cenário de intensificação da globalização e de transformações nos padrões de consumo e produção. A presente pesquisa apresenta um panorama da comercialização agrícola nos assentamentos rurais de Araras-SP, a partir da aplicação de entrevistas com 70 assentados da reforma agrária distribuídos entre os cinco assentamentos da cidade. O objetivo foi compreender as dinâmicas de comercialização, identificar os principais canais utilizados e analisar as possibilidades de fortalecimento dessas estratégias. Os dados coletados foram analisados por meio do método de análise de regressão logística, ou logit, também utilizando da análise de efeitos marginais e de razão de chances (*oddsratio*). Os resultados indicam que o acesso a feiras e venda direta são estratégias fundamentais para a comercialização da produção agrícola, enquanto a dependência de programas governamentais pode atuar como uma barreira. Isso sugere a necessidade de políticas públicas que facilitem o acesso dos produtores aos mercados diretos e reduzam entraves nos programas institucionais.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Mercados Locais; Viabilidade Econômica; Vendas Diretas; Desenvolvimento Rural.

SHORT MARKETING CHANNELS AND FAMILY FARMING: OPPORTUNITIES FOR SETTLERS

ABSTRACT

Family farming faces increasing challenges to ensure its economic viability, sustainability, and competitiveness, especially in a scenario of intensifying globalization and transformations in consumption and production patterns. This research provides an overview of agricultural commercialization in rural settlements in Araras-SP, based on interviews with 70 settlers from agrarian reform distributed across the city's five settlements. The aim was to understand the dynamics of commercialization, identify the main channels used, and analyze possibilities for strengthening these strategies. The collected data were analyzed using the logistic regression (logit) method, along with marginal effects analysis and odds ratio analysis. The results indicate that access to fairs and direct sales are fundamental strategies for agricultural product commercialization, while dependence on government programs may act as a barrier. This suggests the need for public policies that facilitate producers' access to direct markets and reduce obstacles in institutional programs.

Keywords: Sustainability; Local Markets; Economic Viability; Direct Sales; Rural Development.

4.1. INTRODUÇÃO

A experiência no Brasil têm evidenciado que um dos principais desafios enfrentados pela cadeia produtiva de orgânicos está relacionado à comercialização desses produtos e aos processos associados, como transporte, processamento, armazenamento, embalagem e precificação (Abreu et al 2012; Souza; Alcântara, 2003; Zoldan; Karam, 2004; Terrazan; Valarini, 2009). Embora apresente particularidades que a distinguem significativamente de outros segmentos do agronegócio nacional, parte da agricultura familiar brasileira, para sobreviver e expandir-se, precisa integrar-se a uma lógica sistêmica de mercados e sustentabilidade. A agricultura familiar, sem dúvida, representa uma parcela frágil do agronegócio brasileiro. Evidências indicam que o setor mais dinâmico e próspero da agricultura familiar é justamente aquele que conseguiu inserir-se em cadeias produtivas regionais e nacionais (Buainin, 2006).

O conceito de "agronegócio da agricultura familiar" deve ser compreendido de forma sistêmica, como uma categoria analítica e uma ferramenta estratégica para seu estudo, ainda que seja necessário reconhecer as diferenças e limites claros em relação ao agronegócio de larga escala. Como sistema, o agronegócio abrange um conjunto de atividades econômicas que formam o sistema agroindustrial, incluindo: a) agricultura, pecuária e pesca; b) indústrias agroalimentares; c) distribuição agrícola e alimentar; d) comércio internacional; e) consumidores; f) indústrias e serviços de apoio (Graziano, 2008). O futuro da agricultura familiar depende, de maneira crucial, da capacidade dos agricultores familiares de aproveitar e potencializar as oportunidades decorrentes das vantagens associadas à organização familiar da produção, ao mesmo tempo em que neutralizam ou reduzem as desvantagens competitivas relacionadas à dotação de recursos, especialmente aquelas impostas pelo agronegócio de larga escala.

A diversificação do sistema produtivo e a produção para autoconsumo são características comuns da agricultura familiar, resultantes das condições crônicas enfrentadas por esses agricultores, como a baixa capitalização, o acesso precário aos mercados, os gargalos na comercialização que resultam em baixa remuneração e transferência de renda para intermediários, a insegurança alimentar devido à distância dos mercados, o isolamento durante períodos de chuva, as flutuações de preço entre safra e entressafra, e a escassez de mecanismos de financiamento e

proteção contra riscos naturais (Buainin, 2006). Nesse contexto, a agricultura orgânica tem ganhado espaço como uma estratégia tanto para a diversificação de cultivos quanto para a inserção no mercado, consolidando-se como uma forma de produção relevante na agricultura familiar (Abreu et al, 2012; Wilkinson, 2008; Fonseca et al, 2009; Zoldan; Karam, 2004).

Apesar de vários autores indicarem a agricultura orgânica como estratégia para diversificação, as autoras Caumo e Staduto (2014), realizaram um estudo no oeste paranaense a respeito das dificuldades concernentes à agricultura orgânica, indicando que a região é predominantemente voltada para a agricultura convencional de soja e milho, caracterizada pelo uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos. Nesse contexto, a conversão para a produção orgânica representa um grande desafio para os produtores acostumados ao modelo convencional. As principais dificuldades enfrentadas incluem o controle de pragas e doenças, a obtenção do equilíbrio do solo, os preços dos insumos e a falta de mercado para os produtos orgânicos (Caumo; Staduto, 2014).

Como destacado, "Nesse contexto regional, a produção orgânica é um desafio aos produtores que foram forjados para produzirem com uso intenso de agrotóxicos e adubos químicos." De acordo com os produtores orgânicos entrevistados, a principal dificuldade ao iniciar na atividade orgânica está justamente na fase de transição do sistema convencional para o orgânico. "O controle das pragas e das doenças e a obtenção do equilíbrio do solo são os fatores que mais dificultam a produção." Esses obstáculos evidenciam a complexidade da mudança de paradigma, exigindo adaptações técnicas e uma nova mentalidade por parte dos agricultores (Caumo; Staduto, 2014).

Ao salientar as dificuldades e potencialidades existentes no modo de vida do agricultor familiar, o objetivo deste capítulo é utilizar os resultados obtidos por meio dos formulários de pesquisa como ferramenta para o desenvolvimento de uma modelagem estatística que informe sobre a influência da percepção dos canais de comercialização na perspectiva dos assentados. Essa abordagem busca compreender como as decisões de comercialização são moldadas pelas experiências e visões dos agricultores, contribuindo para a elaboração de estratégias mais eficazes que promovam a integração da agricultura familiar em cadeias produtivas sustentáveis e rentáveis.

4.2. REFERENCIAL TEÓRICO

4.2.1. Circuitos Curtos de Comercialização

Segundo Ploeg (2008), as iniciativas de circuitos curtos de comercialização, como feiras livres, cestas de alimentos, venda direta, produção para autoconsumo e trocas de alimentos, não apenas persistiram, mas, em algumas regiões, passaram a impulsionar novas formas de desenvolvimento rural endógeno, ou seja, dentro da própria comunidade. Essas práticas buscam promover alternativas agroecológicas e o fortalecimento desses mercados, estreitando a relação entre consumidores e agricultores locais. Além disso, contribuem para que a riqueza gerada permaneça na comunidade, fortalecendo a segurança alimentar local (Ploeg, 2009).

Neste sentido, Marsden, Banks e Bristow (2000) indicam que os circuitos curtos de comercialização são diferenciados por cumprirem os critérios socialmente construídos em torno da qualidade do alimento, visto que os consumidores sabem quem está produzindo, contrapondo-se, assim, aos mercados convencionais. Assim, esses mercados possibilitam uma maior variedade de modelos de produção e comercialização, frente as opções mais tradicionais, facilitando o atendimento das demandas sociais e ambientais, fazendo com que os consumidores sejam parte integrante da cadeia de produção, tendo um potencial transformador, pois criam narrativas e formas de se relacionar que afetam as dinâmicas e padrões de compra ao ressignificar as relações de produção e consumo (Brunori; Rossi; Guidi, 2011).

Na literatura, a sustentabilidade é vista como eixo fundante da Agroecologia, por meio da aplicação de seus princípios para um desenvolvimento sustentável nos aspectos ambientais, sociais e econômicos e revela-se potencialmente significativa enquanto uma alternativa aos impactos econômicos e ambientais da monocultura e agricultura intensiva. A sua abordagem leva em conta os conhecimentos dos agricultores e do território onde estão inseridos, articulados em torno da dimensão local, desta forma eles atuam como intensificadores da biodiversidade ecológica e sociocultural das experiências produtivas (Sevilla Guzman, 2001).

Com relação aos circuitos abordados na presente pesquisa, cabe ressaltar que as conceituações utilizadas são da obra de Darolt e Rover (2021), começando pela Venda Direta, que segundo os autores ocorre quando o produtor tem relação direta com o consumidor, sem necessidade de qualquer tipo de atravessador ou

intermediador. Já a Cesta de Produtos é caracterizada por ser um conjunto de itens, em determinadas proporções ou quantidades, especificamente utilizado para controlar o progresso de inflação em uma economia ou mercado específico, neste caso em específico, para facilitar o acesso dos consumidores à produtos da agricultura familiar (Darolt; Rover, 2021).

Com relação aos Programas Governamentais, O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696 de julho de 2003, tem como objetivo garantir o acesso a alimentos e promover a inclusão social de famílias em situação de insegurança alimentar, com foco no fortalecimento da agricultura familiar em áreas rurais. A iniciativa estrutura ações integradas às políticas agrárias e de segurança alimentar, alinhando-se ao propósito do Projeto Fome Zero, que busca erradicar a fome e as desigualdades sociais. Conforme destacado por Delgado (2005, p. 8), o programa visa "concretizar" essa missão por meio de mecanismos que conectam a produção agrícola familiar às necessidades alimentares de populações vulneráveis, promovendo desenvolvimento rural sustentável e equidade (Delgado, 2005).

Portanto, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (MDS) visa, por meio do programa, fomentar a formação de estoques estratégicos para suprir necessidades emergenciais e abastecer os mercados institucionais de alimentos. Essa iniciativa permite a aquisição direta de produtos da agricultura familiar, dispensando processos licitatórios e garantindo preços alinhados aos praticados nos mercados regionais. Os alimentos adquiridos são destinados a ações de segurança alimentar em redes socioassistenciais, equipamentos públicos de nutrição (como escolas, creches, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e bancos de alimentos), hospitais e famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo comunidades quilombolas, indígenas, acampadas, entre outras.

Os mercados institucionais consistem na compra governamental de produtos da agricultura familiar para múltiplos fins, como a distribuição de alimentos saudáveis e acessíveis a grupos afetados pela insegurança alimentar. Além de garantir acesso a nutrição adequada, essa estratégia fortalece os agricultores familiares ao assegurar a comercialização de sua produção, promovendo assim desenvolvimento econômico local e sustentabilidade.

Já no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) para participar dos programas, o agricultor precisa ser reconhecido como integrante da agricultura

familiar, enquadrando-se em uma das categorias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mediante a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Essa exigência visa garantir que os beneficiários estejam alinhados aos critérios de inclusão socioeconômica e produtiva que fundamentam as políticas públicas direcionadas ao setor (Silva et al, 2020).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implementado em 1955, tem como objetivo oferecer suplementação alimentar durante os 200 dias letivos a estudantes de escolas públicas e filantrópicas de educação básica, visando contribuir para o aprendizado, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Para isso, o programa disponibiliza refeições de qualidade e desenvolve projetos de educação alimentar e nutricional, atendendo milhões de alunos em todo o país. O PNAE atua por meio do repasse de recursos financeiros às instituições públicas ou conveniadas com o poder público, assegurando que a alimentação escolar alcance todos os estudantes matriculados na rede (Silva et al, 2020).

Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) busca garantir o acesso a alimentos e promover a inclusão social de famílias em situação de insegurança alimentar, com foco no fortalecimento da agricultura familiar em áreas rurais. Por meio de compras diretas de produtos agrícolas, o programa conecta a produção local às demandas institucionais, estimulando a economia rural e garantindo a distribuição de alimentos saudáveis a grupos vulneráveis. Ambos os programas, articulados por meio de políticas públicas integradas, reforçam a segurança alimentar e o desenvolvimento socioeconômico no Brasil (Silva et al, 2020).

4.3. MATERIAIS E MÉTODOS

4.3.1. Regressão Logística, ou modelo logit

A regressão logística, também conhecida como modelo logit, é uma técnica não linear desenvolvida especificamente para analisar variáveis dependentes

binárias. Esse método permite estimar a probabilidade de ocorrência de um determinado evento com base em um conjunto de variáveis explicativas (Stock e Watson, 2004). O objetivo desse modelo é compreender as diferenças entre grupos específicos e avaliar a probabilidade de um indivíduo ou grupo pertencer a uma determinada categoria (Ulkhay et al., 2017).

Nesse contexto, para modelar a probabilidade de disposição para comercializar ou não, foi utilizado o modelo logit, uma vez que a variável dependente (Y) pode assumir os valores 0 ou 1. Partiu-se do pressuposto de que as variáveis selecionadas (explicativas) podem influenciar a ocorrência de "comercializar" ou "não comercializar" a depender da forma de comercialização. Assim, se o agricultor estiver disposto a comercializar, Y assume o valor 1; caso contrário, Y assume o valor 0.

De acordo com Gaspar et al (2021), os efeitos marginais medem a mudança na probabilidade da variável dependente ($Y = 1$) em resposta a uma pequena alteração em uma variável explicativa, mantendo todas as outras variáveis constantes. No contexto do modelo logit, os coeficientes estimados não têm uma interpretação direta em termos de mudança na probabilidade, pois o modelo é não linear. Por isso, os efeitos marginais são úteis para entender o impacto prático das variáveis independentes (Gaspar et al, 2021).

Genericamente, um modelo de resposta binária de uma população com múltiplos regressores pode ser representado conforme eq. (1) abaixo (Maddala, 2002):

$$P(Y = 1)|X_1, X_2, \dots, X_k) = G(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k) \quad (1)$$

Que pode ser escrito como eq. (2) a seguir:

$$P(Y = 1)|x) = G(\beta_0 + x\beta) = G(q) \quad (2)$$

sendo $q = (\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_k X_k)$.

As variáveis X_k explicam a variável dependente binária que assume valores entre zero e um. Assim $0 < G(q) < 1$ para todos os números q reais.

A estimação dos parâmetros $\beta_0, \beta_1 \dots \beta_k$, segundo Torres-Reyna (2014), é feita a partir do conjunto dados, pelo método de máxima verossimilhança, encontrando-se uma combinação de coeficientes que maximiza a probabilidade de a amostra ter sido observada. Deve-se atentar ao fato de que, em modelos não lineares, o coeficiente estimado não equivale ao efeito marginal (MgE) da variável dependente sobre a probabilidade do consumidor efetuar a escolha, ou seja, $\partial P(Y = 1) / \partial X$ não será diretamente β como na regressão linear. Então, segundo Maddala (2002), o efeito marginal será dado por eq. (3):

$$\partial P(Y = 1) / \partial X = \beta \cdot \frac{e^{\beta X}}{(1 + e^{\beta X})^2} \quad (3)$$

Ou seja, pela multiplicação do coeficiente estimado β com a função de densidade da distribuição logística $\frac{e^{\beta X}}{(1 + e^{\beta X})^2}$. O software R1 programa é utilizado para ajuste dos modelos (R Core Team, 2022).

4.3.2. Razão de chances ou *Odds Ratio*

A razão de chances, ou odds ratio, é uma métrica que compara as chances de dois eventos em um modelo logit. Ela ajuda a entender o impacto de uma variável na probabilidade de um evento ocorrer. Ela é interpretada da seguinte forma: Razão de chances maior que 1: o fator analisado aumenta a probabilidade do evento ocorrer; Razão de chances igual a 1: o fator não tem efeito sobre a probabilidade; Razão de chances menor que 1: o fator reduz a probabilidade do evento ocorrer.

Um modelo de regressão logística possibilita estabelecer uma relação entre uma variável de resultado binário e um conjunto de variáveis preditoras. Esse modelo expressa a probabilidade, transformada em logit, como uma combinação linear das variáveis preditoras. Formalmente, considere Y como a variável de resultado binário, que indica falha ou sucesso, representada por $\{0,1\}$, e p como a probabilidade de Y ser igual a 1, ou seja,

$$p = P(Y=1),$$

Seja $x_1, \dots, x_k$ um conjunto de variáveis preditoras. Então a regressão logística de Y em $x_1, \dots, x_k$ estima valores de parâmetros para $\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_k$ através do método de máxima verossimilhança da seguinte equação:

$$\text{logit}(p) = \log(p/1-p) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k.$$

Realiza-se o exponencial e toma o inverso multiplicativo de ambos os lados,

$$1-p = \frac{1}{\exp(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k)}.$$

Divide-se parcialmente a fração no lado esquerdo da equação e adicione uma a ambos os lados,

$$\frac{1-p}{1-p} = \frac{1}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k)}.$$

Mude 1 para um denominador comum,

$$1-p = \frac{\exp(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k)}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k)}.$$

Finalmente, tome o inverso multiplicativo novamente para obter a fórmula da probabilidade $P(Y=1)$,

$$p = \frac{\exp(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k)}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k)}$$

De acordo com Hosmer, Lemeshow e Sturdivant (2013), no contexto do modelo logit, a razão de chances é obtida exponenciando os coeficientes estimados (β) das variáveis preditoras. Um valor da razão de chances maior que 1 indica que a variável preditora aumenta a probabilidade do evento ocorrer, enquanto um valor menor que 1 sugere uma redução nessa probabilidade. Um valor igual a 1 indica que a variável não tem efeito significativo sobre o resultado.

A utilização da razão de chances é especialmente vantajosa em estudos onde se busca compreender a influência de fatores de risco ou de proteção em contextos como saúde, ciências sociais, marketing, entre outros. Ela permite comparar a força e a direção do efeito de diferentes variáveis, mesmo quando essas variáveis têm

escalas distintas. Além disso, a razão de chances é invariante à transformação logit, o que facilita a interpretação dos resultados em termos de probabilidades (Hosmer; Lemeshow; Sturdivant, 2013).

Desta maneira, a análise da razão de chances no modelo logit é uma abordagem robusta e interpretável para avaliar a associação entre variáveis preditoras e um desfecho binário. Sua aplicação permite aos pesquisadores e analistas extrair insights valiosos sobre os fatores que influenciam a ocorrência de eventos, contribuindo para a tomada de decisões informadas e baseadas em evidências.

4.3.3. Os modelos empíricos e discriminação dos dados da pesquisa

Conforme especificações teóricas citadas acima sobre o modelo logit, o Modelo 1 é representado pela eq. (4)

$$P(Y = 1)|x) = G(\beta_0 + x\beta) = G(q)$$

Em que $G(q)$ é dado por eq. (5):

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_4 + u_t \quad (5)$$

Sendo Y a variável binária onde $Y=1$ caracteriza a comercialização, enquanto $Y=0$ indica que a comercialização não ocorre.

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6$ são os parâmetros do modelo a serem estimados (coeficientes);

X_1 assim como especificado no Modelo 1, equivale à comercialização por FEIRA, identificado também por ImF (Importância da Feira) apresentando valores de 0 a 5, levando em consideração a escala likert, onde 0 é irrelevante e 5 é essencial, como percepção no impacto da renda.

X_2 equivale à comercialização por VENDA DIRETA, identificado também por ImVD (Importância da Venda Direta), apresentando valores de 0 a 5, levando em consideração a escala likert, onde 0 é irrelevante e 5 é essencial, como percepção no impacto da renda.

X_3 equivale à comercialização por SUPERMERCADO/MERCADO, identificado também por ImSM (Importância dos Supermercados/Mercados), apresentando valores de 0 a 5, levando em consideração a escala likert, onde 0 é irrelevante e 5 é essencial, como percepção no impacto da renda.

X_4 equivale à comercialização por PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS, identificado também por ImPG (Importância dos Programas Governamentais), apresentando valores de 0 a 5, levando em consideração a escala likert, onde 0 é irrelevante e 5 é essencial, como percepção no impacto da renda.

ut refere-se ao termo de erro estocástico.

Ressalta-se que os dados relativos às variáveis dos modelos (dependente e explicativas) foram coletados por meio de um formulário aplicado em 70 assentados (Apêndice A). As análises dos modelos basearam-se na avaliação do efeito marginal e de odds ratio, gerado pelos coeficientes das variáveis explicativas sobre a variável dependente.

4.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos a partir dos ajustes dos modelos Logit são apresentados na Tabela 1. Destaque-se que outros modelos foram estimados considerando a presença de outras variáveis. Pelo método de “stepwise” e com auxílio do menor valor para o Critério de informação de Akaike [AIC], definiu-se o modelo com melhor ajuste estatístico e mais parcimonioso. No processo de ajuste, notou-se que a variável relacionada a SUPERMERCADO/MERCADO, tornavam o modelo com piores ajustes estatísticos e sem capacidade de resultados significativos de seus coeficientes.

O método “Stepwise” objetiva auxiliar na seleção das variáveis importantes ao modelo e utiliza o Critério de Informação de Akaike (AIC – “Akaike Information Criterion”) na combinação das variáveis dos diversos modelos simulados, permitindo selecionar o modelo mais ajustado. Quanto menor o AIC, melhor o ajuste do modelo (Wooldridge, 2009; Hair et al. 2009). O AIC é calculado conforme eq. (9):

$$AIC = -2 \log(L_p) + 2[(p + 1) + 1] \quad (6)$$

Onde L_p é a função de máxima verossimilhança e p é o número de variáveis explicativas do modelo. A seguir a Tabela 1, que informa os valores da razão de chances e do efeito marginal encontrado, além das variáveis da pesquisa, sendo ImF (Importância da Feira), ImVD (Importância da Venda Direta) e ImPG (Importância do Programa Governamental):

Tabela 1: Resultados da análise de efeito marginal e razão de chances (*oddsratio*)

Variáveis	Std. Err.	p-valor	OddsRatio	Efeito Marginal
ImF	0.086674	0.005879 **	3.81999	0.238742
ImVD	0.053317	0.003612 **	2.38941	0.155162
ImPG	0.120325	0.028847 *	0.22848	-0.262979
n				70
AIC				50.657

Legenda: Nível de Significância: 0 '**' 0.001; '***' 0.01 '

Fonte: dados da pesquisa

A análise estatística, conduzida por meio de um modelo logit, avaliou os fatores que influenciam a comercialização agrícola, destacando os efeitos marginais e a significância estatística das variáveis analisadas. Os principais fatores considerados foram ImF (Importância da Feira), ImVD (Importância da Venda Direta) e ImPG (Importância do Programa Governamental), cada um com impactos distintos na probabilidade de comercialização.

ImF apresentou um efeito marginal positivo e altamente significativo (nível de 1%), com um aumento de 23,87% na probabilidade de comercialização para cada unidade adicional. Isso significa que a comercialização por meio de feiras é um fator relevante para impulsionar a ocorrência de vendas, com uma razão de chances (OR) de aproximadamente 3,81 indicando um incremento de quase quatro vezes na chance de comercialização, ou seja, para cada unidade adicional na escala likert concedida à Importância da Feira, aumenta em quatro vezes a chance do agricultor

comercializar. Em outras palavras, a feira é um canal eficaz e direto para os agricultores, levando em consideração a interpretação dos dados.

Já ImVD também demonstrou um efeito positivo e significativo a 1%, embora com um impacto menor em comparação a ImF. Cada aumento unitário em ImVD eleva a probabilidade de comercialização em 15,52%, mantendo as demais variáveis constantes. A razão de chances associada a essa variável sugere um aumento de 2,5 vezes na chance de comercialização, reforçando que a venda direta é uma estratégia viável, porém com menor impacto relativo, em comparação com a variável anterior, Importância da Feira (ImF).

Por outro lado, ImPG apresentou um efeito marginal negativo e significativo a 5%. Um aumento nessa variável reduz a probabilidade de comercialização em 26,30%, com uma razão de chances que indica uma diminuição de 0,22 vezes na chance de comercialização, ou seja, quanto menor a avaliação na escala de importância do programa governamental, menor em 0,22 vezes a chance do agricultor comercializar.

Esse resultado sugere que programas governamentais podem atuar como fatores inibidores, possivelmente devido a barreiras burocráticas, custos adicionais ou ineficiências associadas a essas políticas. Interessante também avaliar que a aversão pela opção de programas governamentais é maior do que a preferência pela feira e pela venda direta, já que o efeito marginal sugere que além da preferência existe uma tendência de maior valorização por estes canais de comercialização em detrimento do canal de compras governamentais.

A significância prática e teórica dos resultados reforça a confiabilidade das estimativas, com todos os coeficientes apresentando significância estatística ($p < 0,05$). A relação negativa de ImPG com a comercialização pode indicar um *trade-off*, onde políticas ou características ligadas a programas governamentais acabam comprometendo a ocorrência de vendas. Em contrapartida, ImF e ImVD emergem como alvos potenciais para estratégias de incremento da comercialização, destacando-se como canais mais eficientes e diretos.

Bezerra et al (2022), realizou uma pesquisa com participantes de uma feira orgânica e identificou que é possível compreender a trajetória histórica das feiras como uma construção social, impulsionada por pioneiros na área da agroecologia que se dedicaram a criar um movimento em defesa da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

Segundo os registros, o poder público municipal passou a participar dessa iniciativa em 1995, quando a Feira Verde foi integrada à política municipal de abastecimento. A partir de então, seu funcionamento foi regulamentado, seguindo as mesmas diretrizes das demais unidades de abastecimento do município (Bezerra et al, 2022). Indicando que as políticas relacionadas às feiras são consideravelmente recentes, caso levemos em conta o início dos projetos de reforma agrária que ocorreram à tempo semelhante.

E Pereira et al (2015), complementa informando que estudos recentes sobre o consumo de alimentos orgânicos indicam que as feiras têm atraído consumidores de diversas classes sociais. No entanto, observa-se que o acesso ainda é predominantemente maior entre indivíduos com renda mais elevada e maior nível de escolaridade (Dos Santos; Darolt, 2021; Bezerra et al, 2022). Tal afirmação aponta para uma tendência com relação aos consumidores dos produtos comercializados na feira, indicando que existe uma preferência das faixas de renda mais elevadas por alimentos orgânicos, impulsionando a demanda que, nos assentamentos estudados na presente dissertação, ainda não está bem estabelecida do ponto de vista da produção dos assentados.

Com relação aos programas governamentais, os autores Silva et al (2020) realizaram uma pesquisa avaliando o PNAE e identificaram que existe potencialidade para o fortalecimento da agricultura familiar, garantindo que pelo menos 30% dos recursos sejam investidos na compra de produtos locais. O artigo explora as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares no acesso ao programa, como a burocracia, a falta de assistência técnica e as limitações de acesso à internet.

Apesar disso, o PNAE continua a ser essencial para a geração de renda e o desenvolvimento local. Existe um destaque para questões como: logística complexa, a vulnerabilidade social das comunidades e a necessidade de fortalecer a agricultura familiar local são pontos cruciais (Silva et al, 2020). Tais pontos auxiliam a identificar que a literatura tem se debruçado sobre o tema em casos específicos mas que ajudam a pintar um panorama a respeito dos programas governamentais no que tange a implementação e acesso à esse canal de comercialização.

Já com relação ao PAA, Camargo et al (2020), avalia questões relacionadas à um suposto esvaziamento do PAA em um assentamento de reforma agrária, destacando o seguinte que garantia de venda e o preço justo proporcionados pelo

PAA incentivavam a reestruturação da produção e o investimento em melhorias nas propriedades. Enquanto a diminuição do acesso ao programa levou a uma concentração da produção em culturas perenes, como cana-de-açúcar e eucalipto, e à redução da área cultivada com hortaliças. Embora a renda familiar não tenha diminuído drasticamente (devido, em parte, ao aumento do número de aposentados), a diversidade alimentar foi afetada. Silva et al (2020) então conclui, seguindo uma linha similar à Camargo et al (2020), que o PNAE, mesmo com as adaptações necessárias durante a pandemia, continua a ser um instrumento vital para garantir a segurança alimentar e nutricional, além de fortalecer a agricultura familiar na Amazônia.

As experiências dos municípios paraenses demonstram a importância do engajamento de diversos atores sociais e da criação de estratégias inovadoras para superar os desafios. O estudo ressalta a necessidade de fortalecer a assistência técnica aos agricultores familiares e de promover a troca de experiências entre os municípios para garantir a efetividade do PNAE (Silva et al, 2020). A associação de produtores foi fundamental para o acesso ao PAA em 2015, mas seu protagonismo diminuiu com a possibilidade de participação individual em outros programas. A falta de projetos desmotiva os associados, destacando a dependência das organizações de políticas públicas.

Em conjunto, Camargo et al (2020), informa que o PAA é uma política pública fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar. O esvaziamento do programa tem gerado impactos negativos na produção, na diversidade alimentar e no associativismo, evidenciando a necessidade de fortalecer o PAA e garantir o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais. Esse esvaziamento se deu em grande parte pela diminuição dos recursos entre os anos de 2013 e 2016 (Camargo et al, 2020). A valorização da produção familiar passa por um conjunto de ações que incluem o apoio à produção, a assistência técnica, a promoção da segurança alimentar e a garantia de acesso a mercados justos e sustentáveis.

Em síntese, a análise aponta que os canais de venda diretos, como feiras e venda direta, são os mais relevantes para a comercialização agrícola, enquanto os programas governamentais podem representar desafios ou dificuldades para os agricultores. Tal como foi apontado pelos estudos apresentados a respeito dos programas governamentais, identifica-se que as dificuldades de acesso variam a depender do local de estudo, mas convergem em barreiras enfrentadas pelos agricultores, dialogando com os resultados apresentados nesta pesquisa. Esses resultados sugerem a necessidade de revisão e aprimoramento das políticas governamentais, bem como o fortalecimento de iniciativas que promovam a comercialização por meio de feiras e vendas diretas.

4.5. CONCLUSÃO

O estudo, utilizando modelagem estatística, demonstrou que quanto maior a relevância dada às feiras e à venda direta, maior é a probabilidade de os assentados comercializarem sua produção. Por outro lado, quanto maior a dependência de programas governamentais, menor a chance de comercialização, indicando que esses programas podem funcionar como obstáculos. Os resultados destacam que o acesso a feiras e a venda direta são estratégias essenciais para a comercialização da produção agrícola, enquanto a dependência de programas governamentais pode se tornar um entrave. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que facilitem o acesso dos produtores a mercados diretos e reduzam as barreiras presentes nos programas institucionais.

Um aspecto que se destacou foi o papel das organizações sociais, como cooperativas, na articulação dos interesses dos agricultores para acessar canais governamentais de comercialização. Pesquisas que acompanhem a efetividade dessas políticas são cruciais para promover o desenvolvimento econômico e social dos agricultores, ressaltando a importância da presença de pesquisadores nos assentamentos, em conjunto com entidades estatais que visam apoiar as atividades agrícolas.

O fortalecimento da venda direta, seja por meio da formação de grupos de consumo responsável que comprem diretamente dos agricultores ou cooperativas, ou pela divulgação dos produtos por consumidores engajados, tem um potencial significativo de garantir estabilidade de renda para os agricultores e fortalecer os

laços comunitários. Além disso, essa prática pode servir como base para a criação de redes de consumo responsável, beneficiando também moradores de regiões vizinhas que necessitem escoar sua produção agrícola.

No que diz respeito às feiras, observou-se que elas ocupam um lugar central no imaginário popular, tanto no contexto nacional quanto latino-americano, como espaços de reprodução social e de proximidade entre consumidores e produtores. É fundamental estimular a criação de eventos culturais que promovam a participação constante dos produtores, contribuindo para o fortalecimento de laços comunitários e solidários.

Em síntese, os objetivos propostos foram alcançados, com os capítulos e artigos inter-relacionados e complementares. Conclui-se que, entre os agricultores dos assentamentos, há uma multimodalidade de canais curtos de comercialização, percebidos como fundamentais para a resiliência diante de adversidades. A flexibilidade na escolha desses canais proporciona um fluxo de renda que auxilia no desenvolvimento de suas atividades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Lucimar Santiago et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 26, p. 143-160, 2012.

BEZERRA, I.; RIGON, S. D. A.; CASSARINO, J. P. Feiras Orgânicas enquanto política de abastecimento alimentar e promoção da saúde: um estudo de caso. *Saúde em debate*, 46, 542-554, 2022.

BRUNORI, Gianluca; ROSSI, Adanela; MALANDRIN, Vanessa. Co-producing Transition: Innovation Processes in Farms Adhering to Solidarity-based Purchase Groups (GAS) in Tuscany, Italy. *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, Cardiff, p. 28-53. 13 dez. 2010.

BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. Brasília: IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2006. 134p. (Série Desenvolvimento Rural v.5).

CAMARGO, R. A. L.; BOCCA, M. F.; ALMEIDA, O. L.; PINOTTI, L. R. R.; MICHELETTO, A. P. Plantar prá que? Os efeitos do esvaziamento do PAA no assentamento Córrego Rico-SP. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, v. 23, n. 1, p. 143-180, 2020.

CAUMO, Alessandra Juliana; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar. *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)*-ISSN 2177-4153, v. 12, n. 2, p. 45-64, 2014.

DELGADO, Guilherme. Et al. Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA). Brasília: IPEA, dezembro de 2005.

DOS SANTOS, E. D.; DAROLT, M. R. Circuitos de Comercialização de Produtos Orgânicos e Agroecológicos: Análise dos Estabelecimentos no Varejo de Curitiba-Paraná. In: _____. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. 2021. p. 83-102.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa; DE ALMEIDA, Lucia Helena Maria; COLNAGO, Nathalia Fendeler. Características, estratégias, gargalos, limites e desafios dos circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos no Rio de Janeiro: as feiras. *Cadernos de Agroecologia [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)]*, v. 4, n. 1, 2009.

GASPAR, Rui et al. Resilience 4 covid-19: social sensing & intelligence for forecasting human response in future covid-19 scenarios, towards social systems resilience. ResiliScence 4 COVID-19: social sensing & intelligence for forecasting human response in future COVID-19 scenarios, towards social systems resilience, 2021.

GRAZIANO, Graziela Oste et al. Sistemas de distribuição e comercialização dos produtos orgânicos: um estudo exploratório. 2008.

HAIR-JUNIOR, Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rodolph E.; TATHAM, Ronald L. Análise Multivariada de dados. 6.ed. Bookman, 2009. 688p.

HOSMER JR, David W.; LEMESHOW, Stanley; STURDIVANT, Rodney X. **Applied logistic regression**. John Wiley & Sons, 2013.

LASSA, C.; DELGADO, N. G. Desenvolvimento Territorial e enfrentamento da pobreza no Território de Irecê (BA). In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas. Brasília: IICA, 2012. p. 205-239.

MADDALA, G. Limited dependent and quantitative variables in Econometrics. New York: Cambridge University Press, 2002.

MANTOVANELLI, Diogo Fonseca. Quintais agroecológicos: sala de aula informal para capacitação formal-as experiências do assentamento rural Araras 4. UFSCar, Dissertação de Mestrado, 2012.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. Sociologia Ruralis, v. 40, n. 4, p. 424-438, 2000.

MEDEIROS, M.; MARQUES, F. C.; CAZELLA, A. A. Desconstruindo o convencional: o conhecimento agroecológico e a emergência de redes de cooperação no litoral norte do Rio Grande do Sul. In: 6 ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS,, 2014. Anais, Campinas: UNICAMP, 2014.

PEREIRA, M. C., MULLER, C. R., RODRIGUES, F. S. A., MOUTINHO, A. B. A., RODRIGUES, K. L.; BOTELHO, F. T. Mudança no perfil sociodemográfico de consumidores de produtos orgânicos. Ciência & Saúde Coletiva, 20(9), 2797-2804, 2015.

PLOEG, J. D. Van Der. Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. UFRGS Editora, 2008.

PLOEG, J.D. Van Der. The New Peasantries: new struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization. 2009. London: Earthscan.

R Core Team (2022). R: A language and environment for statistical computing.

RODRIGUES, S. A. S.; SANTOS, H. R.; SILVA, A. L.; COSTA, J. E.; OLIVEIRA, E. R. S. PAA/PNAE: política territorial para o desenvolvimento rural no território do médio sertão Alagoas/PAA/PNAE: territorial policy for rural development in the territory of middle sertão Alagoas. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 5, p. 23353-23369, 2020.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social, p. 19-43, 2021.

SALA, Lorena Laís. Educação e agricultura camponesa em Araras/SP: apontamentos para a educação em Ciências. UFSCar, Dissertação de Mestrado 2023.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Bases sociológicas de la agroecología. In: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. (texto para conferência). Botucatu, 2001.

SILVA, L. D.; MEDEIROS, M.; TAVARES, F. B.; DIAS, I. A.; FRAZÃO, A. D. G. F. PNAE em tempos de pandemia: desafios e potencialidades para sua operacionalização no contexto amazônico. Mundo Amazônico, v. 11, n. 2, p. 17-36, 2020.

SOUZA, A. P. de O.; ALCÂNTARA, R. L. C. Alimentos orgânicos: estratégias para o desenvolvimento do mercado. In: NEVES, M. F.; CASTRO, L. T. (Org.) Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos. São Paulo: Atlas, 2003, p.332-347, 365p.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. Informações Econômicas, São Paulo, SP, v.39, n. 11, p.27-41, nov. 2009. (Série Técnica Apta).

TORRES-REYNA, O. Logit, Probit and Multinomial Logit Models in R. Princeton University, Dezembro, 2014. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/~otorres/LogitR101.pdf>> Acesso em: 21 jun. 2018.

ULKHAQ M. M.; WIDODO, A. K.; YULIANTO M, F. A.; WIDHIYANINGRUM. A, MUSTIKASARI; AKSHINTA P, Y., 2017. A logistic regression approach to model the willingness of consumers to adopt renewable energy sources. International

Conference on Renewable Energy and Environment. Disponível em <<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/127/1/012007>>.

VILLAR, Gustavo Henrique do Lago. Análise de políticas públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos rurais no município de Araras, estado de São Paulo. UFSCar, Dissertação de Mestrado, 2017.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Editora da UFRGS: Porto Alegre –RS, Série Estudos Rurais. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 213 p., 2008.

WOOLDRIDGE, J. M. Limited Dependent Variable Models and Sample Selection Corrections. In: Introductory Econometrics: A modern approach. 4. Ed. South-Western,. Capítulo 17, p. 575-621, 2009.

ZOLDAN,P.; KARAM, K. F. Estudo da dinâmica da comercialização de produtos orgânicos em Santa Catarina. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2004. 181p.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS (GERAL)

A presente pesquisa teve como objetivo principal identificar as formas de comercialização existentes nos Assentamentos da cidade de Araras-São Paulo (SP), considerando os aspectos socioeconômicos das respectivas localidades, e para tanto, cada objetivo específico tem como resposta um capítulo/artigo desenvolvido. Os objetivos específicos foram: I) identificar na literatura científica brasileira e internacional as pesquisas mais relevantes sobre comercialização e agricultura familiar; II) diagnosticar os modos de comercialização dos produtos agrícolas dos assentamentos; III) identificar as características socioeconômicas específicas de cada assentamento, localizado no município de Araras-SP; IV) Analisar as possibilidades para a comercialização dos produtos agrícolas dos assentados e V) Colher subsídios para formulação de futuras políticas públicas para os assentamentos, no que tange os processos de comercialização.

A partir desta pesquisa, constatou-se a capacidade do diálogo e a aproximação entre campo e cidade, por meio da comercialização de alimentos, e os benefícios que essa relação gera para os agricultores, que se sentem reconhecidos, acolhidos e valorizados. Concluiu-se também que os circuitos curtos se tornam uma ferramenta para o trabalho de base e disputa de ideias, alimentação saudável e Reforma Agrária para pessoas e locais que antes não tinham acesso a essas informações. Infelizmente, percebeu-se o estrangulamento das políticas públicas, principalmente as destinadas à Agricultura Familiar, com a diminuição e corte de programas importantes como o PAA, PNAE, essenciais para a manutenção e resistência da Agricultura Familiar.

Capítulo 1 da dissertação contribuiu com a construção do conhecimento a respeito dos temas principais da pesquisa, e de que forma os mesmos são abordados tanto em base científica internacional quanto nacional. O que acaba por traçar um panorama interessante a respeito dos principais assuntos tratados nos últimos 5 anos, no que tange os circuitos curtos de comercialização e a agricultura familiar. Destaca-se, então, a importância da participação da sociedade local no abastecimento e na segurança alimentar. É essencial que a produção local contribua para esse objetivo, especialmente porque as políticas públicas podem melhorar o acesso à comida para a população com renda reduzida, o que tem levado ao aumento da fome no país. As gestões municipais enfrentam o desafio de promover

um abastecimento alimentar que integre a produção e comercialização da agricultura familiar, garantindo a segurança alimentar da comunidade. Os resultados do primeiro capítulo indicaram que os periódicos nacionais estão mais vinculados a estudos sobre canais curtos de comercialização, enquanto os internacionais abordam aspectos mais gerais dos canais de comercialização.

No segundo capítulo, identificou-se que os canais de comercialização mais valorizados pelos agricultores assentados são as feiras e a venda direta, seguidos por supermercados/mercados e, por último, programas governamentais, evidenciando uma preferência pela multimodalidade de canais. A comercialização da produção agrícola é um desafio para pequenos produtores, impactando sua renda e segurança econômica. A diversificação dos canais de venda reduz riscos e amplia oportunidades, enquanto a aproximação com consumidores fortalece a confiança e permite melhor adaptação às demandas.

Diferentes modalidades apresentam vantagens e desafios, como a venda domiciliar, que garante estabilidade, mas exige maior esforço logístico, enquanto que a participação em feiras, que proporciona visibilidade, mas pode ser limitada por fatores financeiros. Políticas públicas são essenciais no fortalecimento da agricultura familiar, mas a dependência excessiva delas pode ser arriscada. Assim, estratégias que garantam autonomia e resiliência são fundamentais para a sustentabilidade da atividade.

Sobre o capítulo também é importante salientar que a presença da comunicação por meio do whatsapp entre os produtores e os consumidores garante um contato interessante para criação de elos que indicam uma fidelidade entre os consumidores dos produtos dos assentados e os agricultores. Futuros estudos podem ser realizados buscando observar de forma pormenorizada como se deu esse desenvolvimento desse contato por esse canal de comunicação que, após a realização das entrevistas, demonstrou ter sido essencial para a manutenção de renda dos agricultores familiares. Estratégias que busquem fortalecer a comunicação entre os agricultores e os consumidores também seriam interessantes para melhor entendimento dessa relação de consumo.

Interessante também levar em consideração que basicamente não foi mencionada qualquer outra rede social a não ser o whatsapp, abrindo caminho para desenvolvimento de estratégias de marketing por parte dos agricultores e uma exploração por parte das pessoas que buscam formas de consumo responsável, que

articulem diálogo com os agricultores, para que essa via não dependa somente da iniciativa dos agricultores, que já possuem tantas demandas tanto produtivas quanto de comercialização e manutenção do lote.

Aproveitando o ensejo, é fundamental ressaltar que outros dados coletados não foram objeto do recorte da presente dissertação, que focou mais nas questões relacionadas com a comercialização em si, ficando de lado os dados relacionados à situação socioeconômica dos assentados e dados referentes à produção. O que percebeu-se ao realizar as entrevistas é que existem diversos outros entraves que não restam claros no desenvolvimento das atividades agrícolas dentro dos assentamentos, que exaltam barreiras ainda maiores à uma maior integração entre a área urbana e a área rural, que em Araras, não ocorre de forma tão distante assim, já que não foi necessariamente uma reclamação dos assentados a questão da distância entre os assentamentos e a área urbana.

Sobre a variável renda, seria extremamente interessante estudos que focassem no impacto quantitativo na renda familiar dos assentados a depender do canal de comercialização, dando maior luz ao tema e esclarecendo algumas dúvidas concernentes à qual canal possui o maior custo-benefício para os assentados, evitando assim, que apesar da percepção por alguns agricultores em alguns canais, a potencialidade de existência de outros seja tornada mais clara. Tal situação poderia ser construída em conjunto, principalmente levando em consideração a presença da Universidade Federal de São Carlos, em seu campus Araras, em uma maior proximidade entre os cursos de ciências agrárias e os produtores rurais locais.

Por fim, O terceiro capítulo revelou, por meio de modelagem estatística, que quanto maior a importância atribuída às feiras e à venda direta, maior a probabilidade de comercialização pelos assentados. Por outro lado, quanto maior a importância dada aos programas governamentais, menor a chance de comercialização, sugerindo que esses programas podem atuar como barreiras.

Os resultados indicam que o acesso a feiras e venda direta são estratégias fundamentais para a comercialização da produção agrícola, enquanto a dependência de programas governamentais pode atuar como uma barreira. Isso sugere a necessidade de políticas públicas que facilitem o acesso dos produtores aos mercados diretos e reduzam entraves nos programas institucionais.

Algo que ficou latente é a capacidade que uma organização social tal como uma cooperativa possui de articular interesses dos agricultores objetivando acesso

aos canais governamentais de comercialização. Pesquisas que busquem acompanhar o andamento do acesso às políticas governamentais são fundamentais para um melhor desenvolvimento econômico e social dos agricultores, ressaltando novamente a importância da presença dos pesquisadores nos assentamentos juntamente com as entidades estatais que buscam auxiliar o desenvolvimento das atividades agrícolas.

O fortalecimento da venda direta, seja por meio da criação de grupos de consumo responsável para comprar diretamente dos agricultores ou da cooperativa, ou por meio da divulgação dos produtos dos agricultores por parte dos consumidores interessados, têm um potencial enorme de garantir estabilidade de renda para os agricultores e desenvolver os laços da comunidade local. Além de proporcionar bases para criação de redes de consumo responsável que beneficiem também os moradores das regiões adjacentes que necessitem de escoamento da produção agrícola.

Com relação à feira, percebeu-se que talvez seja uma das formas de comercialização que mais faz parte do imaginário popular, seja nacional seja latinoamericano, como um ambiente de reprodução social e de proximidade entre consumidores e produtores, sendo fundamental o estímulo à criação de eventos culturais que permitam a presença dos produtores como figuras fixas, auxiliando assim ao estreitamento de laços comunitários e solidários.

Em síntese, os objetivos propostos foram alcançados, com os capítulos/artigos inter-relacionados e complementares. Podemos concluir que entre os agricultores dos assentamentos, existe uma multimodalidade de canais curtos de comercialização na percepção deles na importância de comercialização, identificando que além de garantir resiliência frente à adversidades, a capacidade de ser flexível na seleção dos canais proporciona um fluxo de renda que os auxilia a desenvolver suas atividades socioeconômicas.

APÊNDICE A

Formulário de pesquisa

Data: ____/____/____

Bloco 1 - Aspectos Socioeconômicos

1. Origem: () rural () urbana
2. Experiência agrícola antes de ser assentado: () não possuía () trabalhador rural assalariado () família proprietária de terra () Outros: _____
3. Composição da família

	Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Estado Civil	Trabalho
1						
2						
3						
4						
5						

Trabalho	Estado Civil	Escolaridade
1 -Tempo integral na UP 2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP 3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico 4 Tempo-parcial na UP + Estuda 5 Tempo integral fora UP (*) 6 Somente trabalho doméstico 7 Somente estuda 8 Criança menor de 7 anos	1 Casado 2 Solteiro 3 Viúvo 4 Divorciado / Desquitado 5 Outros	1 analfabeto – nunca estudou 2 educação infantil 3 1ª a 4ª série completo 4 5ª a 8ª série completo 5 2º grau completo 6 nível técnico 7 superior completo 8 Pós Graduação

9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP 10 Desempregado 11 Não trabalha porque é deficiente ou inválido		
---	--	--

1. Identificação da pluriatividade na propriedade familiar

	Em atividades agrícolas FORA da UP		Em atividades PARA-AGRÍCOLAS		Em atividades NÃO AGRÍCOLAS		
	Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização(B)	Setor (C)

(A) Local de exercício das atividades para-agrícolas	(B) Localização das atividades não-agrícolas	(C) Setor atividades não agrícola
1. No domicílio ou no Lote 2. Na casa de vizinhos/parentes 3. Em outros lotes	1. No domicílio 2. No domicílio e no Lote 3. Em outros Lotes	1. Indústria 2. Comércio 3. Serviços Auxiliares(*) 4. Construção Civil 5. Transformação Artesanal 6. Transporte 7. Comunicação 8. Serviço Público 9. Serviços Pessoais(**) 10. Outros

2. Caso existam membros que trabalhem ou recebam renda de atividades não-agrícolas, estes contribuem com as despesas da família e da propriedade?

() Sim () Não () Não sabe/ não respondeu.

6. Se sim, qual o percentual de contribuição?

7. Nível aproximado de renda na sua residência *

- ☐ 1 a 2 salários mínimos, inclusive
- ☐ De 3 a 5 salários mínimos, inclusive
- ☐ De 6 a 8 salários mínimos, inclusive
- ☐ De 9 a 11 salários mínimos, inclusive
- ☐ Acima de 12 salários mínimos, inclusive

9. Porquê continuam morando no lote?

10. Tem dificuldades e desafios de morar no assentamento?

- ☐ Sim. Quais? ☐ Não

11. Fazem parte de algum movimento social?

- ☐ Sim. Quais? ☐ Não
- ☐ Associação
- ☐ Cooperativa
- ☐ Sindicato
- ☐ MST
- ☐ Não quis responder
- ☐ Outros

Bloco 2 - Produção

12. Você possui produção agrícola dentro do seu lote?

- ☐ Sim ☐ Não, porquê? ☐ Não respondeu

13. Essa produção é somente para consumo próprio?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Não respondeu

14. Você categoriza a importância da produção agrícola no seu lote de que forma, considerando a geração de renda?

- ☐ 0 - Irrelevante
- ☐ 1 - Pouco importante
- ☐ 2 - Consideravelmente Importante
- ☐ 3 - Importante
- ☐ 4 - Muito Importante
- ☐ 5 - Essencial

15. Caso não tenha produção, de que forma imagina que a produção impactaria na sua renda?

- ☐ 0 - Irrelevante
- ☐ 1 - Pouco importante
- ☐ 2 - Consideravelmente Importante
- ☐ 3 - Importante
- ☐ 4 - Muito Importante
- ☐ 5 - Essencial

16. Vocês têm feito um calendário de plantio?

☐ Sim ☐ Não

17. Se sim, como funciona esse planejamento?

18. Existe alguma assistência técnica que te auxilie na produção?

☐ Sim ☐ Não

Bloco 3 - Comercialização

18. Você comercializa os produtos agrícolas produzidos dentro do seu lote?

☐ Sim ☐ Não, porquê? ☐ Não respondeu

19. Qual a forma de comercialização? Marque por nível de importância na geração da sua renda

Feira

- () 0 - Irrelevante
- () 1 - Pouco importante
- () 2 - Consideravelmente Importante
- () 3 - Importante
- () 4 - Muito Importante
- () 5 - Essencial

Cestas entregues em casa

- () 0 - Irrelevante
- () 1 - Pouco importante
- () 2 - Consideravelmente Importante
- () 3 - Importante
- () 4 - Muito Importante
- () 5 - Essencial

Venda Direta

- () 0 - Irrelevante
- () 1 - Pouco importante
- () 2 - Consideravelmente Importante
- () 3 - Importante
- () 4 - Muito Importante
- () 5 - Essencial

Supermercado/Mercado

- () 0 - Irrelevante
- () 1 - Pouco importante
- () 2 - Consideravelmente Importante
- () 3 - Importante
- () 4 - Muito Importante
- () 5 - Essencial

Programas governamentais (PAA, PNAE, etc)

- () 0 - Irrelevante
- () 1 - Pouco importante
- () 2 - Consideravelmente Importante
- () 3 - Importante
- () 4 - Muito Importante
- () 5 - Essencial

Outros (informe caso não tenha sido nenhum dos anteriores)

- () 0 - Irrelevante
- () 1 - Pouco importante

- () 2 - Consideravelmente Importante
- () 3 - Importante
- () 4 - Muito Importante
- () 5 - Essencial

20. Caso não comercialize, de que forma imagina que a comercialização dos produtos agrícolas impactaria na sua renda familiar?

- () 0 - Irrelevante
- () 1 - Pouco importante
- () 2 - Consideravelmente Importante
- () 3 - Importante
- () 4 - Muito Importante
- () 5 - Essencial

21. Como você categoriza a importância da comercialização da produção agrícola no seu lote para sua renda?

- () 0 - Irrelevante
- () 1 - Pouco importante
- () 2 - Consideravelmente Importante
- () 3 - Importante
- () 4 - Muito Importante
- () 5 - Essencial

22. Vocês divulgam seus produtos em algum local?

- () Sim () Não

23. De que forma isso acontece?

- () Whatsapp
- () Instagram
- () Facebook
- () Boca-a-boca
- () outros meios. Quais?

24. E quanto ao preço, como vocês precificam os produtos?

25. Existe alguma assistência técnica especializada para auxiliar no processo de comercialização?

- () Sim, qual e em que momento da comercialização – precificação, distribuição, divulgação
- () Não